



Diagnóstico da Gestão Cultural nos Municípios do Algarve central entre 2000-2010: Silves, Albufeira, Loulé e Faro

João Filipe Guerreiro Sequeira

Dissertação

Mestrado em Gestão Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação de:

António Rosa Mendes

José Queiroz

2013

*Diagnóstico da Gestão Cultural nos Municípios do Algarve central entre
2000-2010: Silves, Albufeira, Loulé e Faro*

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

João Filipe Guerreiro Sequeira

Copyright: João Filipe Guerreiro Sequeira

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedico

À minha família, pelo seu apoio e conforto inestimável,

Júlia, José, Susana e Maria de Jesus.

Dedicatória a título póstumo ao professor António Rosa Mendes

Um professor que sempre foi uma força inspiradora na vida dos seus alunos.

«A great teacher has little external history to record. His life goes over into other lives. These men are pillars in the intimate structure of our schools. They are more essential than its stones or beams, and they will continue to be a kindling force and a revealing power in our lives.»

“The Emperor’s Club”, realizado por Michael Hoffman

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que tornaram a tarefa de elaboração desta tese de mestrado possível e que, em termos profissionais e pessoais, contribuíram para a sua realização.

Antes de mais, gostaria de agradecer ao Professor Doutor António Rosa Mendes, o meu orientador, pelo apoio na resolução de problemas, pela sua paciência duradoura, pelos seus conselhos inestimáveis, pelo seu precioso auxílio na elaboração desta tese; ao Dr. Jorge Queiroz, Diretor de Departamento do Município de Tavira, meu co-orientador, pelo seu papel em abrir mundos teóricos que enriqueceram o trabalho, pela sua paciência e pelo seu inestimável auxílio na elaboração desta tese. O meu profundo e sincero obrigado.

Cabe-me, também, agradecer à Arquiteta Isabel Valverde pelo apoio prestado nas sugestões para a revisão desta dissertação, pela inspiração e palavras de incentivo, pela disponibilidade, que sempre demonstrou, para me tirar qualquer dúvida que surgisse. O meu profundo obrigado.

Cabe-me, também, agradecer aos municípios de Silves, de Albufeira, de Loulé e de Faro, por terem participado nesta investigação, na pessoa dos seus Vereadores da Cultura, Professora Doutora Alexandra Gonçalves, Manuel Guerreiro, Marlene Silva, dos seus diretores de departamento, como o Dr. Tiago Leal, na pessoa dos seus chefes de divisão, dos seus técnicos dos departamentos e divisões, por me terem recebido e permitido que os entrevistasse e por terem contribuído para alcançar o conhecimento necessário sobre os municípios e estruturas municipais que geriram/gerem, sem o qual seria impossível elaborar esta resolução. O meu muito obrigado.

Por fim, cabe-me agradecer aos meus colegas de trabalho, colegas dos municípios, de mestrado e amigos que, ao longo desta investigação, me apoiaram, auxiliaram e aconselharam: Hugo Serôdio, Ana Lúcia Vieira, Ana Rita Ferreira, Joana Felizardo, Elisabete Gonçalves, Mauro Valente, Paulo Brito, Sónia Negrão, Ana Martinho, Patrícia Batista, Luís Paulo, Pedro Gago, Guilherme, Sandra Esteves, Ana Almeida, Luís Santos, João Serrão, entre outros que sempre me acompanharam.

Obrigado e bem hajam!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo a realização de um diagnóstico sobre a prática da gestão cultural em quatro municípios algarvios, durante um período de dez anos, em concreto de 2000 a 2010. Pretende-se caracterizar e avaliar a existência, ou não, de estratégias, que estratégias foram implementadas, que resultados foram obtidos e que aspetos deverão ser tomados em consideração relativamente ao futuro da promoção e da difusão da cultura.

Na atualidade, a Gestão Cultural assume um papel preponderante no desenvolvimento económico e social das comunidades locais. Contudo, apesar do reconhecimento da sua importância, é com grande in experiência que se gere a cultura nacional, não só numa perspetiva imediata, mas também de modo continuado. Uma Gestão Cultural efetiva necessita de um foco específico, com vista a garantir o seu futuro sucesso e a organizar para conhecer e conhecer para atuar, de forma adequada e indispensável.

A história da evolução da gestão cultural, através da aplicação de um método de conhecimento ao nível da Gestão Cultural, em quatro municípios do Algarve central serve de mote para a reflexão sobre a necessidade da existência de instrumentos de apoio à persecução dos objetivos definidos no âmbito da gestão cultural a curto, médio e longo prazo, no que diz respeito às políticas, às estruturas culturais municipais e às manifestações culturais.

Recorreu-se a uma metodologia adequada ao objetivo do presente trabalho, baseada em fontes bibliográficas e em inquéritos e entrevistas aplicados ao objeto de estudo.

Concluiu-se que Loulé e Faro dispõem de estratégias de Gestão Cultural, em Silves, a esta é limitada pelos recursos financeiros e, em Albufeira, não se pratica Gestão Cultural, já que as manifestações programadas neste âmbito são pontuais.

Neste sentido, acredita-se que a Gestão Cultural num município deve assentar em projetos de dinamização cultural de longa duração e com uma base sólida, que proporcionem um desenvolvimento cultural sustentável.

Palavras-chave:

- Cultura, Gestão, Equipamentos culturais, Planeamento, Espetáculos, Exposições e Dinamização.

ABSTRACT

The objective of the present study is the realization of an evaluation about cultural management practices in four Algarve municipalities, over a ten year period, in concrete, between 2000 and 2010. It is intended to characterize and evaluate the existence, or not, of implemented strategies, what results, what achieved results and what aspects should be taken into account regarding the future promotion and diffusion of Culture.

Nowadays, Cultural Management has assumed a preponderant role in the economic and social development of local communities. However, despite acknowledging its importance, it is with great inexperience that we have managed national culture, not only in the immediate perspective, but also in a continued manner.

An effective cultural management is goal oriented to ensure a long-term success and to organize, to know and know to act, in a adequate and indispensable manner.

The history of the evolution of cultural management, through the application of a method of knowledge at the level of Cultural Management, in four municipalities of the central Algarve, serving as a motto for reflection concerning the need of support instruments and for the pursuance of defined objectives in the scope of cultural management in the short, medium and long run, in what regards to policies, cultural and municipal structures and cultural manifestations.

Resorting to an adequate methodology was done, with the purpose of the current study, based on bibliographic sources, inquiries and applied interviews to the object of the study.

It was concluded that Loulé and Faro have cultural management strategies, Silves is clearly limited by a lack of financial resources and in Albufeira, there is no cultural management practice as the manifestations in this scope are just punctual.

In this meaning, we believe that cultural management in the municipality should be focused upon the cultural promotion/ dynamics projects in the long run and a solid base that provides for sustainable cultural development

Keywords: Culture, Management, cultural equipments, Planning, Shows, Exhibitions/ exhibit and promotion

Conteúdo

INTRODUÇÃO	9
I. DEFINIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS	11
1. DEFINIÇÕES GERAIS	11
1.1. Diagnóstico	11
1.2. Gestão	11
1.3. Cultura	11
1.4. Distrito	12
1.5. Autarquias Locais	13
1.5.1. Legislação nacional associada à cultural	14
2. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS.....	15
2.1. Gestão Cultural.....	15
2.1.1. Evolução histórica e teórica do conceito de Gestão Cultural	16
2.1.2. Portugal	20
2.1.3. Algarve	25
2.2. Gestor Cultural	25
2.2.1. Políticas culturais	27
2.2.2. Gestão de equipamentos e atividades/manifestações culturais	27
2.2.3. A gestão dos recursos humanos	28
II. METODOLOGIA	30
1. MÉTODO PROPOSTO	30
1.1. Objetivos	30
1.2. Identificação do método.....	30
1.2.1. Etapa 1 – Tratamento direto de dados recolhidos	31
1.2.2. Etapa 2 – Inquéritos e entrevistas	31
1.3. Operacionalidade do método	34
1.4. Crítica do método experimental proposto.....	34
1.5. Considerações e sugestões finais	36
1.6. Guião de aplicação do método:.....	36
III. ESTUDOS DE CASO	38
1. IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO.....	38
1.1 Identificação da região escolhida.....	38
1.2 Critérios subjacentes à sua escolha	38
1.3 Caracterização geral da região escolhida:.....	38

1.4	Identificação dos municípios escolhidos	39
1.5	Os critérios que se encontram subjacentes a essa escolha	39
2.	APLICAÇÃO DO MÉTODO PROPOSTO AOS ESTUDOS DE CASOS	40
2.1	Aplicação do método proposto: Caso I.....	40
2.1.1	Caracterização geral do município de Silves	40
2.1.2	Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto de várias entidades idóneas.....	41
2.1.3	Conclusões parciais da Etapa 1	45
2.2	Aplicação do método proposto: Caso II	51
2.2.1	Caracterização geral do município de Albufeira	52
2.2.2	Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto de várias entidades idóneas.....	53
2.2.3	Conclusões parciais da Etapa 1	57
2.3	Aplicação do método proposto: Caso III.....	63
2.3.1	Caracterização geral do município de Loulé.....	63
2.3.2	Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto de várias entidades idóneas.....	66
2.3.3	Conclusões parciais da Etapa 1	70
2.4	Aplicação do método proposto: Caso IV	75
2.4.1	Caracterização geral do município de Faro	75
2.4.2	Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto a várias entidades idóneas.....	77
2.4.3	Conclusões parciais da Etapa 1	81
3.	Etapa 2: mediante a realização de inquéritos	86
3.1	Inquérito - Análise percecionada pelos Públicos.....	86
3.1.1	Caracterização sócio-demográfica	86
3.1.2	Preferências Culturais	87
3.1.3	Caracterização da Cultura no concelho de residência	91
3.2	Conclusões parciais	97
4.	COMPARAÇÃO GERAL DAS CONCLUSÕES PARCIAIS (Etapa 1 e Etapa 2).....	98
	CONCLUSÃO.....	102
	BIBLIOGRAFIA	105
	ANEXO I.....	110
	ANEXO II	113
	ANEXO III.....	129

ANEXO IV	134
----------------	-----

INTRODUÇÃO

“To raise new questions, new possibilities, to regard old problems from a new angle requires a creative imagination and marks the real advances in science.”

Albert Einstein

A finalidade da presente investigação científica consiste em elaborar um diagnóstico sobre a existência, ou não, de estratégias de gestão cultural de quatro municípios algarvios, localizados na região central do Algarve, nomeadamente Silves, Albufeira, Loulé e Faro, durante um período de tempo equivalente a dez anos (entre 2000 e 2010).

Espera-se que o objetivo a atingir neste estudo venha a ser um primeiro passo para um melhor conhecimento da gestão cultural como conceito, como processo científico de investigação, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão da gestão autárquica da cultura e para o desenvolvimento da realidade cultural algarvia.

Decidiu-se realizar este estudo, dado que, fazendo parte da equipa da estrutura cultural de uma autarquia e, considerando a importância de conhecer a realidade do funcionamento e das estratégias culturais do município, se considerou ser importante identificar lacunas, através do uso de ferramentas científicas e metodológicas, para se conceber soluções no âmbito da gestão cultural, com vista à potenciação de medidas em prol da cultura dos municípios da região algarvia.

Esta investigação foi ordenada em três capítulos: o primeiro aborda os conceitos de «Diagnóstico», de «Gestão», de «Cultura» e de «Gestão Cultural», a historiografia da gestão cultural, nas esferas europeia e nacional, e a ação do gestor no âmbito da gestão cultural; o segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada na execução deste trabalho científico, explicada etapa a etapa, definindo o seu objetivo, identificando o método,

mencionando a sua operacionalidade, criticando o seu processo de execução, tecendo algumas considerações sobre a sua aplicabilidade e apresentando o guião de aplicação do método; no terceiro capítulo, foca-se os estudos de caso, através da explicação dos conceitos metodológicos anteriormente abordados, a análise de dados e a análise estatística dos quatro municípios escolhidos para esta investigação. Ainda neste capítulo, é efetuada também uma análise comparativa de todas as conclusões parciais recolhidas ao longo do estudo: os estudos de caso I, II, III e IV e o inquérito sistemático realizado ao público dos municípios em questão.

Na preparação deste trabalho, foi utilizada a seguinte metodologia, constituída por duas etapas. A etapa 1 trata, diretamente, dos dados obtidos junto de várias entidades, focando o conhecimento da realidade e a fundamentação das conclusões. Para o efeito, foram elaboradas duas tabelas, uma respeitante à caracterização geral do contexto municipal e outra respeitante às despesas afetas à cultura, das quais resultam dois gráficos, que representam as despesas correntes e as despesas capitais. A etapa 2 consiste na realização de inquéritos e entrevistas, com vista à obtenção de um conhecimento da realidade e a fundamentação das conclusões, através dos dados recolhidos, baseados na perceção individual de cada um dos intervenientes no processo. Para tal, foram utilizados três inquéritos, sendo o primeiro um inquérito sistemático aos municípios, o segundo um inquérito sistemático e anónimo aos quadros técnicos dos municípios e o terceiro um inquérito sistemático a um universo de cidadãos residentes nos respetivos concelhos, e uma entrevista básica a um conjunto de representantes políticos e chefias. Contudo, apenas foram utilizados os dados referentes ao inquérito sistemático ao público residente nos municípios. Terminado este processo de angariação e análise de dados, foram delineadas conclusões parciais sobre os estudos de caso e do inquérito ao público residente.

Com esta investigação, pretende-se responder à seguinte questão: Existe gestão cultural nestes municípios?

I. DEFINIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

1. DEFINIÇÕES GERAIS

Para uma adequada abordagem ao tema da dissertação, considerou-se necessário iniciar-se pela aproximação do que se entende, genérica e individualmente, por cada um dos termos que compõem o seu título e que lhe confere significado.

1.1. Diagnóstico

Assim sendo, de forma generalista, diagnóstico designa-se, cientificamente, pelo processo analítico usado por um especialista habilitado, ao analisar uma situação desconhecida ou uma que extrapola os parâmetros considerados normais com o objetivo de chegar a uma conclusão que permita ao(s) especialista(s) conhecer e/ou intervir. Em síntese, a realização de um diagnóstico implica a identificação de preocupações, problemas, consequências, o estabelecimento de prioridades e a definição de alvos e objetivos.

1.2. Gestão

De forma generalista, se entende por gestão os atos associados à otimização do funcionamento das organizações, através da tomada de decisões racionais e fundamentadas, da recolha, do tratamento de dados e de informação relevante, com o objetivo de satisfazer os vários intervenientes, tais como: proprietários, colaboradores, grupos em particular ou a sociedade em geral, mediante metas pré estabelecidas. Em síntese, gestão traduz-se em «...*creative problem-solving process that entails planning, organizing, staffing, directing, and controlling.*» (HIGGINS, 1994, p. 7).

1.3. Cultura

A cultura é um conceito dinâmico que se encontra em constante evolução, sendo que defini-la de forma generalista se torna extremamente difícil. Pode considerar-se a sua evolução associada ao desenvolvimento de certas faculdades, através da aquisição de conhecimentos, sendo que, em determinados domínios, a cultura assume uma multiplicidade de definições. Em síntese, poderá ter como uma possível definição a seguinte:

[...] conjunto dos conhecimentos adquiridos que contribuem para a formação do indivíduo enquanto ser social; saber. Conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança de uma comunidade ou grupo de comunidades. Sistema comple-

xo de códigos e padrões partilhados por uma sociedade ou um grupo social e que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e instituições que fazem parte da vida individual e coletiva dessa sociedade ou grupo [...]¹.

1.4. Distrito

Assumindo a dissertação como estudos de caso, a realidade algarvia, designadamente um conjunto de quatro municípios situados geograficamente na zona central da região do Algarve (distrito de Faro), torna-se necessário definir juridicamente estas entidades públicas, as suas competências gerais e específicas, designadamente as respeitantes à temática em causa.

Em Portugal, os distritos constituem divisões administrativas e judiciais. O Algarve é a única região portuguesa perfeitamente definida. O distrito de Faro corresponde quer à tradicional quer à moderna região do Algarve, e esta constitui também uma única sub-região estatística, com o mesmo nome.

O Distrito de Faro encontra-se delimitado a norte pelo Distrito de Beja, a leste pela Espanha, a sul e a oeste pelo Oceano Atlântico. Tem uma área de 4 960 km² (10.º maior distrito português) e, segundo os dados dos Censos 2011, uma população residente, em 2001, de 395.218 habitantes e, em 2011, de 451.006 habitantes. O distrito de Faro subdivide-se em 16 autarquias, sendo Faro a capital de distrito. É nesta cidade que se encontra sediado o organismo público que assume, a nível regional, a tutela da cultura, a Direção Regional de Cultura do Algarve.

No contexto do universo escolhido, como estudo de caso, pode afirmar-se que, de acordo com a população recenseada (CENSOS 2011)², Loulé é o município mais populoso (70.622 habitantes) [59.160 habitantes, em 2001], seguido de Faro (64.560 habitantes) [58.051 habitantes, em 2001], Albufeira (40.828 habitantes) [31.543 habitantes, em 2001] e, por último, Silves (37.126 habitantes) [33.830 habitantes, em 2001]. Fatores como a sazonalidade, a população estudantil, entre outros, contaminam os números oficiais, sendo que, à partida, estes afiguram-se, tendencialmente, mais baixos.

¹ Fonte: «<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/culture>»

² Fonte: «<http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/widgetCensosGet.jsp>»

1.5. Autarquias Locais

Em Portugal, as autarquias locais têm, desde 1976, dignidade constitucional. Segundo a lei fundamental, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações. As atribuições e competências das autarquias locais, estando associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, respeitam, nomeadamente, ao desenvolvimento sócioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura, ao ambiente e ao desporto.

As autarquias, enquanto entidade da administração local, como já foi referido, têm competências e deveres que se regem pela lei primordial: a Constituição Portuguesa, sendo que, no que diz respeito à cultura, se transcrevem alguns dos trechos mais relevantes:

- Uma das tarefas fundamentais do Estado é proteger e valorizar o património cultural do povo português [alínea e) do Art.º 9.º];
- Todos têm direito à educação e à cultura [n.º 1 do Art.º 73.º - Educação, cultura e ciência];
- O Estado deve promover a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais [n.º 3 do Art.º 73.º - Educação, cultura e ciência];
- Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural [n.º 1 do Art.º 78.º - Fruição e criação cultural];
- Fica incumbido ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio; apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas

múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade; promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum; articular a política cultural e as demais políticas setoriais...»

[n.º 2 do Art.º 78.º - Fruição e criação cultural].

1.5.1. Legislação nacional associada à cultural

No ponto anterior, encontram-se transcritos alguns dos trechos mais relevantes, proclamados nos termos da Constituição Portuguesa, referentes às competências e deveres das autarquias, no que diz respeito à cultura. De forma a garantir que estes deveres e direitos são respeitados, o Estado promulgou diversas leis que sustentam e defendem a sua execução. Na gestão cultural, é considerada a seguinte legislação nacional³:

- Depósito Legal Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de março;
- Lei de Bases do Património Cultural Português Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
- Lei Quadro dos Museus Portugueses
[Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto];
- Lei do Cinema e do Audio-Visual
[Lei n.º 47/2004, de 6 de setembro];
- Credenciação de Museus
[Despacho Normativo n.º 3/2006];
- Lei de Proteção do Património Cultural
[Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho];
- Estatuto do Gestor Público
[Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março];
- Apoio às Artes
[Decreto-Lei 196/2008, de 6 de outubro];
- Regime Jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional,

³ Fonte: «<http://www.ageacal.pt>»

de interesse público ou de interesse municipal

[Decreto-Lei 140/2009, de 15 de junho];

- Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

[Decreto-Lei 139/2009, de 15 de junho];

- Fundo de Salvaguarda do Património Cultural

[Decreto-Lei 138/2009, de 15 de junho].

2. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS

2.1. Gestão Cultural

De acordo com a APGC, entende-se por Gestão Cultural:

«...a atividade de gestão orientada para as organizações do sector cultural nas áreas do património cultural, das atividades artísticas e das indústrias culturais, no âmbito do Estado, da sociedade civil e do mercado...».

A APGC | Associação Portuguesa de Gestão Cultural⁴ é o corolário de uma necessidade, desde há muito sentida, de congregar os esforços e os contributos de todos os que vêm refletindo e experimentando os problemas colocados à gestão dos projetos e das organizações culturais. Foi constituída por escritura pública do seu Pacto Social em 09 de novembro de 2001. As suas Visão e Missão são as seguintes:

- A Gestão Cultural é da maior importância estratégica para a afirmação das organizações culturais, na sua indispensável participação no desenvolvimento social, económico e cultural das regiões numa perspetiva pluricultural e orientada para a cooperação entre os países, as instituições, as empresas e os cidadãos.

- Apoiar o desenvolvimento, a promoção e a divulgação da Gestão Cultural nos seus múltiplos domínios, nomeadamente, em Portugal e no espaço da Lusofonia.

Outros autores consideram que a Gestão Cultural «... involves the use of practices for the promotion of cultural organizations and culture-related activities. Cultural management initiatives give access to knowledge and resources that strengthen the management and operations of cultural organizations.» (EBEWO e SIRAYI, 2009, p. 285).

⁴ Fonte: «<http://www.gestaocultural.com/default.htm>»

2.1.1. Evolução histórica e teórica do conceito de Gestão Cultural

Para iniciar este capítulo, será necessário identificar e contextualizar as bases a que os conceitos se encontram afetos. Neste caso, importa referir que o conceito gestão cultural se encontra associado a um importante acontecimento:

- Criação da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), em 1945, depois de duas Guerras mundiais, em menos de uma geração, e surge em resposta a uma firme crença das nações, a de que: acordos políticos e económicos não são suficientes para construir uma paz duradoura. Essa tem de ser conseguida com base na solidariedade moral e intelectual, sendo necessário implementar algumas ideias fundamentais, tais como:

[...]- Mobilizing for education: so that every child, boy or girl, has access to quality education as a fundamental human right and as a prerequisite for human development.

-Building intercultural understanding: through protection of heritage and support for cultural diversity. UNESCO created the idea of World Heritage to protect sites of outstanding universal value.

-Pursuing scientific cooperation: such as early warning systems for tsunamis or trans-boundary water management agreements, to strengthen ties between nations and societies.

-Protecting freedom of expression: an essential condition for democracy, development and human dignity.[...]⁵

Alguns acontecimentos relevantes no que toca à UNESCO e à Cultura:

1966 – UNESCO, Declaração dos princípios da cooperação cultural internacional

1982 – UNESCO, Convenção mundial sobre políticas culturais – Define um conceito amplo de cultura:

[...] conjunto de valores distintos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Engloba, para

⁵ Fonte: «<http://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>»

além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. [...]

No âmbito destas mudanças, surgiram novas ideias associadas a este contexto e os vários países da Europa começaram a olhar para a cultura como uma forma de atingir um maior desenvolvimento, surgindo assim as primeiras políticas culturais, sendo que os países pioneiros e as suas conexões pioneiras, em termos de cultura e em termos de intervenção no domínio do património cultural e das artes, foram os seguintes:

- França, mediante o conceito da “Politização da cultura” de **André Malraux**⁶;
- Inglaterra, mediante a criação dos “*Art council's*”.
- Em França, na década de 60, com André Malraux à frente do Ministério da Cultura e através da “Politização da cultura”, desenvolveu-se, em paralelo, a ideia da sua democratização, mediante o acesso privilegiado dos cidadãos comuns à cultura, o que já acontecia no âmbito da Educação. Assim, por toda a França começam a surgir as “*Maisons de la Culture*” e outros espaços de proximidade, com programas de abertura aos cidadãos. Esta noção para a cultura vai colher muitos frutos, em especial nos países do sul da Europa, onde foi largamente difundida. Portugal irá seguir esta via.
- Em Inglaterra, surge um modelo distinto, em oposição ao modelo francês, baseado no financiamento indireto da cultura, transposto para a prática, mediante a promoção do princípio de “*arm's lenght*”, ou seja, a gestão indireta da cultura. Este modelo difunde-se por todo o mundo anglo-saxónico com a criação de organizações não-governamentais, os “*Art council's*”, ganhando especificidades próprias nos diversos países. Nos Estados Unidos da América, onde não existe Ministério da Cultura, esta é financiada por fundações e empresas.

Desta forma, pode começar-se a falar do início da Gestão Cultural, na década de sessenta, na Europa, e, se alguns especialistas a reconhecem, desde essa época, como um domínio específico do conhecimento, relativamente conformado e aproximado do atual

⁶ (Nascido a 3 de novembro de 1901 e falecido em 23 de novembro de 1976) Escritor, intelectual, governante e aventureiro francês. Em 1939, Malraux alistou-se na resistência durante a Segunda Guerra Mundial, foi Ministro da informação no governo provisório francês, em 1945/46. Voltou à política, em 1958, para assumir de novo a chefia do Ministério da Informação, num governo liderado por Charles de Gaulle. Logo no ano seguinte, assumiu a pasta da Cultura, sendo ministro até 1969.
Fonte: «<http://www.infopedia.pt/>»

entendimento, outros, de acordo com o que Ebewo e Sirayi (2009)⁷ afirmam no artigo “*The Concept of Arts/Cultural Management: A Critical Reflection*”, este campo de estudo remonta à última metade do século XX, mas sempre acompanhado de um debate silencioso sobre se a gestão cultural é uma disciplina académica ou, simplesmente, um conceito.

Recuando no tempo e, segundo os autores Mitchell e Fisher (1992), o primeiro curso de pós-graduação de Gestão Cultural apareceu em Inglaterra, no final de 1960. Durante os anos 70, surge uma outra formação semelhante na Áustria. Durante os anos iniciais, pouca ou nenhuma bibliografia existiu no domínio da gestão cultural. Só mais tarde, entre os anos 70 e 80, a investigação intensificou-se, surgindo a necessidade de se criar jornais especializados. De acordo com Morris (2001), estas publicações foram determinantes no desenvolvimento do domínio dos conhecimentos sobre a aplicação de práticas de gestão no domínio das artes. Desta forma, assinalam-se algumas destas publicações que têm contribuído para a circulação entre os especialistas de algumas investigações importantes:

- *Journal of Arts Management, Law, and Society*, em 1990 (Grã-Bretanha);
- *International Journal of Arts Management*, em 1998 (Canadá);
- *Journal of Cultural Economics*, em 1977 (Estados Unidos);
- *International Journal of Cultural Policy*, em 1997 (Grã-Bretanha).

[...] The debates and analyses found in these journals have helped us to recognize the importance of arts education as a means for promoting civilization, communication, and creativity; enriching aspects of our lives; enhancing general academic achievement; instilling important workplace skills; and creating energetic and enthusiastic citizens, vibrant cities, urban renewal, rural development, and urban marketing.[...] (EBEWO & SIRAYI, 2009, p.286).

⁷ Professor Patrick Ebewo and Dr. Mzo Sirayi are members of the Faculty of the Arts at Tshwane University of Technology in South Africa.

Cultura/Artes versus Gestão

A maioria dos especialistas considera, nos seus manuais, que a cultura/artes é apenas algo para gerir. No entanto, o especialista Aleksander Brkic, no artigo *“Teaching Arts Management: Where Did We Lose the Core Ideas?”*, defende que a cultura/arte deve estar à frente da gestão cultural, usando a afirmação de Corina Suteu para basear a sua crítica: *«established business management practices by adopting case study teaching methods and reducing scientific analysis to managerial style disciplines, thereby ‘emptying them of context.’»* (De VEREAUX, 2009, p.237).

À parte desta discussão, a Gestão Cultural, de uma forma ou de outra, assume-se de acordo com o que Bianchini afirma: *«(...) that many researchers view the development of arts management as one of the best available tools in revitalizing the local economic base and achieving greater social development.»* (BIANCHINI, 1993, p.2).

O que vai de encontro com a visão da APGC, citada integralmente no início do capítulo, designadamente no que diz respeito à atribuição de um papel fulcral à gestão cultural, nomeadamente às estratégias de desenvolvimento social, económico e cultural das regiões.

De acordo com um dos especialistas na matéria em Inglaterra, Selwood (1995) *«(...) points out that many believe arts management in Britain contributes greatly to the economy, tourism, and urban renewal, and it also facilitates the employment of a substantial number of people.»*

Na verdade, este ponto de vista globalizou-se, sendo, atualmente, bastante popular em contexto nacional. Importa, pois, no âmbito dos conteúdos desta dissertação, retrospectivar, de forma crítica, a introdução e a evolução no nosso país do tema Gestão Cultural.

Esclarecer e sistematizar, de forma detalhada, a evolução histórica e teórica de alguns conceitos, práticas e referências de relevo a estas associadas é determinante para compreender a realidade portuguesa e neste caso em particular e num âmbito mais restrito, a de um conjunto de municípios de uma dada região.

2.1.2. Portugal

Em Portugal, nos anos 70 e 80, a postura respeitante à cultura, como foi anteriormente referido, seguia o modelo francófono, que se traduzia numa cultura financiada e difundida pelo Estado e dirigida para o cidadão comum. A par disso, nesta época, começavam a surgir as primeiras noções de Gestão aplicadas às artes.

Refira-se que estas primeiras noções de Gestão aplicadas às artes surgem da necessidade de alguns especialistas abordarem as artes e a cultura sobre um ponto de vista de gestão. Estes especialistas acabariam por se transformar nos nossos primeiros gestores das artes, sendo que alguns deles já ocupavam cargos de responsabilidade nalguns equipamentos culturais e recorriam a alguns conceitos de gestão para geri-los.

Neste contexto, surge, em 1987, a 1ª edição da Licenciatura em Gestão na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Esta licenciatura irá ser utilizada pelos nossos primeiros gestores das artes, por forma a sustentar, de modo mais rigoroso, o seu trabalho. A conjugação destes dois domínios do conhecimento ia, pouco a pouco, conformando-se e dando origem a um novo campo científico, a Gestão Cultural.

A título de curiosidade, os nossos primeiros gestores culturais, sendo autodidatas na matéria, eram profissionais de várias áreas, nomeadamente artistas, encenadores, sociólogos e historiadores, que haviam participado em formações específicas, congressos e conferências, de forma a conseguirem complementar os seus conhecimentos, com conceitos e métodos de trabalho nas áreas da Gestão, do Marketing, da Comunicação, das Artes e do Património. À época, pode-se afirmar que este era o perfil tipo do primeiro gestor cultural português, sendo que a sua área de intervenção aparecia ligada ao funcionalismo público. Outros técnicos começariam a surgir, terminados que haviam os seus estudos no estrangeiro, onde a prática e o conceito de gestão cultural já tinham outra dimensão.

[...] A frequência deste curso, pelas suas características inovadoras, leva desde logo a que se comece a pensar numa possível adaptação, deste modelo de formação, ao sector cultural num ambiente que se ambicionava, então, fosse inspirado pela excelência do Colégio das Artes, criado em Coimbra, em 1547, por D. João III e dirigido por André de Gouveia. Este Colégio foi pensado, ao tempo, como um instrumento de desenvolvimento de saberes, em humanidades e cultura, para satisfazer as novas

necessidades, ditadas pelos progressos do humanismo Europeu, de se formarem pessoas com capacidades para o desempenho das várias funções da administração do reino. Tal como aconteceu com este Colégio entendeu-se, também, lançar esta iniciativa com uma independência inicial em relação à universidade mas, agora, pela simples razão de se considerar que estando ainda a formação em Gestão a dar os primeiros passos, na Universidade do Porto, sem esta estar consolidada, não seria razoável pensar avançar no seu seio com uma a formação em Gestão das Artes. [...] (MONTEIRO, 2011, p. 2).

A conjugação entre Gestão e Artes/Cultura, iniciada no Porto, iria desenvolver-se e tomar corpo nos anos seguintes, um pouco por todo o país. Contudo, será em Lisboa, com o apoio dos primeiros criadores deste novo conceito, tais como as Fundações Serralves e Gulbenkian, as universidades e o Estado, que será dada continuidade ao desenvolvimento do estudo da Gestão Cultural e que esta, apesar de alguns recuos, irá ganhar grande incremento.

Assinalam-se aqui alguns acontecimentos que marcam o surgimento e desenvolvimento da Gestão Cultural, em Portugal:

1987 - 1ª Edição da Licenciatura em Gestão na Faculdade de Economia da Universidade do Porto;

1988/89 – Reflexão sobre o modelo organizacional da futura Fundação de Serralves.

Entre os anos 1990 e 1995, no Porto, iria desenvolver-se o projeto de ensino para este novo campo científico, sendo que seria necessário avaliá-lo adequadamente. Para tal, foram convidados vários especialistas das áreas envolvidas a participar na sua discussão, tais como: o Professor Doutor José Valente (Diretor da Licenciatura em Gestão da FEP - Faculdade de Economia do Porto e Professor do MBA do Instituto Superior de Estudos Empresariais, da Universidade do Porto); o Dr. Carlos Fragateiro (Assistente de Teatro, do Departamento de Comunicação e Arte, da Universidade de Aveiro); o Professor Doutor Joaquim Borges Gouveia (Professor Associado da FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto); o Engenheiro Francisco Jacinto, (Diretor do GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional); o Dr. Joaquim Azevedo (Secretário de Estado do Ensino Secundário).

Em 1990, surge um projeto de formação, pioneiro em Portugal no INA - Instituto Nacional de Administração, em Oeiras, tendo como referência a Professora Joan Jeffri (Diretora do Programa “*Arts Administration*” do “*Teachers College Columbia University, New York*”), o Curso de Gestão das Artes.

Em 1991, é lançado, em Portugal, o *Cycle de Management Supérieur pour Cadres et Dirigeants*, com base num modelo de transferência de saberes, no recém-criado Espaço Atlântico, Formação Financeira, SA, em colaboração com o IFG - *Institut Français de Gestion*.

Em abril de 1992, é elaborado e difundido o documento “Projeto de criação de uma escola de Gestão das Artes - algumas considerações estratégicas”.

Em abril de 1998, é realizada uma ação de formação avançada, de curta duração, com a participação da ESADE. O sucesso iria revelar existirem condições para se retomar o projeto, iniciado no Porto, entre os anos 1990 e 1995, e que, entretanto, havia sido interrompido. O projeto retomado viria a adotar uma nova abordagem, uma vez que iria traduzir-se num Curso de Formação Avançada dedicado, não só exclusivamente à formação no âmbito da Gestão das Artes, mas sim à Gestão Cultural.

[...] Pensa-se ter sido a primeira vez que, em Portugal, se utiliza o conceito de Gestão Cultural, nomeadamente, no âmbito da formação especializada. (...) Gestão Cultural deve ser uma disciplina, baseada na gestão das organizações e orientada para o Sector Cultural, público e privado, com e sem fins lucrativos, composto pelas áreas do Património Cultural, das Artes e das Indústrias Culturais. [...] (MONTEIRO, 2011, p.6)⁸.

Em 1999, com a realização da 2ª Edição do Curso de Formação Avançada, agora mais alargada, começaria a delinear-se o lançamento de um Programa de Formação Avançada e Pós-graduada em Gestão Cultural, que seria lançado em 2000, em simultâneo com a 3ª edição do Curso de Formação Avançada e a 1ª edição do Curso de Pós-graduação em Gestão Cultural.

Nesse mesmo ano, surgiria a 2ª edição da Pós-graduação em Gestão Cultural 2000/01, EGP - Escola de Gestão do Porto.

⁸ Fonte: «<http://www.gestaocultural.com/default.htm>»

O ano de 2001 ficaria marcado pela realização da Porto Capital Europeia da Cultura.

No mesmo ano, iria surgir a Pós-graduação em Gestão Cultural das Cidades, pelo IN-DEG/ISCTE, em Lisboa, tendo como diretores a Dra. Catarina Vaz Pinto e o Prof. Luís Reto, com o apoio institucional do Ministério da Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Entre os anos 2002 e 2003, seriam lançadas as 3ª e 4ª edições da Pós-graduação em Gestão Cultural, com o apoio da AEP - Associação Empresarial de Portugal, da APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural e da APOM - Associação Portuguesa de Museologia (IPP - Instituto Politécnico do Porto).

Em 2002, realizar-se-ia o Projeto da Pós-Graduação em Gestão Cultural | Norte de Portugal / Galiza, co-promovido pelo IPP - Instituto Politécnico do Porto, tendo como parceiros o CGAC - Centro Galego de Arte Contemporânea, o Grupo Sargadelos, Santiago de Compostela, a AEP - Associação Empresarial de Portugal e a APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural.

No ano de 2004, o Presidente do IPP - Instituto Politécnico do Porto, Professor Doutor Luís Soares, por proposta da ESMAE - Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo, promulga, no Diário da República, 2ª série, a Resolução n.º 80/2004, o Despacho n.º 17425/2004 e o Despacho n.º 18084/2004 (2), respetivamente, com a Criação, Regulamento e Aprovação dos cursos de Especialização Pós-graduada em Gestão Cultural e de Formação Avançada em Gestão Cultural.

Ainda no ano de 2004 ocorreria a 5ª edição da Pós-graduação em Gestão Cultural, no âmbito da ESMAE - Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo, tendo como promotores o IPP - Instituto Politécnico do Porto e como parceiros a EGE - Escola de Gestão Empresarial, o Grupo Sargadelos, Santiago de Compostela e a APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural.

Enquanto em Lisboa se realizaria a 1ª edição da Pós-graduação em Gestão Cultural no âmbito da ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo como parceiros o IPP - Instituto Politécnico do Porto e a APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural.

Ainda em Lisboa, realizar-se-ia, no ano de 2005, a 2ª edição da Pós-graduação em Gestão Cultural no âmbito da ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo como parceiros o IPP - Instituto Politécnico do Porto e a APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural.

Também nesse ano, mas no Porto, seria lançada a 6ª edição da Pós-graduação em Gestão Cultural, no âmbito da ULP - Universidade Lusófona do Porto, com o apoio da APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural e do Grupo Sargadelos, Santiago de Compostela.

Em fevereiro de 2006, seria lançada a 1ª edição do Programa Internacional de Gestão de Projetos Culturais Europeus, constituído por uma formação em Lisboa e por várias reuniões de trabalho nas diversas instituições comunitárias em Bruxelas, uma parceria conjunta da APGC - Associação Portuguesa de Gestão Cultural, do CIEJD - Centro de Informação Europeia Jacques Delors, do CNC - Centro Nacional de Cultura, da revista *Cultdigest* e com o empenho pessoal do Deputado Europeu, Dr. Vasco Graça Moura.

Entre 2007 e 2008, iria ser desenvolvido um Mestrado em Gestão Cultural, composto por dois semestres, um relativo a um Mestrado Executivo em Gestão Cultural e outro relativo ao Grau de Mestre. Este mestrado surgiu a convite do Presidente do IN-DEG/ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Professor Doutor Luís Reto e do Director do GESTIN, Professor Doutor Luís Martins.

Em 2008, o ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, em Aveiro, lançaria o Curso Avançado de Pós-graduação em Gestão Cultural, contando com a participação da Professora Doutora Isabel Pires de Lima, Ministra da Cultura (2005/2008) do XVII Governo Constitucional.

A constante evolução e expansão desta área de ensino, como se pode perceber através da sequência anteriormente apresentada, levaria à criação de vários tipos de formação ao nível superior, sendo que estas optaram por formatos de natureza mais genérica e focadas nas duas áreas de estudo (Gestão e Cultura), que convergem para o domínio da Gestão Cultural, criando, deste modo, formações cada vez mais equilibradas, abrangentes e adaptadas à especificidade da realidade portuguesa.

2.1.3. Algarve

Foi, sobretudo, a partir das duas últimas décadas que, no País e no Algarve, se deram passos decisivos no reequipamento cultural, sobretudo mediante o contributo da Rede Nacional de Leitura Pública, da Rede Portuguesa de Museus e de programas de apoio à construção de infraestruturas culturais.

Assim, podemos afirmar que a criação, a 17 de abril de 2008, da AGECAL |Associação de Gestores Culturais do Algarve, associada ao ressurgimento, no ano letivo 2009/2010, na Universidade do Algarve, do Mestrado/ Pós-graduação em Gestão Cultural, constituíram um ponto de viragem no desenvolvimento da Gestão Cultural na região algarvia.

Ambos os acontecimentos iriam, assim, assegurar, garantir e dar continuidade ao que já se passava no resto do país e que aqui foi relatado, na medida em que a região veio contribuir para o alargamento do ensino deste campo de estudos e dotar o Algarve e demais regiões de mais técnicos qualificados dentro e fora das estruturas públicas.

2.2. Gestor Cultural

De acordo com Moreira (2010), pode dizer-se que a Gestão Cultural constitui uma interseção de dois domínios do conhecimento: Gestão e Cultura. No contexto do atual paradigma, a Gestão Cultural cumpre um trajeto de autonomização enquanto campo teórico próprio, na medida em que a Gestão deverá responder, de forma particular, às especificidades do mundo artístico/criativo.

O atual Gestor cultural deve, acima de tudo, pensar, criar e desenvolver a sua atividade com uma planificação coerente, com base nas necessidades do público. Ele exerce uma profissão de qualidade e especializada nas metodologias e fundamentos teóricos necessários, em virtude do conhecimento de âmbito cultural e artístico. As suas competências, pelo menos grande parte, são adquiridas com a formação, mas existe sempre uma parte dessas competências que tem por base os conhecimentos adquiridos, a própria criatividade e a experiência daí decorrente. De acordo com o *Guia de Boas Práticas Culturais*, criado pela *Associació de Professionals de la Gestió Cultural de Catalunya*, o gestor cultural deve ter em mente fatores/competências que influenciam os resultados obtidos:

- A eficácia;
- A eficiência;

- O critério;
- O conhecimento;
- A flexibilidade.

Um gestor cultural, ao iniciar qualquer trabalho, pequeno ou grande, deverá fazer uma avaliação do que tem ao seu dispor, isto é, iniciar pela realização de um diagnóstico rigoroso e adaptado à realidade em causa, seja ele do setor privado ou público. Esta será sempre a sua ferramenta essencial de trabalho.

Um Gestor Cultural que desempenhe o seu trabalho no setor público, dando como exemplo uma autarquia, terá de fazer um levantamento dos equipamentos culturais existentes, do seu estado de conservação, das suas valências e ainda das necessidades reais da população e das manifestações culturais até então organizadas. Deverá ainda ter um conhecimento da dimensão do movimento associativo que existe na sua área e perceber as suas valências, tal como atender à massa criativa existente na região e não esquecer os recursos técnicos e humanos disponíveis, designadamente a sua formação, de forma a poder determinar as áreas que estão em falta.

Aí, sim, o Gestor Cultural poderá dar início ao planeamento, tendo em vista as necessidades identificadas no *Guia de Boas Práticas de Gestão Cultural*, onde se identificam os instrumentos essenciais à sua execução, nomeadamente:

- Criação de um manual de procedimentos;
- Plano de viabilidade ou plano de empresa;
- Plano de desenvolvimento;
- Plano de marketing e comunicação;
- Plano de manutenção e segurança de equipamentos e dos edifícios;
- Inventário de bens e equipamentos;
- Sistemas de participação e avaliação;
- Memórias e justificações;
- Avaliação.

2.2.1. Políticas culturais

O gestor cultural deve ter uma contribuição na elaboração das normas e políticas para o desenvolvimento cultural. A política é recetora das vontades dos cidadãos. Por isso, a colaboração entre gestores e políticos é essencial, de modo a criar iniciativas criadoras de valor público. De acordo com Patrick Ebewo e Mzo Sirayi, o estudo teórico proporcionado pelo seu artigo *“The Concept of Arts/Cultural Management: Critical Reflection”*, tem com «...aims in this article is to provide policymakers, planners, economists, and other role players with a theoretical framework with which to formulate cultural management strategies that promote the sharing of cultural values throughout the global community.». Artigos como este contribuem para que os intervenientes políticos e outros tenham as bases teóricas para fundamentarem as suas políticas.

Uma das funções do gestor cultural é colaborar em projetos iniciados pelos criadores, das associações e indústrias culturais que existem dentro da sua realidade. Muitas vezes, através de cooperações ou ajudas financeiras ou técnicas em campos específicos, consegue-se fomentar a cultura, através do terceiro setor da cultura.

Dentro das políticas culturais, a prática da gestão cultural deve ter liberdade e ser independente para poder agir de acordo com os seus pressupostos, algo que muitas vezes é complicado dentro da esfera pública. No entanto, se tomarmos em atenção os pontos anteriores, tem de ser o gestor a criar a sua própria liberdade e independência, mostrando às autoridades políticas as razões para esta ou outra tomada de decisão, no âmbito de uma política cultural. As políticas culturais devem promover a colaboração entre agentes culturais, seja da área pública seja da área privada. Dessa forma, podemos criar políticas culturais com objetivos sustentados e duradouros: «...*Effective cultural management is goal oriented to ensure long-term success and coping mechanisms in the dynamic and competitive sectors.*» (REUSSNER, 2003, p.99).

2.2.2. Gestão de equipamentos e atividades/manifestações culturais

Os equipamentos culturais são uma área primordial para o gestor. No setor privado, o gestor está, geralmente, focado num único equipamento, como um teatro ou uma galeria privada; já na função pública, o gestor cultural vê-se muitas vezes obrigado a gerir um número diferente de espaços. Isto é algo recorrente nos municípios, com salas de congressos, teatros/salas de espetáculos, museus, bibliotecas, monumentos e áreas urbanas

protegidas. Estas diferentes áreas de intervenção proporcionam ao gestor uma dificuldade acrescida, que o obriga a rodear-se de quadros técnicos especializados em cada área ou, então, a possuir um conhecimento generalizado. Daí que as suas competências devam ser diversificadas, pois o seu campo de ação é multifacetado. O gestor cultural deve tomar em conta todos os pressupostos para a boa gestão de um espaço, sejam eles, no campo da segurança, a eliminação de barreiras arquitetónicas dentro do espaço e as normas de funcionamento.

Outras das suas áreas de gestão são as atividades ou manifestações culturais, cujo planeamento pressupõe uma organização, uma calendarização de algo, neste caso, a cultura. O planeamento cultural é essencial para a correta divulgação e comunicação da obra artística para com o público. Um gestor, acima de tudo, tem de conseguir planejar uma atividade ou manifestação cultural ou um conjunto de atividades ou manifestações, de modo a proporcionar uma fruição plena. Para isso, ele tem de saber gerir todas as componentes da atividade ou manifestação a planejar. Seja um concerto, uma exposição ou uma palestra, as componentes essenciais são as mesmas. Logística, *Staff* e Espaço, estes três campos de intervenção são essenciais ao correto planeamento.

A Logística é tudo o que é necessário à manifestação cultural. No caso de um concerto, os instrumentos e o equipamento de suporte musical. O *staff* são os técnicos que dão apoio ao evento, especializados e não especializados. O espaço deve ser gerido de forma a conseguir-se uma boa organização.

Seja qual for o equipamento cultural a ser usado, Biblioteca, Museu ou Sala de Concertos, tem de ter-se em conta que a sua gestão depende da forma como se rentabiliza cada área do equipamento, de modo a conseguir que este espaço responda às necessidades da atividade ou manifestação ou mesmo do utilizador que vai usufruí-la.

2.2.3. A gestão dos recursos humanos

O gestor cultural é um gestor de equipas multifacetadas, compostas por elementos das mais variadas áreas da cultura. Ele deve criar equipas autossuficientes, complexas e estáveis, que vão contribuir para o funcionamento de projetos, serviços ou, até mesmo, espaços. Ele tem de saber reconhecer a polivalência de uma gestão cultural unipessoal das pequenas equipas, ao mesmo tempo em que valoriza a especialização dos gestores culturais que fazem parte de equipas profissionais complexas.

Passa pelo gestor dar as condições e as técnicas, estruturais e psicológicas, para que um funcionário se sinta capaz de ultrapassar os seus limites.

Como diz Peter Bendixen⁹, «*The Arts Manager is a social pathfinder and creator of effective, relevant public spheres. [This] highlights communication as a prevailing management tool and skill. (...) The emphasis of his/her training and education is or should be on social competence, cultural imagination and knowledge of the arts.*».

A forma como o gestor comunica e a sua relação com a equipa refletem-se na *performance* do seu trabalho, do seu objetivo e pode ser a diferença entre uma avaliação positiva e negativa.

Os profissionais da gestão cultural devem contribuir para a normalização e profissionalização do setor cultural, sendo importante que tanto ele como a sua equipa possuam formação adequada para poder valorizar, entre outras coisas, a dimensão dos projetos, a sua viabilidade e a complementaridade da sua produção e da sua realização.

Os conceitos e práticas culturais estão constantemente a evoluir, transformando a profissão do gestor cultural, sendo, assim, necessário juntar, à formação inicial, uma prática recorrente de formação contínua, extremamente essencial.

Os gestores culturais com mais conhecimento, experiência e competências vão sempre contribuir para a formação dos seus colaboradores e membros da mesma equipa de trabalho. Esta troca de conhecimentos deverá sempre ocorrer com respeito e aceitação das partes.

De maneira a melhorar o seu desempenho, o gestor cultural deve ter uma atitude crítica e refletir, constantemente, sobre a sua atuação profissional.

⁹ Fonte: <http://www.sam-arts.demon.co.uk/ksam/artsman/quotes.html>

II. METODOLOGIA

1. MÉTODO PROPOSTO

1.1. Objetivos

- a) Individualmente, pretende-se, considerando um determinado intervalo de tempo, em quatro municípios de uma mesma região e selecionados para o estudo: identificar, caracterizar, analisar, avaliar e concluir sobre as estratégias implementadas no âmbito da gestão cultural;
- b) Conseguir, por comparação de resultados, identificar um conjunto de aspetos, factos e causas determinantes na diferenciação ou aproximação de resultados, os quais deverão ser tomados em consideração em futuras estratégias de gestão cultural a implementar;
- c) Desenvolver um método prático que, no futuro, possa vir a servir de instrumento operativo no terreno, ao nível dos municípios, quer na monitorização, quer na correção das práticas implementadas no âmbito da gestão cultural, de acordo com os objetivos pré-definidos pelos municípios.

1.2. Identificação do método

O método criado e a aplicar nos quatro municípios selecionados baseia-se em dados recolhidos em várias fontes disponíveis. Todo o material recolhido foi tratado, sistematicamente, com base em tabelas de dados e gráficos de evolução, realizados para o efeito, em que uma série de parâmetros contribuíram para identificar, caracterizar, analisar, avaliar e concluir sobre as estratégias implementadas no âmbito da gestão cultural município a município.

O método usado funciona em duas etapas distintas, mas complementares:

- 1ª Etapa: Conhecimento da realidade e fundamentação das conclusões, através do tratamento direto de dados obtidos junto de várias entidades idóneas;
- 2ª Etapa: Conhecimento da realidade e fundamentação das conclusões, através de dados obtidos baseados na perceção individual de cada um dos intervenientes no processo, mediante a realização de inquéritos e entrevistas.

Mediante o confronto dos resultados obtidos nas conclusões parciais destas etapas, é possível obter uma conclusão final, que integra dois tipos de abordagem distintas, mas complementares, sendo que uma revela a realidade existente, através da quantificação de resultados, e outra revela, confirmando ou não, uma realidade baseada na perceção individual de cada um dos intervenientes no processo.

1.2.1. Etapa 1 – Tratamento direto de dados recolhidos

Conhecimento da realidade e fundamentação das conclusões através de dados obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística, Municípios, Observatório das Atividades Culturais e Associação de Gestores Culturais do Algarve.

- a) **Tabela 1:** permite caracterizar, de forma geral, o contexto municipal em que a gestão cultural se insere e algumas manifestações culturais de relevo ocorridas em determinado período de tempo;
- b) **Tabela 2:** permite identificar as despesas afetas à cultura no município e seus equipamentos. Esta tabela irá gerar um conjunto de dois gráficos:
 - Gráfico 1: permite, dentro do universo temporal definido, comparar a evolução ou regressão das **despesas correntes** nos vários domínios em análise (património, museus, bibliotecas, música, artes cénicas e recintos culturais);
 - Gráfico 2: permite, dentro do universo temporal definido, comparar a evolução ou regressão das **despesas de capital** nos vários domínios em análise (património, museus, bibliotecas, música, artes cénicas e recintos culturais).

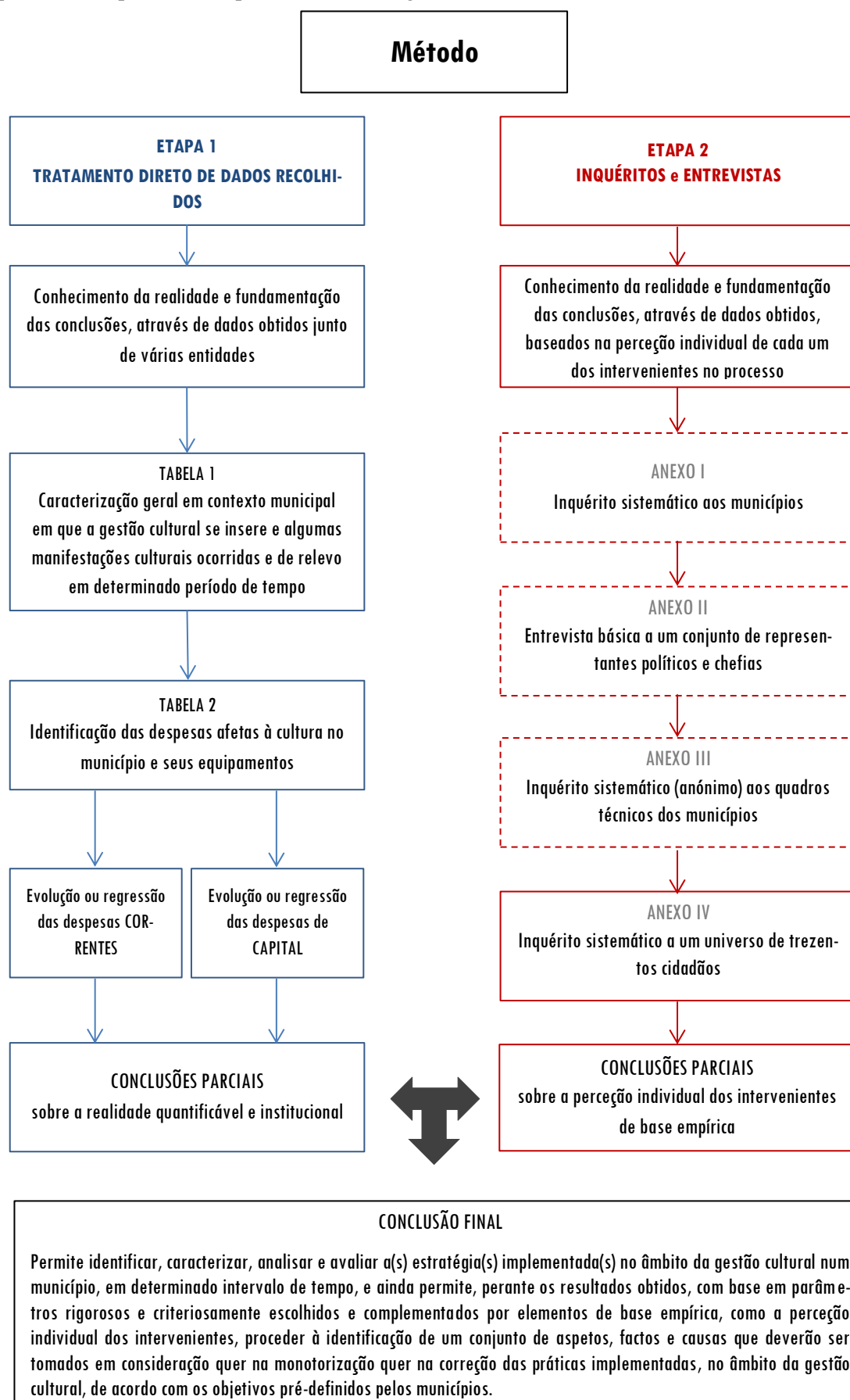
1.2.2. Etapa 2 – Inquéritos e entrevistas

- a) Inquérito sistemático aos municípios em questão sobre os quadros técnicos, despesas e equipamentos da cultura no âmbito em estudo, durante o período em análise; (Anexo I)
- b) Entrevista básica a um conjunto de representantes políticos e chefias no domínio da cultura nas autarquias, por forma a que estes manifestassem o seu entendi-

mento de cultura e que descrevessem o funcionamento do município e as suas políticas culturais, durante o período em análise; (Anexo II)

- c) Inquérito sistemático (anónimo) aos quadros técnicos dos municípios em questão sobre o estado, o funcionamento e a qualidade da cultura neste âmbito, durante o período em análise; (Anexo III)
- d) Inquérito sistemático a um universo de trezentos cidadãos por município sobre a perceção destes face ao estado e à qualidade da cultura ao seu dispor, durante o período de tempo em análise. (Anexo IV)

Figura 2.1 - Esquema do método de caracterização, monitorização e correção das práticas implementadas pelos municípios no âmbito da gestão cultural



1.3. Operacionalidade do método

O desenvolvimento de um método adequado para a caracterização, monitorização e correção das práticas implementadas pelos municípios, no âmbito da gestão cultural, constituiu um dos objetivos principais deste estudo. Deste modo, o método ensaiado revestiu-se de grande importância neste contexto. No entanto, colocou-se, ao longo do seu desenvolvimento, algumas questões pertinentes quanto à sua fiabilidade e utilidade, tais como:

- a) Até que ponto seria este método fiável e, mesmo sendo o método fiável e válido, até que ponto as conclusões encontradas seriam corretas?
- b) Até que ponto seria este método útil, isto é, teriam as conclusões valor para apoiar a formulação de soluções? Seria o esforço despendido, pensando numa perspetiva de aplicabilidade futura por parte dos municípios, compensador dos resultados?

Como resposta a estas preocupações, o estudo revestiu-se de grande cuidado, tentando contornar situações que comprometessem os resultados. Foi assim que, através da constatação da infinidade de conclusões que poderiam ser tiradas, se procedeu a um estudo comparativo entre dois géneros de abordagem: uma abordagem mais sistemática, rigorosa e observante, recorrendo aos dados recolhidos junto de entidades idóneas, traduzida na Etapa 1 do Método, e uma outra de carácter mais empírico, baseada na perceção dos intervenientes no processo, traduzida na Etapa 2 do Método, usando os elementos mais significativos das entrevistas e dos inquéritos.

Dado que as entrevistas e os inquéritos se revelaram como uma resposta vulgar à realidade existente, a melhor forma de a definir foi através da perceção orientada de vários especialistas e outros não especialistas (público). Desta forma, foi possível integrar elementos que, até então, não haviam sido valorizados. A esta abordagem juntou-se um objetivo secundário, que visou o desenvolvimento de uma técnica que permitisse ir ao encontro das preocupações de diagnóstico da gestão cultural ao nível municipal e a sua capacidade de resposta em tempo útil ao pretendido.

1.4. Crítica do método experimental proposto

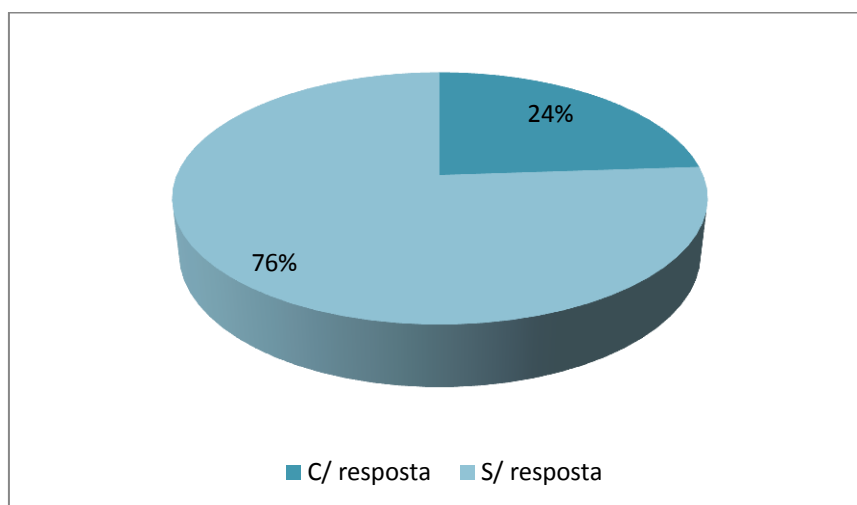
O método mostrou-se eficiente quanto ao cumprimento dos seus objetivos, sobretudo no que diz respeito à Etapa 1, excetuando o facto de os serviços municipais não terem in-

formação organizada e disponível para consulta dos parâmetros em análise, no período temporal em que incide este estudo.

Quanto à Etapa 2 (complementar à Etapa 1), o método não se mostrou tão eficiente, uma vez que só foi possível tratar dados e obter resultados relativos ao Inquérito sistemático a um universo de cidadãos (ver anexo IV) e que, mesmo assim, ficaria aquém das expectativas. Assim, foi necessário ajustar os elementos existentes e alterar o que deveria ser a regra, de acordo com a estrutura do Método apresentado. Isto significa que, face ao exposto, o resultado desta etapa será único e referente aos quatro municípios identificados.

Os restantes inquéritos e entrevistas realizados, de acordo com a Etapa 2 do método, não foi possível utilizar, uma vez que muitos dos parâmetros não foram preenchidos, designadamente por falta de disponibilidade, resposta e interesse dos vários intervenientes abordados.

Figura 2.1 – Universo de 1200 cidadãos a inquirir nos quatro municípios selecionados



Em síntese, a Etapa 1 poderá ser considerada como bem sucedida nos objetivos estabelecidos, enquanto a Etapa 2 será apenas a tradução de parte dos objetivos estabelecidos para esta etapa, o que resulta numa eficácia de cerca de 62% dos objetivos a concretizar na globalidade da aplicação do método.

1.5. Considerações e sugestões finais

Na hipótese de, com base no método proposto, ser possível evoluir, no futuro, para a criação de um instrumento próprio, dinâmico e operativo, no âmbito da Gestão Cultural Municipal, com objetivos bem definidos, como, por exemplo: a avaliação da implementação de determinadas práticas, monitorização, persecução de objetivos a curto, médio ou longo prazo e atuações, sugere-se aqui um conjunto de aspetos a considerar no desenvolvimento deste método:

- a) Análise crítica ao método por especialistas em diversos domínios do conhecimento, por forma a identificar potencialidades e fragilidades e introduzir as necessárias correções ou melhoramentos, como por exemplo a importância da definição científica da amostra (o que não foi possível realizar neste estudo);
- b) Criação de uma plataforma digital, dinâmica e interativa acessível aos vários intervenientes no processo, que permita obter vários níveis e dimensões de informação;
- c) Criação de um instrumento complementar que permita, *in situ* e em tempo real, obter um conjunto de informações, impossíveis de obter *a posteriori*.
- d) Intervenção municipal, no sentido de sensibilizar os intervenientes para a importância da existência desta ferramenta ao serviço do município e dos munícipes.

1.6. Guião de aplicação do método:

- Identificação do período de tempo em estudo
 - Identificação do município selecionado
- 1.6.1. Recolha de informação geral sobre o município (fontes físicas, digitais e orais)
 - 1.6.2. Tratamento da informação recolhida
 - 1.6.3. Caracterização geral do município: localização, dados administrativos, geográficos, demográficos, dados históricos e aspetos relevantes
 - 1.6.4. Aplicação do método proposto:
 - 1.6.4.1. Recolha de informação específica (fontes físicas, digitais e orais)
 - 1.6.4.2. Materialização da Etapa 1, mediante o tratamento direto de dados recolhidos
 - a) Introdução dos dados na Tabela 1: caracterização geral em contexto municipal

- b) Introdução dos dados na Tabela 2: identificação das despesas e equipamentos afetos à cultura
 - a. Elaboração do Gráfico 1: despesas correntes da cultura
 - b. Elaboração do Gráfico 2: despesas de capital da cultura
- 1.6.4.3. Conclusões parciais
- 1.6.4.4. Seleção da amostra, em termos quantitativos
 - 1.6.4.4.1. Materialização da Etapa 2¹⁰, mediante a realização de inquéritos e entrevistas e o tratamento direto de dados recolhidos:
 - a) Inquérito sistemático ao município sobre os quadros técnicos, despesas e equipamentos da cultura, usar o inquérito do Anexo I;
 - b) Entrevista básica a um conjunto de representantes políticos e chefias no domínio da cultura na autarquia, usar o inquérito do Anexo II;
 - c) Inquérito sistemático (anónimo) aos quadros técnicos do município sobre o estado, funcionamento e qualidade da cultura, usar o inquérito do Anexo III;
 - d) Inquérito sistemático a um universo de trezentos cidadãos sobre a perceção destes face ao estado e à qualidade da cultura ao seu dispor, usar o inquérito do Anexo IV.
- 1.6.4.5. Conclusões parciais
- 1.6.4.6. Comparação das conclusões parciais
- 1.6.4.7. Elaboração da conclusão final com a identificação de eventuais soluções de intervenção.

¹⁰ Conforme anteriormente referido na Crítica do método experimental proposto, não será seguido o Guião na íntegra. Assim sendo, esta etapa resultará da análise global dos quatro municípios.

III. ESTUDOS DE CASO

1. IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

1.1 Identificação da região escolhida

Figura 3.1 – Mapa do Algarve



1.2 Critérios subjacentes à sua escolha

É a região onde vivo e trabalho. Daí que este estudo seja um importante passo para o melhor conhecimento da realidade da gestão da cultura no Algarve.

1.3 Caracterização geral da região escolhida:

O Algarve passou, na segunda metade do século XX, de uma região periférica predominantemente agrícola, com comunidades piscatórias distribuídas ao longo do litoral e alguma indústria transformadora, para a maior zona turística do País. Implantou-se um modelo de turismo de massas, de características sazonais, muito ligado à amenidade do clima e a estadias de curta duração, o qual provocou grandes transformações físicas e ambientais. O turismo foi, na sua fase inicial, desenvolvido no Algarve por estrangeiros e empreendedores nacionais ligados ao imobiliário, à hotelaria e à construção civil. O desconhecimento da história social e do património milenar da região originou a importação de modelos exteriores ou a utilização descontextualizada de elementos da arquitetura regional, sobre a utilização de imagens estereotipadas, hipoteticamente representativas de uma cultura algarvia.

1.4 Identificação dos municípios escolhidos

Os estudos de caso focam a realidade que existe em quatro municípios, nomeadamente Silves, Albufeira, Loulé e Faro, na área de estudo proposta para este trabalho.

1.5 Os critérios que se encontram subjacentes a essa escolha

Para escolher estes municípios, tomei em consideração vários factores, entre os quais os contextos histórico, social e turístico. Silves, apesar de ser uma pequena cidade, tem uma importância histórica determinante para a região, sendo, atualmente, um dos pontos privilegiados para o turismo cultural e, apesar dos seus poucos recursos, tem um grande potencial cultural.

Albufeira é uma cidade que cresceu com o turismo e o aumento da construção via desenvolvimento turístico, mas tem um potencial cultural inexplorado.

Loulé tem tudo o que qualquer município aspira, a saber potencial económico, turístico e histórico.

Faro, Capital do Algarve, foi escolhido para este trabalho devido à sua importância na região e pelas conexões que mantém com o Governo da República, através dos centros de poder regionais.

2. APLICAÇÃO DO MÉTODO PROPOSTO AOS ESTUDOS DE CASOS

2.1 Aplicação do método proposto: Caso I

- O período de tempo a que reporta o estudo situa-se entre 2000 e 2010
- O município em estudo é Silves

2.1.1 Caracterização geral do município de Silves

O concelho de Silves, do distrito de Faro, localiza-se no Algarve. É limitado a oeste pelo concelho de Portimão, a este por Loulé, a noroeste por Monchique, a sul por Lagoa, Albufeira e o oceano Atlântico, e a norte por Odemira, Ourique e Almodôvar, pertencentes ao distrito de Beja. Ocupa uma superfície de 679,3 km², distribuída por oito freguesias: Alcantarilha, Algoz, Armação de Pera, Pera, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, Silves e Tunes. Em 2005, Silves apresentava 34.402 habitantes.

As atividades ligadas ao setor secundário têm um papel bastante importante na economia concelhia. As indústrias corticeiras e extrativa constituem as principais atividades. A história deste concelho remonta a tempos pré-históricos, com vários vestígios a serem encontrados por todo o concelho e nas margens do rio Arade, tendo sido conhecida inicialmente por Cilpes, mantendo, nessa altura, contactos comerciais com os povos da região mediterrânica.

A presença romana deixa marcas na cidade, mas é com a ocupação muçulmana que Silves ganha maior preponderância cultural, o que se mantém dos séculos VIII a XIII, marcando a história e o urbanismo desta cidade. Com a conquista de D. Afonso III, Silves e o Algarve passam a fazer parte do reino de Portugal. Silves foi capital do Algarve, mas perdeu esse estatuto, em parte, devido ao assoreamento do rio Arade. Esta cidade sofreu, mais tarde, com as lutas liberais, tendo, como figura, Remexido, guerrilheiro da região e partidário absolutista. Zona intimamente ligada à agricultura, já na segunda metade do século XX, ganha novamente importância com a indústria corticeira e a expansão do caminho de ferro até à região, torna-se um importante centro operário e industrial, ficando ligada às causas republicanas e sindicalistas. Com o Estado Novo, a indústria corticeira entra em declínio, a agricultura, antes baseada nos frutos secos, é substituída pela cultura de regadio, o cultivo da laranja. Com a construção da barragem do Arade, Silves torna-se o mais importante centro produtor nacional de laranja nacio-

nal. Silves é, hoje em dia, um concelho com um interior muito desertificado e uma comunidade envelhecida.

2.1.2 Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto de várias entidades idóneas

Tabela 3.14 – Caracterização geral em contexto municipal

Datas	Governo (Mandatos legislativos)	Legislação cultural	Acontecimentos de referência nacional	Município (Mandato autárquico)	Tutelas (Departamentos e divisões)	Manifestações culturais locais relevantes
2000 até 11 de julho	TOMA POSSE XIV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministro da Cultura: Manuel Maria Carriho		Programa Cultura 2000	Mandato 1997 – 2001 (PSD) Vereador da Cultura:		- Festival da Cerveja (Castelo de Silves) - Encontro de Arqueologia do Algarve
11 de julho	Ministro da Cultura: José Saspportes					
2001 3 de julho	Ministro da Cultura: Augusto Santos Silva		Porto Capital Europeia da Cultura	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2001 – 2005 Vereador da Cultura:		- Festival da Cerveja (Fábrica do Inglês)
8 de setembro		- Lei de Bases do Património Cultural Português Lei n.º 107/2001				
2002	TOMA POSSE XV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministro da Cultura: Pedro Roseta					- Festival da Cerveja (Fábrica do Inglês) - Encontro de Arqueologia do Algarve
2003					Departamento Sócio-Cultural - Divisão de Educação, Cultura, Turismo e Património	- Festival da Cerveja (Fábrica do Inglês)
2004 19 de agosto	TOMA POSSE XVI GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministra da Cultura: Maria João Bustorff					- Festival da Cerveja (Fábrica do Inglês) - Feira Quinhentista de Silves - Encontro de Arqueologia do Algarve
6 de setembro		- Lei Quadro dos Museus Portugueses Lei n.º 47/2004 - Lei do Cine-				

		ma e do Audio- Visual Lei n.º 47/2004		
2005	TOMA POSSE XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministra da Cultura: Isabel Pires de Lima		TOMA POSSE (PSD) Mandato 2005 — 2009 Vereadora da Cultura:	- Festival da Cerveja (Fábrica do Inglês) - Feira Medieval de Silves I
2006		- Faro Capital da Cultura		- Festival da Cerveja (Fábrica do Inglês) - Feira Medieval de Silves II - Encontro de Arqueologia do Algarve
18 de julho		- Credenciação de Museus Despacho Normativo n.º 3/2006 - Lei de Proteção do Património Cultural Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho		
2007 27 de março		- Estatuto do Gestor Público Decreto-Lei n.º 71/2007	Departamento Sócio-Cultural - Divisão de Educação, Cultura, Turismo e Património	- Feira Medieval de Silves III
2008	Ministro da Cultura: José Pinto Ribeiro			- Feira Medieval de Silves IV - Encontro de Arqueologia do Algarve
6 de outubro		- Apoio às Artes Decreto-Lei 196/2008		
2009	TOMA POSSE XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministro da Cultura: Gabriela Canavilhas	- Regime Jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2009 — 2013 Vereadora da Cultura: Dr.ª Manuela Guerreiro	- Feira Medieval de Silves V
15 de junho				

15 de junho	nacional, de interesse público ou de interesse municipal Decreto-Lei 140/2009
15 de junho	- Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial Decreto-Lei 139/2009 - Fundo de Salvaguarda do Património Cultural Decreto-Lei 138/2009
2010	Departamento Sócio-Cultural - Divisão de Cultura e Turismo - Divisão de Património Histórico — Arqueológico e Museus - Feira Medieval de Silves VI - Encontro de Arqueologia do Algarve

Tabela 3.15 – Identificação das despesas e equipamentos afetos à cultura

Ano	Despesas	Domínios						Equipamentos Culturais
		Património (total)	Museus	Bibliotecas	Música	Artes cénicas	Recintos culturais	
2000	Correntes	138	54	7	93	5	1	- Castelo de Silves (Monumento Nacional) - FISSUL — Pavilhão de Feiras e Exposições (anterior a 2000) - Museu Municipal de Arqueologia (desde 1999)
	Capital	0	0	0	0	0	81	
2001	Correntes	311	114	31	84	0*	0	- Museu da Cortiça
	Capital	114	113	63	1	0	34	
2002	Correntes	276	135	36	58	3	0	- Centro de Interpretação do Património Islâmico
	Capital	96	7	87	0	0	33	
2003	Correntes	297	146	49	57	11	0	
	Capital	81	1	38	0	0	214	
2004	Correntes	315	151	51	68	21	0	
	Capital	817	131	205	0	0	433	
2005	Correntes	344	170	57	99	49	1	
	Capital	1727	19	369	0	0	646	
2006	Correntes	360	182	45	41	2	2	
	Capital	1552	48	1137	0	0	197	
2007	Correntes	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	- Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica
	Capital	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	
2008	Correntes	380	165	259	48	0	0	Biblioteca Municipal

	Capital	1243	268	430	0	0	0	(novo edifício)
2009	Correntes	360	159	317	242	14	0	
	Capital	718	306	690	0	0	133	
2010	Correntes	310	148	301	275	36	0	Encerramento do Museu da Cortiça
	Capital	152	63	29	0	0	34	

Unidade: milhares de euros (*728 €)

Fonte: Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios por localização geográfica; Anual - INE, Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais «<http://www.ine.pt>»

Fonte²: «<http://www.cm-silves.pt/>»

S/D: Sem dados

Gráfico 3.7 - Despesas correntes da cultura

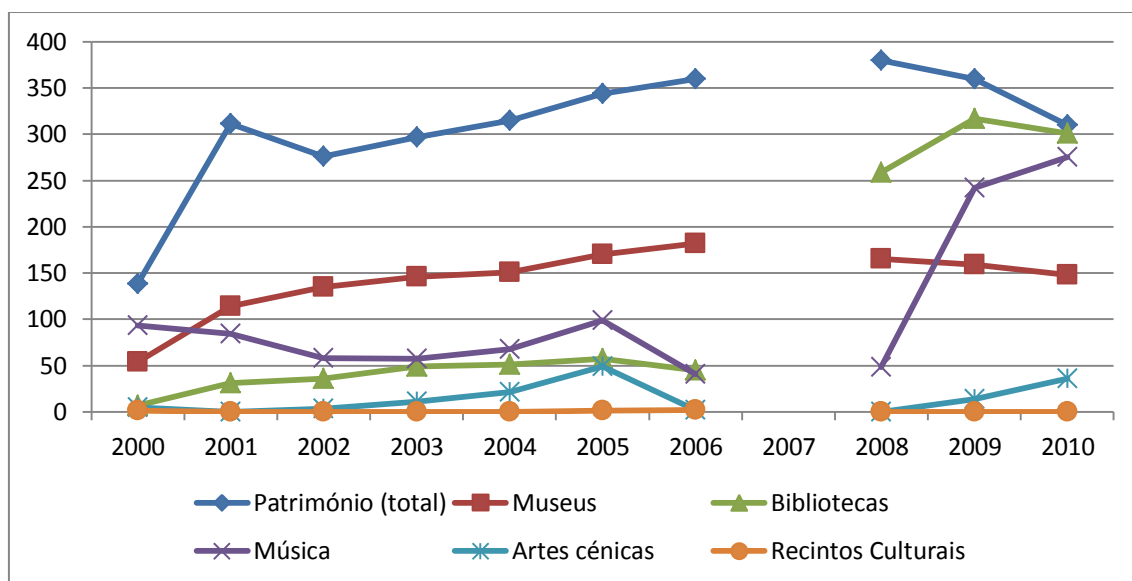
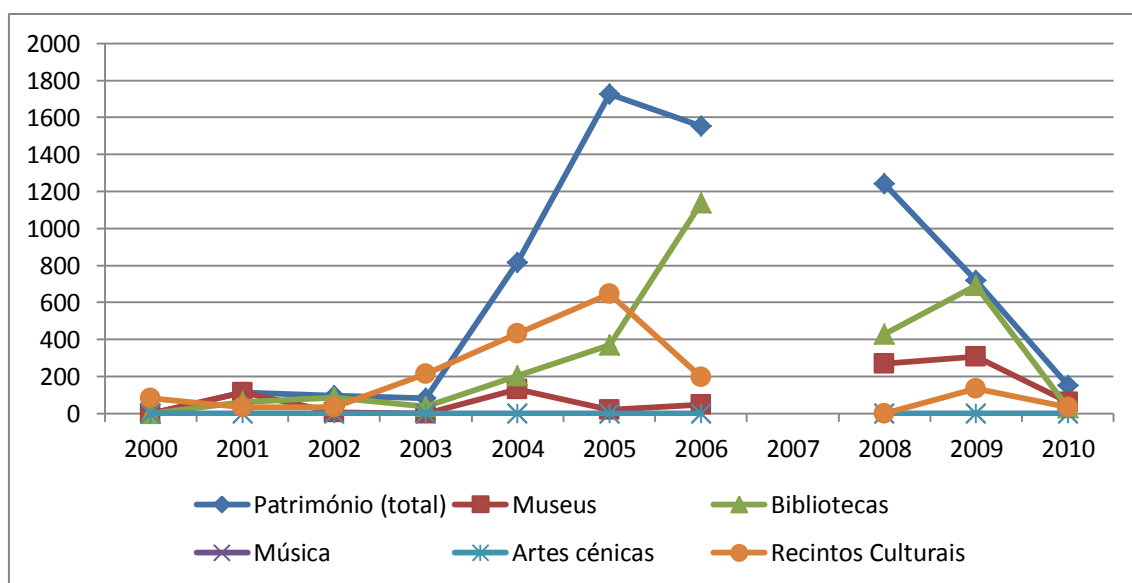


Gráfico 3.8 – Despesas de capital da cultura



2.1.3 Conclusões parciais da Etapa 1

O concelho de Silves tinha, de acordo com o CENSOS 2011¹¹, 33.830 habitantes em 2001, que, entre 2001 e 2011, ascendeu aos 37.126 habitantes. Este aumento da população exigiu ao município um aumento ou melhoramento dos seus serviços e equipamentos para satisfazer as necessidades da população.

Quando analisamos o que ocorreu durante o período em que este estudo incide, de modo geral, percebe-se que Silves apostou, principalmente, no seu património e no turismo.

No início desta investigação, sabe-se que Silves tinha como equipamentos culturais, em 2000, os seguintes:

- Castelo de Silves;
- FISSUL – Pavilhão de Feiras
- Museu Municipal de Arqueologia – 1999

Nesta altura, era realizada uma série de acontecimentos culturais e outros géneros, tais como o Festival/Festa da cerveja, a Feira da Laranja e o Encontro de Arqueologia do Algarve. De acordo com as despesas correntes do município com alguns setores da cultura, percebe-se que existe uma tendência nos gastos. O Património tem o maior gasto, o qual se mantém ao longo destes dez anos.

Em 2001, existe um aumento nas despesas correntes com o Património, como é demonstrado pelo gráfico 3.7, o que pode corresponder a mais gastos com investigação histórica.

Em 2003 – 2005/06, pode observar-se, no gráfico 3.8, que existe um grande investimento em infraestruturas. Estas despesas de capital poderão estar associadas a escavações arqueológicas e investimentos na reabilitação, associados ao programa Polis de Silves. No mesmo gráfico, pode observar-se um novo investimento, em 2005, que pode estar associado à reabilitação do edifício onde viria a ficar instalada a Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica.

Em 2007, pode observar-se um novo investimento, agora na área das Bibliotecas. Esta despesa é anterior à construção do novo edifício da Biblioteca. A inauguração deste

¹¹ Fonte: «www.ine.pt»

novo equipamento cultural coincide com o aumento das despesas correntes com bibliotecas, o que se pode observar no gráfico 3.7.

Seguem-se alguns dos equipamentos culturais que existem em Silves no final de 2010:

- O Castelo de Silves, monumento nacional que pertence ao Governo Central, que é representado, no Algarve, pela DRC Algarve. A sua gestão está inteiramente a cargo do município e é, actualmente, um dos pontos de visita mais apreciados em Silves.
- O Museu Municipal de Arqueologia de Silves, aberto em 1999, tem, neste momento, um dos melhores espólios da presença islâmica em Silves, sendo, a par do castelo, um ponto de grande interesse para os visitantes. Na mesma altura, abriu também, em Silves, outro museu de grande importância para a cidade, no âmbito de um projeto privado com apoio municipal, isto é, a Fábrica do Inglês e, lá dentro, o Museu da Cortiça. Este espaço museológico recebe o prémio de melhor Museu Europeu Industrial, concedido pelo Conselho Europeu, em 2001. Passa a ser, desde a sua abertura até ao seu encerramento, a 18 de maio de 2010, outro dos pontos de referência cultural da cidade, centro de espetáculos e marco importante na história da indústria corticeira do Algarve.
- A Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica está sediada, desde 2007, no edifício construído para Matadouro Municipal de Silves, nos finais de 1914. Procura transmitir o esplendor da Silves muçulmana e, a partir desta altura, a cidade vê-se dotada de um edifício industrial *neomudejar*, cujo projeto de recuperação foi da autoria do Arquiteto José Alberto Alegria. Este equipamento tem a finalidade de promover a cultura, particularmente a islâmica e a mediterrânica, influências que formam a identidade cultural da cidade de Silves e do seu concelho. Hoje em dia, este espaço promove iniciativas culturais que visam o enriquecimento cultural dos munícipes, tais como conferências, exposições, debates, sessões de leitura e pequenas palestras.
- A Casa Museu João de Deus, local onde viveu o poeta, é um espaço aberto à cultura. Insere-se no plano de valorização do património urbano e no desenvolvimento cultural de cariz diversificado da vila de São Bartolomeu de Messines, é um setor que se encontra integrado na Divisão de Cultura, Turismo e Património da Câmara Municipal de Silves, local com diversas valências, como biblioteca e

espaços expositivos, que preserva a memória e a história do poeta e da Vite mes-sinense.

- O Centro de Interpretação do Património Islâmico aparece, em 2002, integrado num projeto da ação piloto Portugal/Espanha/Marrocos. O espaço divide-se em três áreas representativas da influência islâmica nesta região, mais exatamente a arquitetura em terra, a água e a sua importância para os povos islâmicos, na área da agricultura, e a poesia, com referências aos poemas escritos por várias perso-nagens da história islâmica que passaram pelo Algarve, como Al-Muthamid e Ibn Ammâr, importantes governadores da cidade em tempo de inclusão no fa-moso reino taifa de Sevilha.
- O Museu do Traje e das Tradições, de São Bartolomeu de Messines, outro equi-pamento da autarquia de Silves com o intuito de preservar a cultura, situa-se à entrada da vila, numa casa típica do interior algarvio, recuperada, especialmente, para este efeito. Concebido com base no vastíssimo espólio, legado ao Rancho de São Bartolomeu de Messines, este núcleo museológico exhibe peças relacio-nadas com as tradições populares daquela vila, dos finais do século XIX ao iní-cio do século XX.
- A Biblioteca Municipal de Silves, na Torre, Porta de Loulé. Passa, em 2008, pa-rra o seu novo edifício junto à entrada da cidade, frente ao Largo *Al-Mutamid*. Estas novas instalações permitiram dotar a biblioteca municipal de novas valên-cias e, deste modo, aumentar o número de equipamentos culturais ao serviço dos munícipes de Silves. Em termos estatísticos, estes dados não se refletem nos da-dos do Instituto Nacional de Estatística, visto que se tratou somente de uma mu-dança de instalações, mas demonstra o investimento do município nesta área. O Arquivo Histórico, a partir desse momento, passou a existir ao lado do Museu Municipal de Arqueologia, melhorando consideravelmente a suas valências e o seu funcionamento em prol do município.
- O Teatro Mascarenhas Gregório faz parte da memória coletiva da sociedade sil-vense. Após anos de degradação, em 1981, foi classificado como edifício de in-teresse municipal. Mais tarde, em 1987, o antigo IPPAR, atual Direção Geral do Património Cultural, concedeu a classificação de Imóvel de Interesse Concelhio. Este edifício, apesar da sua importância, manteve-se desativado entre 2000 e

2010, mas, depois de muitos anos, o município conseguiu as condições para avançar com a sua recuperação, voltando à atividade recentemente.

- A FISSUL - Pavilhão de Feiras e Exposições, pavilhão de exposições onde se realizam feiras de várias áreas e setores económicos com relevância para a região, é outro dos equipamentos de relevo do município, local onde se realizou a Feira da Laranja e onde se realiza, anualmente, o Encontro de Arqueologia do Algarve.

Em 2009/10, o gráfico 3.7 mostra um aumento das despesas correntes com a música, que coincidem com a realização da V Edição da Feira Medieval de Silves.

Percebe-se, claramente, que a Feira Medieval de Silves, é uma manifestação cultural que vai aumentando a sua dimensão ao longo desses dez anos, tornando-se cada vez mais diversificada.

Seguem-se algumas das manifestações culturais mais relevantes durante o período em estudo, no Município de Silves:

- O Festival da Cerveja tem uma longa tradição. Começou nos anos 70 e, até ao ano 2000, decorreu dentro do Castelo de Silves. Passou, depois, para o recinto da Fábrica do Inglês, hoje falida, e deixou de realizar-se em 2006, por falta de apoios. Famoso internacionalmente, o Festival decorria, habitualmente, no final do mês de julho e era organizado pelo Silves Futebol Clube, contando com o apoio da Câmara Municipal de Silves.
- A Feira da Laranja, organizada pela Câmara Municipal de Silves, em colaboração com a Direção Regional de Agricultura do Algarve e a Universidade do Algarve, é uma feira temática onde, para além da apresentação de citrinos, produtores, comerciantes e serviços associados, se podia assistir a uma grande variedade de eventos, desde a demonstração de maquinaria até à alimentação baseada nos internacionalmente famosos citrinos da região de Silves. Estes certames contavam ainda com colóquios setoriais, onde se discutiam alguns dos principais problemas ligados à produção, distribuição, comercialização e consumo de citrinos, em todas as suas vertentes. A organização desta importante feira foi abandonada em 2001 pelo Município de Silves.
- Em 2004, como forma de celebrar os 500 anos do Foral Manuelino de Silves, foi organizada a Feira Quinhentista de Silves, com a preocupação de recriar factos

históricos, bem como associar os mesmos à promoção turística da cidade e do concelho. Em 2005, é dada continuidade a esse trabalho com a primeira edição da Feira Medieval de Silves, evento que continua a ter a forte presença da recriação histórica do período medieval da antiga capital do Reino do Algarve. Desta forma, potenciando o turismo cultural e a promoção do concelho. Trata-se de uma organização do Município em conjunto com a Companhia de Teatro Vivarte. Este certame medieval tem sido organizado, anualmente, recebendo tanto visitantes estrangeiros como nacionais.

- O Encontro de Arqueologia do Algarve tem sido organizado em Silves desde 2000. Trata-se de uma organização conjunta do ex-IGESPAR, i.p. (Direção Geral do Património Cultural) e do Município de Silves e tem como objetivo divulgar os trabalhos arqueológicos de maior importância ocorridos na região do Algarve, promover o debate científico relativo a problemáticas relacionadas com a atividade arqueológica e sensibilizar para a promoção social da atividade arqueológica, a preservação e a valorização do património arqueológico.
- O FIESA é um Festival Internacional de Escultura em Areia, que se tem realizado na Freguesia de Pera, município de Silves, desde 2003. É organizado pela ProSandArt, de modo privado, recebendo apoio de várias entidades. Dinamiza o turismo, tal como a fruição da arte e tem-se realizado todos os anos desde essa data, sendo reconhecido internacionalmente como o melhor evento do género na Península Ibérica.

Estes são apenas alguns dos eventos que marcam a realidade cultural de Silves, durante o período de 2000 a 2010. Para além destes, temos ainda inúmeros eventos de menor dimensão, organizados por pequenas associações por todo o concelho.

As artes cénicas não parecem ter grande investimento ao longo destes dez anos, mas, em 2009/10, existe um pequeno aumento nas despesas correntes associadas a este item: «As actividades de natureza criativa, que incluem as Artes cénicas, (...) têm menor expressão no total das despesas camarárias.» (GOMES, LOURENÇO e MARTINHO, 2006, p.28).

Ao analisarmos estes dados, podemos chegar à conclusão de que as políticas culturais no município de Silves têm sido, principalmente, direcionadas para o Património, para a construção de novos equipamentos associados ao património, para a revitalização da

Biblioteca, «A criação de equipamentos culturais e a recuperação de edifícios/monumentos de valor patrimonial têm sido, efectivamente, áreas de volumosos investimentos das autarquias, sustentados, em muitos casos, por fundos comunitários.» (GOMES, LOURENÇO e MARTINHO, 2006, p.28). Silves investiu para dotar a sua cidade de novos equipamentos, reabilitar áreas urbanas e demonstrou uma longa aposta no conhecimento histórico e científico.

A partir de uma análise atenta dos dados ao dispor deste estudo, percebemos que Silves, apesar de manter a mesma força política ao longo dos dez anos, tem áreas bastante positivas, mas também áreas em que não teve o sucesso desejado.

Aspetos positivos:

- Aposta na investigação científica: Silves investiu bastante neste período no Património, em encontros científicos, em trabalhos arqueológicos e na reabilitação do património.
- Aposta em novos equipamentos: Investiu na Fábrica do Inglês, património industrial; construiu o Museu da Cortiça, associado à Fábrica do Inglês; apostou no seu passado islâmico com o investimento no Centro de Interpretação do Património Islâmico e a Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica e construiu o novo edifício da biblioteca municipal, dando à comunidade novas valências para usufruir.
- Crescimento da Feira Medieval: Ao longo deste período, nota-se um claro crescimento da Feira Medieval de Silves.

Aspetos negativos:

- Não há continuidade em certos equipamentos: A Fábrica do Inglês e Museu da Cortiça, apesar de boas obras, foram um projeto que perdeu fulgor, acabando por fechar no final deste período em estudo.
- Poucas manifestações culturais: Um item que chama à atenção nesta análise são as poucas manifestações culturais existentes, a sua pouca diversidade.
- Desaparecimento de certas manifestações culturais, como o Festival da Cerveja.

Os dados apresentados mostram uma faceta de Silves muito ligada ao seu passado, mas demonstra também a descontinuação de outras ideias, mais importantes no passado. Apercebemo-nos de que Silves cresce à volta de uma história e de um conceito de vida.

Uma cidade muito ligada à agricultura tem, nos primeiros anos, dois eventos que marcam a sua cultura e as suas tradições, a Feira da Laranja e a Festa da Cerveja. Ambas as manifestações conseguiam dar alguma notoriedade a Silves, em virtude da visibilidade dada a duas componentes importantes, a agricultura e o turismo. As mudanças políticas muitas vezes transformam uma cidade. No caso de Silves, começa a existir uma maior promoção da sua história. Não que não existisse, mas, a partir de 2002, ganha uma nova dimensão, com uma mudança de paradigma no município. A história ganha relevo e, através de eventos, tais como a Feira Medieval, Silves ganha uma nova cara. As obras de renovação da cidade, com o programa Polis, são também um valioso contributo e podemos compreender que começa a existir uma clara promoção de Silves a nível turístico. O município tem vindo a crescer, mas, sem a disponibilidade financeira de outros municípios algarvios, o seu desenvolvimento tem sido limitado. No entanto, no que se refere à cultura, percebemos que, durante o período em estudo, Silves cresceu em equipamentos e conseguiu dar à sua malha associativa maiores condições para o fomento da cultura.

No cômputo final, considera-se que, em Silves, não existe Gestão Cultural. Em certos campos, como o património, existe, porém, uma continuidade. Depreende-se que existem objetivos, a longo prazo, quanto ao investimento nos equipamentos. Mas, quando olhamos para casos como o desaparecimento de uma manifestação cultural, como o Festival da Cerveja ou o fracasso da Fábrica do Inglês e do Museu da Cortiça, percebe-se que a realidade não é tão benevolente. Nota-se falta de conhecimento da realidade existente em Silves, pois parte dos objetivos propostos não foram concretizados.

A imagem que Silves mostra, actualmente, é de uma cidade cujo foco principal é o turismo cultural, mas percebe-se que a cidade se tem virado para o turismo global face aos investimentos permitidos, com a construção de alguns equipamentos turísticos que promovem a prática do golfe. Considerando as limitações, Silves demonstra muito potencial a nível do turismo cultural. O modo como irá ser desenvolvida essa área determinará a forma como a cidade se irá desenvolver nos próximos anos.

2.2 Aplicação do método proposto: Caso II

- O período de tempo a que reporta o estudo situa-se entre 2000 e 2010
- O município em estudo é Albufeira

2.2.1 Caracterização geral do município de Albufeira

O concelho de Albufeira do distrito de Faro situa-se na região do Algarve. É limitado pelos seguintes concelhos: a oeste, Silves; a este e norte, Loulé; a sul, o oceano Atlântico, ocupando uma superfície de 140,7 km², distribuída por cinco freguesias: Albufeira, Guia, Paderne, Olhos de Água e Ferreiras. Em 2005, o concelho apresentava 34.221 habitantes. Albufeira, topónimo proveniente da palavra árabe *Al-Buhera* (قريحبل), povoada desde os tempos pré-históricos, era um importante centro piscatório e portuário, segundo indícios que remontam ao período Neolítico e à Idade do Bronze. Os Romanos batizaram-na de Baltum, e, mais tarde, os Árabes deram-lhe o nome de *Al-buhera*, ou “castelo do mar”, o que deu origem ao atual topónimo da cidade.

Albufeira foi uma das praças algarvias que se manteve mais tempo sob o domínio árabe, protegida por muralhas e fortificações quase invioláveis. Já a maior parte do Algarve se encontrava sob o domínio cristão e Albufeira permanecia ainda dominada pelos Mouros, que aqui desenvolviam uma próspera atividade agrícola e de comércio com o Norte de África.

Após cinco séculos de domínio árabe, foi, finalmente, tomada por D. Afonso III, em 1246, que a doou, posteriormente, à Ordem de Avis. A 20 de agosto de 1504, foi concedido o foral à vila de Albufeira pelo Rei D Manuel I. A cidade sofreu com dois episódios marcantes. Em 1755, um grande terramoto e marmoto destruiu quase toda a cidade, sobrevivendo somente 27 casas. Mais tarde, durante as guerras liberais portuguesas, um partidário absolutista, Remexido, incendiou a cidade, provocando a morte a inúmeras pessoas.

A partir de meados do século XIX, Albufeira viria a relançar-se como importante centro de pesca, registando um grande progresso económico, que se intensificou no início do século XX, com o incremento da exportação de peixe e frutos secos e a criação de diversas fábricas que empregavam cerca de 800 pessoas. No entanto, entre as décadas 30 e 60 do século XX, viveram-se tempos de decadência. Com a falência dos armadores e das fábricas, muitas casas e embarcações foram votadas ao abandono e o número de habitantes reduziu drasticamente.

A partir de meados dos anos 60, Albufeira viria a despertar o interesse, primeiro dos turistas nacionais e depois dos britânicos, originando um verdadeiro *boom* do turismo e dando novo fôlego à economia do concelho.

Elevada a cidade, em 1986, foi também durante essa década que Albufeira mais cresceu a nível urbanístico. A cidade expandiu-se, então, para nascente, zona onde se situa, ainda hoje, a maior parte dos serviços administrativos. Albufeira é, hoje em dia, um importante centro de turismo. O setor terciário constitui o mais importante setor de atividade económica do concelho. Este setor está relacionado com o turismo, destacando-se as atividades ligadas aos desportos náuticos - nomeadamente windsurf, vela, mergulho, esqui aquático, surf, natação e motas de água -, hipismo e golfe.

2.2.2 Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto de várias entidades idóneas

Tabela 3.16 – Caracterização geral em contexto municipal

Datas	Governo (Mandatos legislativos)	Legislação cultural	Acontecimentos culturais de referência nacional	Município (Mandato autárquico)	Tutelas (Departamentos e divisões)	Manifestações culturais locais relevantes
2000 até 11 de julho 11 de julho	TOMA POSSE XIV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministro da Cultura: Manuel Maria Carrilho Ministro da Cultura: José Saspportes		Programa Cultura 2000	Mandato 1997 – 2001 Vereador da Cultura: José Geraldo Simões	- Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural - Divisão dos Assuntos Culturais Chefe de Divisão: Idalina Nobre	- Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA – Festival Internacional de Cinema do Algarve - VI Jornadas do Património do Algarve - Concerto de fim de ano
2001 3 de julho 8 de setembro	Ministro da Cultura: Augusto Santos Silva	- Lei de Bases do Património Cultural Português Lei n.º 107/2001	Porto Capital Europeia da Cultura	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2001 – 2005 Vereadora da Cultura: Ana Vidigal	- Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural - Divisão dos Assuntos Culturais Chefe de Divisão: Idalina Nobre	- Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA – Festival Internacional de Cinema do Algarve - Concerto de fim de ano
2002	TOMA POSSE XV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministro da Cultura: Pedro Roseta					- Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA – Festival Internacional de Cinema do Algarve - VII Jornadas do Património do Algarve

2003		<ul style="list-style-type: none"> - Concerto de fim de ano - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - Concerto de fim de ano 		
2004 19 de agosto	<p>TOMA POSSE XVI GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD)</p> <p>Ministra da Cultura: Maria João Bustorff</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lei Quadro dos Museus Portugueses Lei n.º 47/2004 - Lei do Cinema e do Audio-Visual Lei n.º 47/2004 	<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - VIII Jornadas do Património do Algarve - Concerto de fim de ano 	
6 de setembro				
2005	<p>TOMA POSSE XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS)</p> <p>Ministra da Cultura: Isabel Pires de Lima</p>	<p>TOMA POSSE (PSD)</p> <p>Mandato 2005 — 2009</p> <p>Vereadora da Cultura: Marlene Silva</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural - Divisão dos Assuntos Culturais - Chefe de Divisão: Idalina Nobre 	<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - Festival Al-Buhera - Concerto de fim de ano
2006		- Faro Capital da Cultura		
18 de julho		<ul style="list-style-type: none"> - Credenciação de Museus Despacho Normativo n.º 3/2006 - Lei de Proteção do Património Cultural Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho 	<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - Sons Ardentes - Festival Al-Buhera - IX Jornadas do Património do Algarve - Concerto de fim de ano 	
2007 27 de março		<ul style="list-style-type: none"> - Estatuto do Gestor Público Decreto-Lei n.º 71/2007 	<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da N.ª Sr.ª da Orada 	

					<ul style="list-style-type: none"> - FICA — festival internacional de Cinema do Algarve - Sons Ardentes - Festival Al-Buhera - Concerto de fim de ano - Carnaval de Paderne
2008					
30 de janeiro	Ministro da Cultura: José Pinto Ribeiro				<ul style="list-style-type: none"> - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - Sons Ardentes - Festival Al-Buhera - X Jornadas do Património do Algarve - Concerto de fim de ano
6 de outubro		- Apoio às Artes Decreto-Lei 196/2008			
2009					
15 de junho	TOMA POSSE XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministro da Cultura: Gabriela Canavilhas	- Regime Jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal Decreto-Lei 140/2009	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2009 — 2013 Vereadora da Cultura: Marlene Silva	- Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural - Divisão de Cultura Chefe de Divisão: Idalina Nobre	<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - Sons Ardentes - Festival Al-Buhera - Concerto de fim de ano
15 de junho		- Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial Decreto-Lei 139/2009			
15 de junho		- Fundo de Salvaguarda do Património Cultural Decreto-Lei 138/2009			

2010	<ul style="list-style-type: none"> - Carnaval de Paderne - Festa de São Vicente - Festa da Nossa Senhora da Orada - FICA — Festival Internacional de Cinema do Algarve - Sons Ardentes - Festival Al-Buhera - Concerto de fim de ano
------	---

Quadro 3.17 – Identificação das despesas e equipamentos afetos à cultura

Ano	Despesas	Domínios						Equipamentos Culturais
		Património (total)	Museus	Bibliotecas	Música	Artes cénicas	Recintos culturais	
2000	Correntes	20	10	0	110	26	0	- Arquivo Histórico
	Capital	42	30	37	0	0	0	- Galeria Pintor Samora Barros (desde 1988) - Galeria Municipal (desde 1997) - Museu Municipal de Arqueologia (desde 1999) - Auditório Municipal
2001	Correntes	14	7	0	278	29	0	
	Capital	0	0	29	0	0	1337	
2002	Correntes	11	3	47	251	52	0	
	Capital	323	8	37	0	0	0	
2003	Correntes	2195	670	0	639	437	0	
	Capital	0	0	66	4	0	0	
2004	Correntes	1164	1160	92	383	69	0	- Biblioteca Municipal (novo edifício)
	Capital	2825	2825	287	0	0	0	
2005	Correntes	68	67	0	1020	11	0	- Museu Municipal de Arqueologia (fecho)
	Capital	11	11	0	0	0	0	
2006	Correntes	408	408	203	3057	41	1	
	Capital	28	18	0	0	0	0	
2007	Correntes	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	- EMA — Espaço multiusos
	Capital	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	- Museu Municipal de Arqueologia (reabre)
2008	Correntes	168	155	223	1297	111	0	
	Capital	70	0	0	0	0	109	
2009	Correntes	130	128	231	1814	112	0	
	Capital	387	94	17	0	9	50	
2010	Correntes	174	142	0	808	51	0	
	Capital	253	137	0	0	0	0	

Unidade: milhares de euros

Fonte: Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios por localização geográfica; Anual - INE, Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais «<http://www.ine.pt>»

Fonte2: «<http://www.cm-albufeira.pt/>»

S/D: Sem dados

Gráfico 3.9 – Despesas correntes da Cultura

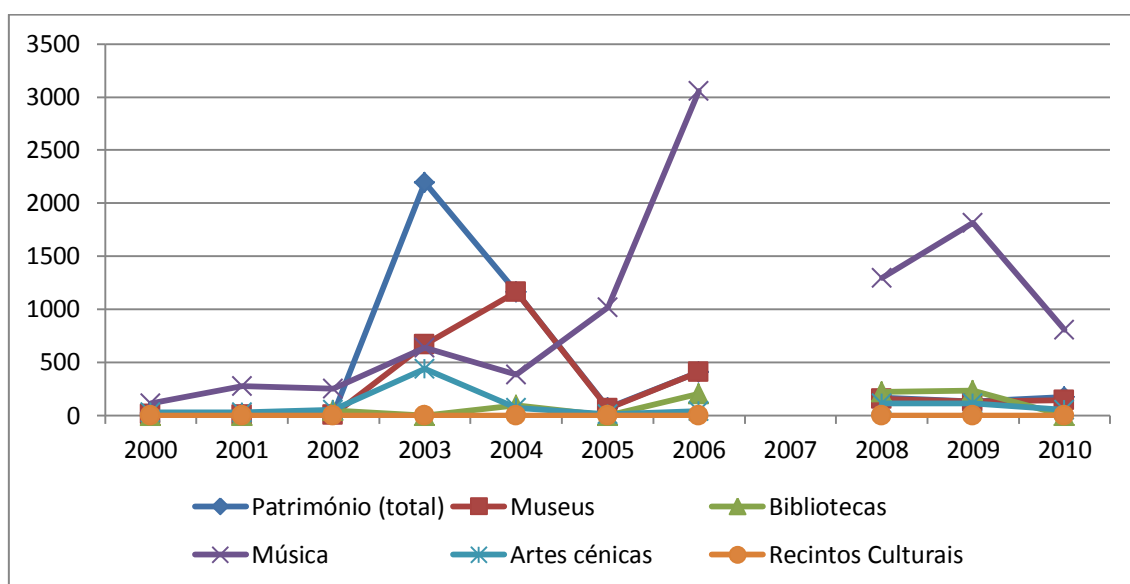
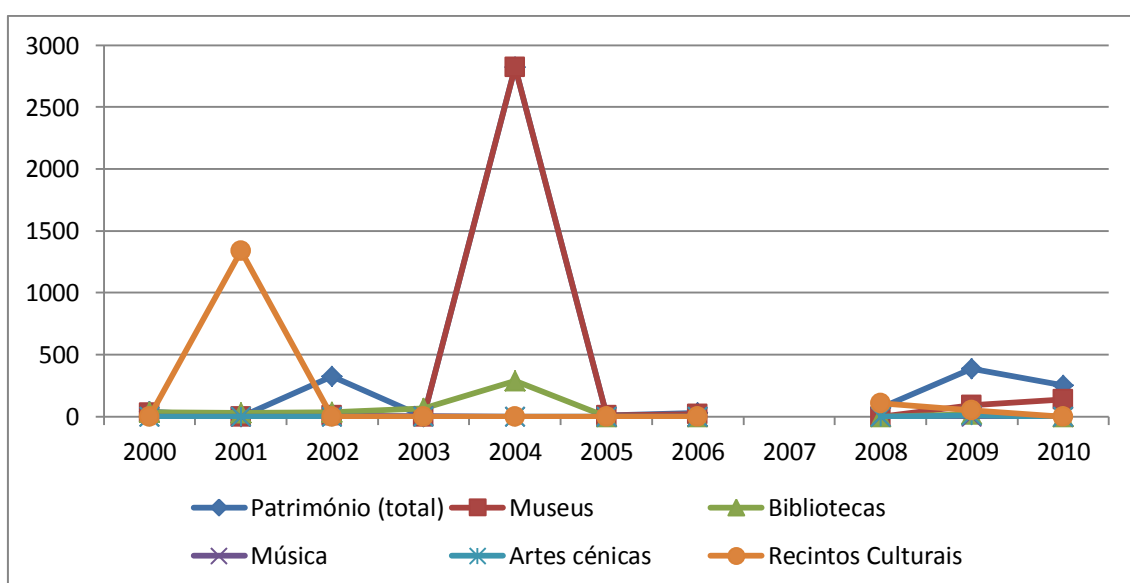


Gráfico 3.10 – Despesas de capital da Cultura



2.2.3 Conclusões parciais da Etapa 1

O concelho de Albufeira tinha, de acordo com o CENSOS 2011, 31.543 habitantes, em 2001. Essa população, entre 2001 e 2011, ascendeu aos 40.828 habitantes. Este aumento na população exigiu ao município um aumento ou melhoramento dos seus serviços e equipamentos para satisfazer as necessidades da população.

Uma análise atenta dos dados ao dispor deste estudo, percebemos que Albufeira mantém a mesma força política desde 2001. Essa equipa foi alterada, em 2005, com a chegada de uma nova vereadora para a Cultura. A partir desse momento, o trabalho da cultura manteve uma linha única [tabela 3.16]. Ao observar-se as despesas correntes [gráfico 3.9] e de capital [gráfico 3.10] do município, ao longo destes dez anos, percebe-se alguns indícios das suas políticas culturais, em concreto, no que se focavam. Em 2001, nota-se um largo investimento em recintos culturais, que, de acordo com os dados disponíveis, poderá ter sido o investimento inicial do futuro edifício da Biblioteca de Albufeira. Mas, sabe-se que, nesta altura, o concelho já beneficiava da existência de diversos equipamentos culturais, nomeadamente o Arquivo Histórico, a Galeria Pintor Samora Barros, a Galeria Municipal e o Museu Municipal de Arqueologia.

Em 2004, existe um grande investimento na área dos museus, de acordo com os dados do INE. Isto coincide com a abertura do novo edifício da Biblioteca Municipal, mas também com o fecho do museu por altura do programa Polis Albufeira¹². O museu sofre obras de reabilitação nessa altura, o que coincide com este investimento. Nos anos que se seguem, Albufeira faz pouco ou nenhum investimento a nível de equipamentos culturais.

Em 2007, mediante um acordo com a empresa Lidl, o município transforma o antigo espaço do supermercado num espaço multiusos, EMA. De acordo com o INE, este estudo não dispõe de informação relativa ao ano 2007. Nesse mesmo ano, o museu reabre as portas ao público.

No final de 2010, a Autarquia de Albufeira dispunha dos seguintes equipamentos culturais:

- O Museu Municipal de Arqueologia foi inaugurado, em 1999, com a função de preservar e estudar a história de Albufeira. Funcionou até 2004, quando, devido às obras do programa Polis, foi obrigado a fechar portas durante dois anos, reabrindo, novamente, em 2007. Desde esse ano, o museu tem funcionado a 100%, seguindo com o seu trabalho em prol da defesa e estudo do património.
- O Auditório Municipal, em funcionamento entre 2000 e 2010, era o espaço privilegiado para as diversas manifestações culturais. Ao longo do ano, o teatro, a música, a dança e outras artes têm aqui um ponto de encontro. Eventos como o Festi-

¹² Polis - Programa de ações alargadas de requalificação urbana e de revitalização dos centros históricos.
Fonte: «<http://www.ccdr-alg.pt>»

val de Artes Infantil e Juvenil, o Festival de Dança, o Festival de Teatro, o Festival de Jazz ou as Noites de Fado marcam a sua programação cultural.

- A Galeria Pintor Samora Barros existe desde 1988 e tem sido o centro de exposições para muitos artistas de Albufeira e da região algarvia. O seu nome provém de um dos cidadãos mais ilustres de Albufeira, situa-se na Antiga Central Elétrica, datando este edifício do princípio do século passado. Os azulejos e motivos exteriores são da autoria do pintor albufeirense Samora Barros.
- Inaugurada em 1997, a Galeria Municipal está integrada no edifício da Câmara Municipal. Por aqui passam diversas exposições, maioritariamente, dedicadas a artistas locais. Trata-se de um espaço de cultura onde as artes locais podem ser contempladas durante todo o ano.
- O Arquivo Histórico de Albufeira está instalado no espaço da antiga biblioteca municipal. Este edifício foi escolhido devido à sua localização, bem no centro do Cerro da Vila, zona da primitiva urbe, dentro do perímetro da muralha. O Arquivo Histórico presta, não só aos funcionários da Instituição como aos estudiosos e à população em geral, um importante serviço, tanto no campo da investigação como no vetor fundamental, que é a preservação da memória histórica do concelho de Albufeira.
- A Biblioteca Municipal Lúcia Jorge foi inaugurada em 2004. Inicialmente, este equipamento funcionou no edifício do atual Arquivo Histórico, mas, com a construção das novas instalações, este equipamento ganhou novas valências, permitindo aos seus técnicos melhores condições para servir o público albufeirense.
- O EMA – Espaço Multiusos de Albufeira – abriu, pela primeira vez, em 2007, e tem funcionado, desde então, tendo vindo a colmatar uma lacuna numa cidade com extensa oferta turística, mas que falhava em disponibilizar um equipamento para a realização de feiras e congressos. Este espaço tem sido, nos últimos anos, alvo de vários eventos, alguns da parte do município em conjunto com as associações do concelho e outros de entidades externas, como forma de promover Albufeira.

Quando se olha para as manifestações culturais, existem umas que se deve tomar em consideração. Em 2006, de acordo com os dados do INE na tabela 3.17, existe um grande aumento nas despesas correntes ligadas à música. Estes dados coincidem com as primeiras edições dos “Sons Ardentes”, concerto de música clássica associado a fogos

de artifício e a primeira edição do Festival Al-Buhera. Ambas as manifestações culturais tiveram uma grande componente musical na sua organização.

Antes, em 2003, nota-se um aumento das despesas com o património, o que pode ser explicado pelas intervenções arqueológicas de que foram alvo as várias áreas de intervenção do Programa Polis.

A área dos Museus também apresenta, na mesma altura, um aumento nas despesas correntes associadas, ligado à contratação de novos quadros técnicos para suprir as necessidades motivadas pelos novos equipamentos e para completar as valências do museu municipal, aberto em 1999.

Até 2010, o município de Albufeira vê várias manifestações ganhar dimensão, entre elas, os concertos de música da passagem de ano, algo que é comprovado pelas contínuas despesas correntes que aparecem associadas à música.

Por entre as manifestações culturais existentes, enumera-se as seguintes:

- As festas tradicionais e religiosas, como a Festa de São Vicente, a Festa da Nossa Senhora da Orada, as Festas do Pescador, são eventos tradicionais onde podemos usufruir das tradições albufeirenses. Os Santos da terra são festas que preservam parte das tradições e cultura de Albufeira, atraindo, assim, o turismo.
- O Carnaval de Paderne é uma festa com muitos anos, onde se faz o tradicional desfile das flores, com os tratores e muitos figurantes a celebrar a época do Carnaval. Os organizadores desta festa chegaram até a participar no desfile de Loulé com um carro alegórico, o que mostra a importância desta festa para os habitantes de Paderne.
- Entre as festas que marcam o verão de Albufeira, aparece a festa do pescador, onde se procura transmitir alguma da gastronomia típica de Albufeira e do Algarve, um trabalho feito com as associações desportivas e culturais, de forma a juntar a comunidade e enriquecer as tradições de Albufeira.
- O Festival Al-Buhera marca o verão albufeirense a partir de 2005, sempre com o intuito de mostrar a etnografia, a gastronomia e o artesanato. Tem sido realizado todos os anos, tornando-se num festival marcante e importante para a cidade.
- Os “Sons Ardentes” que se realizou em Albufeira associado a outros eventos, como a festa do município e o festival Al-Buhera. Uma promoção à Orquestra do Algarve e à cidade de Albufeira, que articula a música clássica aos fogos de artifício, promovendo um espetáculo impressionante de som e cor.

- O Paderne Medieval, evento que marca a entrega do foral de D. Manuel a Albufeira. Este evento realizou-se com sucesso no início do ano, em 2009 e 2010, dando continuidade à festa da passagem de ano, fazendo Albufeira entrar pelo novo ano em celebração, mas recordando o seu passado e a sua história.
- As Jornadas do Património do Algarve organizaram, de dois em dois anos, até 2008, dez encontros relacionados com esta temática, sempre com o intuito de promover a divulgação e atualização da investigação realizada nesta área.
- A passagem do ano, os típicos fogos de artifício começaram a ser acompanhados de espetáculos musicais cada vez mais dinâmicos e importantes. As passagens de Bob Sinclair e dos UB40 são exemplos de alguns dos artistas que passaram por cá e, mesmo quando o município se viu limitado em termos financeiros, a associação da sua passagem de ano a eventos televisivos ajudou a manter algum desse dinamismo turístico vivo.
- O FICA – Festival Internacional de Cinema do Algarve, realizado todos os anos, de 1997 a 2010.

Pode-se concluir desta análise que Albufeira evidencia que as suas políticas culturais não ultrapassam o tempo dos mandatos legislativos e que as suas ideias de cultura confundem-se muito com a ideia de desenvolvimento turístico e económico.

Aspetos positivos:

- Aposta em novos equipamentos: A nova Biblioteca, as obras no museu e o espaço multiusos mostram uma tentativa de complementar as valências do município;
- Algumas manifestações culturais: Concertos, exposições nas galerias e o Festival Al-buhera mostram um contínuo crescimento.

Aspetos negativos:

- A descontinuidade verificada no investimento cultural;
- A aposta inexistente no património cultural, apesar da existência do encontro de Património do Algarve.
- A falta de um objetivo a longo prazo sem ser o desenvolvimento turístico.

Albufeira, antiga vila piscatória, tem vivido nos últimos anos com base no turismo, tem mantido esse foco como o expoente máximo do seu desenvolvimento. Os dados do INE mostram que Albufeira tem crescido, aos poucos, a nível cultural, criou novos equipamentos, e vocacionou estes elementos numa direção, o turismo. Percebe-se que o cul-

minar do trabalho feito a nível de equipamentos culturais e de eventos são os anos 2008 e 2009, sendo esses anos o expoente máximo do desenvolvimento cultural de Albufeira. Constata-se também que a cidade se tem desenvolvido fruto do turismo e do dinheiro proporcionado pela construção. Isto é comum a outros municípios, mas, em Albufeira, a imagem que é apresentada ao longo destes anos é a de que existe uma aposta clara na imagem turística do município. Os eventos, como a passagem de ano ou o Festival Albuhera, que surgem ao longo do desenvolvimento da cidade, são eventos “isolados” e sem continuidade. Estes eventos continuam a ser feitos nos anos seguintes, mas a cidade acaba por ser negligenciada. As obras do programa Polis reabilitaram a cidade, mas também apagaram a imagem cultural da cidade. Os eventos criados promovem as tradições e o artesanato, Festival Al-buhera, Paderne Medieval, mas, por outro lado, temos a passagem de ano e os espetáculos do Dia do Município e outras festas organizadas ao longo do ano, que têm um único foco, o turismo. O município trabalha a nível social com a população, mas, durante este período, o que se percebe é a importância da imagem da cidade.

No cômputo final, considera-se que, em Albufeira, não existe Gestão cultural, houve investimentos pontuais na área dos museus, muitos investimentos na área da dinamização turística, com base em manifestações culturais, concertos, exposições e encontros de carácter cultural. Mas, o município não parece ter um objetivo de longo prazo para a gestão da cultura, tendo apenas como foco o desenvolvimento turístico. Falta, neste município, a verdadeira aplicação do conceito de Gestão cultural.

2.3 Aplicação do método proposto: Caso III

- O período de tempo a que reporta o estudo situa-se entre 2000 e 2010
- O município em estudo é Loulé

2.3.1 Caracterização geral do município de Loulé

O concelho de Loulé, do distrito de Faro, localiza-se no Algarve. É limitado a oeste por Silves e Albufeira, a este por São Brás de Alportel, Alcoutim e Tavira, a norte por Almodôvar (distrito de Beja), a sul e sudeste por Faro e a sudoeste pelo Oceano Atlântico. Ocupa uma superfície de 765 km², distribuída por 11 freguesias: Almancil, Alte, Ameixial, Boliqueime, Quarteira, Querença, Salir, São Clemente, São Sebastião, Benafim e Tôr.

Em 2005, o concelho de Loulé tinha 61.246 habitantes.

Loulé é uma cidade portuguesa no distrito de Faro, região e sub-região do Algarve, com cerca de 26.791 habitantes. É sede do maior e mais populoso município algarvio com 765,12 km² de área e 70.622 habitantes, subdividido em 11 freguesias.

O valioso contributo da arqueologia permitiu conhecer a história da presença do homem desde a Pré-história. A presença de feitorias fenícias e cartaginesas, na orla marítima do concelho, demonstram a importância deste local. A presença romana vai dar novo impulso ao desenvolvimento económico desta região, mas é com a chegada dos Muçulmanos, no século VIII, que nasce a urbe medieval que virá a gerar a cidade histórica atual. *Al-'Ulya'* (Loulé) é-nos descrita, pela primeira vez, nas vésperas da Reconquista Cristã, nas crónicas árabes de *Ibne Saíde* e *Abd Aluhaid*, como sendo uma pequena Almedina (cidade) fortificada e próspera, pertencendo ao Reino de *Niebla*, sob o comando de *Tai-fa Ibne Mafom*.

Esta descrição não deixa de ser relevante, apesar dos cronistas, na alusão à *Al-'Ulya'*, se terem preocupado em focar aspetos do estatuto urbano e valor estratégico da Almedina, omitindo por completo qualquer tipo de menção sobre o traçado urbano e arquitetónico. A segunda metade do século XII e princípios do século XIII foi uma época marcada por grande instabilidade política e militar no mundo islâmico, com dissensões internas que se refletem em todo o Garb Andaluz, assistindo-se a um movimento generalizado de construções militares. É bem possível que *Al-'Ulya'* tenha sido fortificada durante este período. Do primitivo Castelo Almorávida/Almóada resta, praticamente intacta, a torre albarrã em taipa (Torre da Vela), situada na antiga Rua da Corredora (atual Rua Eng.º Duarte Pacheco).

Em 1249, D. Afonso III, auxiliado por D. Paio Peres Correia, Cavaleiro e Mestre da Ordem de Santiago, conquista o Castelo de Loulé aos Mouros, fazendo a sua integração plena na Coroa Portuguesa, no momento em que concede o primeiro Foral à "Vila", em 1266.

A partir de 1620, a vitalidade económica do Algarve começa a decrescer, a população estagna e a instabilidade política persiste, contribuindo, para o efeito, a pirataria berbere. A expansão urbana de Loulé, no século XVII, foi afetada pelo período de recessão que a região e o País viviam, embora se tenha verificado um ligeiro acréscimo de construções e equipamentos religiosos. A nascente, fora de Portas, construiu-se, em 1600, a Igreja das Portas do Céu. Em três das cinco Portas do Castelo, da "Vila", de "Faro" e do "Sol", ergueram-se três ermidas: de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Pilar e de Nossa Senhora do Carmo.

No interior da Cerca, adossado às muralhas, construiu-se a Igreja do Espírito Santo, recuperou-se e ampliou-se, em 1693, o edifício anexo para o Convento das Freiras de Nossa Senhora da Conceição.

A poente e no termo da Vila, D. Francisco Barreto, II Bispo do Algarve, lançava a primeira Pedra do Convento de Santo António, em 1675.

O terramoto de 1755 destruiu grande parte da vila. As torres do Castelo partiram-se, as muralhas desmoronaram-se, a Igreja do Convento da Graça caiu, o Convento do Espírito Santo e a Igreja Matriz sofreram graves rombos, as edificações civis que não ruíram ficaram inabitáveis e o edifício da Câmara ficou, de tal forma, arruinado que as sessões passaram a ser realizadas numa pequena casa, na Rua Ancha, passando, depois, a ter lugar num edifício ao fundo da Praça.

Após a reconstrução da vila, começaram a surgir, em vários pontos da malha urbana, residências apalaçadas, já com certas comodidades pertencentes à burguesia local.

Estas artérias passam, agora, a ser as áreas residenciais socialmente mais importantes da vila. No primeiro quartel do século XIX, a instabilidade política gerada pelas invasões napoleónicas, a partida da Corte para o Brasil e as lutas liberais, que ainda se arrastaram por alguns anos, provocaram uma crise na economia e, por consequência, veio a verificar-se um abrandamento no panorama da arquitetura e urbanismo da vila. Para fazer face aos encargos financeiros do Estado e consolidar o crédito público, o então Ministro da Fazenda, Mouzinho da Silveira, decreta a venda dos bens nacionais e a expropriação dos bens conventuais.

É assim que, na sequência destas reformas, o Convento do Espírito Santo, encerrado em 1836, é ocupado pela Câmara Municipal e Tribunal Judicial, a igreja conventual é desativada e transformada em Teatro e as áreas adossadas às velhas muralhas do Castelo de Loulé são loteadas e ocupadas para fins residenciais e comerciais.

No entanto, a maior transformação operada no plano urbanístico deu-se em 1873, com a abertura da Avenida Marçal Pacheco, que permitiu ligar o setor nascente ao setor poente da vila, através da Rua da Praça; demoliu-se, então, a ermida do Carmo e parte da muralha a ela adossada.

A Rua da Praça era, já, não só o eixo principal da circulação, mas o espaço mais importante da prática social, económica e cultural. Em 1885, passa a simbolizar, também, o principal espaço político em virtude do Paço Municipal ter sido transferido para o edifício onde, ainda hoje, se encontra.

Até ao final do século XIX, a vila expande-se para poente, iniciando-se a urbanização da Quinta do Olival de S. Francisco, área que se veio a integrar na jovem freguesia de S. Sebastião, criada por Decreto régio, em 1890, a partir da divisão da secular freguesia de S. Clemente.

É importante salientar que o aumento demográfico e urbanístico, que ocorre neste período, está associado ao fenómeno da industrialização que acabou por atrair a Loulé a população das freguesias do interior do concelho e fora deste, para trabalharem em pequenas unidades fabris artesanais que, entretanto, aqui se vieram instalar.

A par deste processo, registou-se a evolução dos transportes, a construção da linha férrea no Algarve, em 1887, e o desenvolvimento das vias de comunicação, que contribuíram, no seu conjunto, para a profunda mudança no modo de viver da população. No entanto, algumas infraestruturas e equipamentos básicos só no decorrer do século XX é que passaram a ser equacionados de forma prioritária. Antes mesmo da instauração da Primeira República, foi construído o Mercado Municipal (1904-1907), projeto do arquiteto Mota Gomes, um dos edifícios mais notáveis da arquitetura contemporânea local. Esta obra veio alterar, substancialmente, o desenho urbano da área central da vila, provocando o derrube considerável da muralha do castelo, assim como alguns edifícios de melhor qualidade aí existentes. Contudo, a obra de maior alcance urbanístico foi realizada em 1918, com a abertura da Avenida José da Costa Mealha, onde a burguesia endinheirada de então aproveitou para construir alguns dos mais belos exemplares da arquitetura civil deste século.

Até à implantação do Estado Novo registam-se algumas obras importantes em prol da modernização do espaço urbano, das quais se destacam a iluminação elétrica, em 1916, em substituição da iluminação a petróleo, e a construção do cemitério no Sítio da Costa, em 1918. Data desse período o início do abastecimento público de água ao centro urbano da vila.

Durante o regime saído do golpe militar de 28 de maio de 1926 até abril de 1974, o crescimento de Loulé processa-se de forma moderada: são urbanizadas as transversais na Avenida José da Costa Mealha e é rasgada a atual Avenida 25 de Abril. Deste longo período, as edificações públicas mais expressivas foram o Cineteatro Louletano do Arq.º J. Baptista Mendes e o Monumento ao Eng.º Duarte Pacheco concebido pelo Arq.º Cristino da Silva.

Nos últimos anos, assistiu-se a uma acelerada construção em Loulé. A partir de 1985, desenha-se uma tendência, no sentido de se controlar e inverter a filosofia anterior, a fim de se harmonizarem os mais altos valores culturais e históricos expressos na Vila Medieval com os da Cidade atual, que pretende continuar a modernizar-se.

Hoje em dia, Loulé é um concelho moderno, onde o setor terciário é, sem dúvida, o motor da economia do concelho e está relacionado com o turismo, nomeadamente o turismo balnear.

2.3.2 Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto de várias entidades idóneas

Tabela 3.17 – Caracterização geral em contexto municipal

Datas	Governo (Mandatos legislativos)	Legislação cultural	Acontecimentos culturais de referência nacional	Município (Mandato autárquico)	Tutelas (Departamentos e divisões)	Manifestações culturais locais relevantes
2000			Programa Cultura 2000			
até 11 de julho	TOMA POSSE XIV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministro da Cultura: Manuel Maria carrilho			Mandato 1997 – 2001(PS) Vereador da Cultura:	- Departamento de Desenvolvimento Social, Cultural e de Turismo - Divisão de Cultura e Património histórico Chefe de Divisão:	- Encontro de Música Antiga
11 de julho	Ministro da Cultura: José Sasportes					
2001						
3 de julho	Ministro da Cultura: Augusto Santos Silva		Porto Capital Europeia da Cultura	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2001 – 2005 Vereador da Cultura: Joaquim Guerreiro	- Departamento de Desenvolvimento Social, Cultural e de Turismo - Divisão de Cultura	- Encontro de Música Antiga
8 de setembro		- Lei de Bases do Património Cultural Portu-				

	guês Lei n.º 107/2001		e Património histó- rico Chefe de Divisão: Luís Guerreiro	
2002	TOMA POSSE XV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministro da Cultura: Pedro Roseta			- Encontro de Música Antiga
2003				- Encontro de Música Antiga
2004 19 de agosto 6 de setembro	TOMA POSSE XVI GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministra da Cultura: Maria João Bustorff - Lei Quadro dos Museus Portugueses Lei n.º 47/2004 - Lei do Cinema e do Audiovisual Lei n.º 47/2004			- Festival MED - Encontro de Música Antiga
2005	TOMA POSSE XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministra da Cultura: Isabel Pires de Lima	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2005 — 2009 Vereador da Cultura: Joaquim Guerreiro	- Departamento de Desenvolvimento Social, Cultural e de Turismo - Divisão de Cultura e Património histórico Chefe de Divisão: Luís Guerreiro	- Festival MED - Encontro de Música Antiga
2006 18 de julho		- Faro Capital da Cultura - Credenciação de Museus Despacho Normativo n.º 3/2006 - Lei de Proteção do Património Cultural Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho		- Festival MED - Encontro de Música Antiga

2007 27 de março		- Estatuto do Gestor Público Decreto-Lei n.º 71/2007		- Festival MED - Noite Branca - Encontro de Música Antiga
2008 30 de janeiro	Ministro da Cultura: José Pinto Ribeiro			- Festival MED - Noite Branca - Encontro de Música Antiga
6 de outubro		- Apoio às Artes Decreto-Lei 196/2008		
2009 15 de junho	TOMA POSSE XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministra da Cultura: Gabriela Canavilhas	- Regime Jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal Decreto-Lei 140/2009	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2009 — 2013 Vereador da Cultura: Joaquim Guerreiro	- Departamento de Desenvolvimento Social, Cultural e de Turismo - Divisão de Cultura e Património histórico Chefe de Divisão: Luís Guerreiro
15 de junho				- Festival MED - Noite Branca - Encontro de Música Antiga
15 de junho		- Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial Decreto-Lei 139/2009		
		- Fundo de Salvaguarda do Património Cultural Decreto-Lei 138/2009		
2010				- Festival MED - Noite Branca - Encontro de Música Antiga

Quadro 3.18 – Identificação das despesas e equipamentos afetos à cultura

Ano	Despesas	Domínios						Equipamentos Culturais
		Património (total)	Museus	Bibliotecas	Música	Artes cénicas	Recintos culturais	
2000	Correntes	215	119	308	110	118	126	- Museu Municipal (desde 1995)
	Capital	0	0	3	0	0	0	- Cineteatro Louletano (anterior a 2000)
2001	Correntes	257	94	200	24	25	0	- Biblioteca Municipal (novo edifício)
	Capital	0	0	209	0	0	449	
2002	Correntes	270	83	393	127	152	18	- Cineteatro Louletano (gestão municipal)
	Capital	0	0	857	0	0	400	
2003	Correntes	251	107	300	103	104	66	- Cineteatro Louletano (gestão municipal)
	Capital	43	16	388	0	0	1524	
2004	Correntes	325	130	349	149	167	54	
	Capital	814	325	1240	0	0	2	
2005	Correntes	459	144	259	145	163	9	
	Capital	1900	277	5	0	0	668	
2006	Correntes	345	134	365	154	170	181	
	Capital	1129	63	207	20	13	981	
2007	Correntes	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	- Arquivo Municipal
	Capital	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	
2008	Correntes	405	82	384	305	827	0	
	Capital	95	20	0	0	0	889	
2009	Correntes	441	86	373	329	889	0	- Galeria de Arte do Convento Espírito Santo - Polo museológico Cândido Guerreiro e Condes de Alte
	Capital	105	50	0	0	0	1331	
2010	Correntes	478	113	446	354	893	0	
	Capital	0	0	0	0	0	805	

Unidade: milhares de euros
 Fonte: Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios por localização geográfica; Anual - INE, Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais «www.ine.pt»
 Fonte2: « www.cm-loule.pt/»
 S/D: Sem dados

Gráfico 3.11 – Despesas correntes na cultura

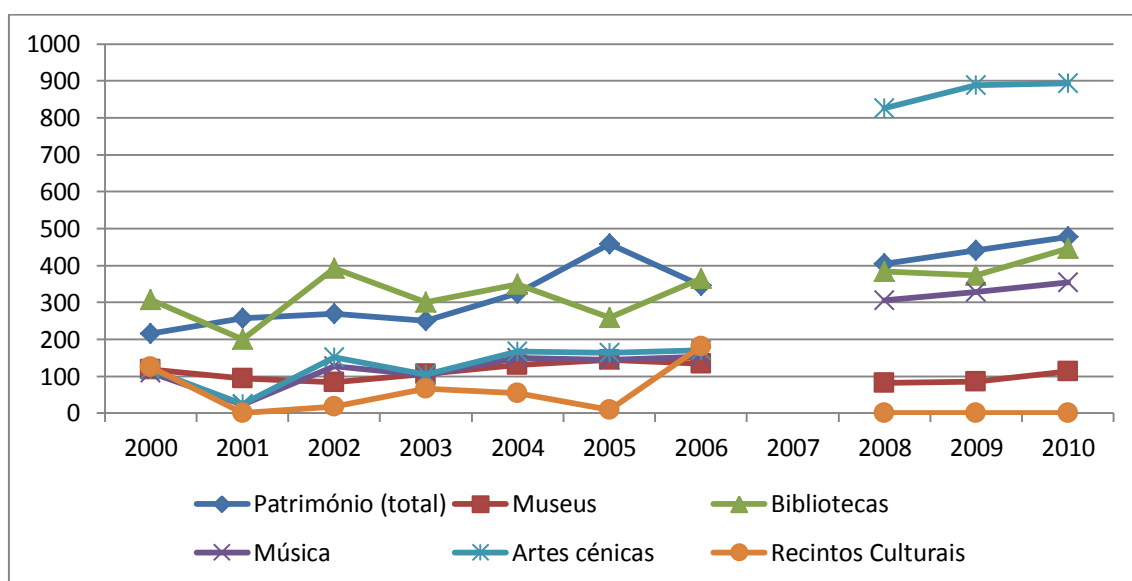
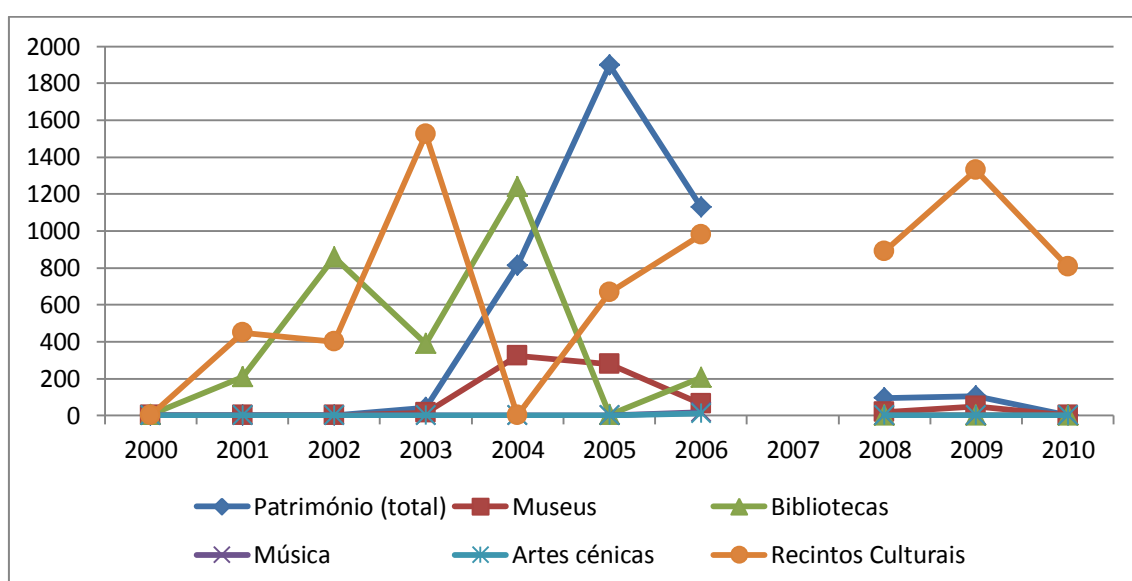


Gráfico 3.12 – Despesas de capital na cultura



2.3.3 Conclusões parciais da Etapa 1

O concelho de Loulé tinha, de acordo com o CENSOS 2011¹³, 59.160 habitantes em 2001. Essa população, entre 2001 e 2011, ascendeu aos 70.622 habitantes. Este aumento na população exigiu ao município um aumento ou melhoramento dos seus serviços e equipamentos para satisfazer as necessidades da população.

¹³ Fonte: «<http://www.ine.pt>»

Ao observar-se a tabela 3.17, percebemos que Loulé tem tido, desde 2001, uma política estável, o que permitiu que as suas políticas se tenham alterado muito pouco, ou mesmo quase nada, ao longo do período em estudo. Se se analisar a tabela 3.18 e os gráficos 3.11 e 3.12, consegue-se perceber o tipo de políticas que predominaram durante este período. Quando se olha para as despesas de Capital, percebe-se os investimentos que existiram ao longo destes anos. No campo dos equipamentos culturais, sabe-se que Loulé já dispunha do Museu Municipal e de um Cineteatro, na altura de gestão privada. Em 2001, é inaugurada a nova Biblioteca municipal, o que faz aumentar as despesas correntes com esta área de intervenção, o que se pode observar na tabela 3.18 e no gráfico 3.11. Estas despesas continuam a aumentar, gradualmente, no decorrer dos restantes anos, podendo coincidir com o contínuo complemento dos quadros técnicos associados. Em 2003, existe um investimento em recintos culturais, o que coincide com a passagem do Cineteatro louletano para a gestão municipal e a reabilitação do espaço.

Existe um grande investimento em património, entre 2004 e 2006, o que coincide com a participação no programa Polis, o que pressupõe investimento em reabilitação, trabalhos e investigação arqueológica, tal como demonstrado pelo gráfico em questão. Apesar de não existirem dados provenientes do INE para comprovar o facto, em 2007, é inaugurado o novo Arquivo Municipal, o que pressupõe um investimento de capital.

Entre 2004 e 2005, o gráfico 3.12 mostra um investimento dentro da área dos museus, o que pressupõe obras de reabilitação no espaço, uma possível ampliação ou renovação. Estes dados estão dentro do valor global para o Património.

O último investimento que os dados do INE, dispostos no gráfico 3.12, demonstram é um investimento de Capital em recintos culturais, que poderá coincidir com a reabilitação do espaço do Convento do Espírito Santo e a instalação de uma galeria de Arte no mesmo espaço, em 2009.

No final de 2010, Loulé já beneficiava de uma série de equipamentos culturais, entre eles:

- O Cineteatro Louletano, em 2003, que tinha, até então, funcionado sob gerência privada, passa, nesse ano, para a gestão do município, o que permite a sobrevivência deste ícone da cidade de Loulé e continuação da função de entretenimento, com teatro e cinema para a população de Loulé.
- A Galeria de Arte do Convento Espírito Santo, o Centro de Experimentação e Criação Artística de Loulé, a Galeria de Arte da Praça do Mar e o Centro Cultural de São Lourenço, em Almancil. Todos estes espaços, com gestão do municí-

pio ou apenas apoio, funcionam nesta autarquia. O Centro Cultural de São Lourenço é, com certeza, o mais conhecido, devido à sua ligação com a comunidade estrangeira e o trabalho feito ao longo destes anos em prol da arte e da cultura. Os outros espaços são centros de exposição, mas também centros de criação artística com o Centro de Experimentação e Criação Artística de Loulé.

- A Biblioteca municipal de Loulé já existia há alguns anos, principalmente pelo apoio da Fundação Gulbenkian. Em 2001, a biblioteca ganha novas instalações e o espólio da biblioteca Gulbenkian, em Loulé, passou para a nova biblioteca. Entre 2000 e 2010, não foram criadas novas bibliotecas, mas foi criado um polo da atual biblioteca, em 2005, em Salir. Em 2008, através de um programa de apoio às comunidades mais carentes no âmbito da literatura, o município inicia um programa de uma biblioteca itinerante, o “Bibliomóvel” que tinha como objetivo fazer chegar os livros às localidades mais afastadas do concelho.
- O Arquivo Municipal de Loulé, apesar de já funcionar noutras instalações, ganha novas instalações no ano de 2007, data da inauguração do novo edifício.
- O Museu Municipal de Loulé foi inaugurado, em 1995, apesar de já existir um espaço museológico no local. O museu adquire, em 1999, um novo espaço expositivo. A sua estrutura foi evoluindo, passando a ser sede de uma estrutura polinucleada de espaços museológicos que existem pelo concelho. Temos, entre eles, o polo museológico dos Frutos Secos, inaugurado em 1998, o polo museológico de Arqueologia de Salir, inaugurado em 2002 e, já em 2009, abre o polo museológico Cândido Guerreiro e Condes de Alte.

Quando se toma em consideração os eventos culturais, os quadros e tabelas apresentados demonstram um claro crescimento das manifestações culturais. Em 2004, realiza-se a primeira edição do Festival MED em Loulé. Nas despesas correntes e de capital, mostram gastos regulares ao longo desse ano e nos anos seguintes, tabela 3.18 e gráfico 3.11. Em 2007, realiza-se, pela primeira vez, a Noite Branca. Apesar de ser um evento de dinamização turística, engloba áreas como a música e as artes cénicas. Devido à falta de dados do INE em 2007, não se percebe a verdadeira dimensão desta manifestação cultural até observarmos os dados dos anos seguintes, 2008 a 2010. Aí, percebe-se claramente que existe um claro aumento nas despesas correntes associadas à música e às artes cénicas. Isso também mostra que tanto esta manifestação cultural (Noite Branca) como o Festival MED crescem em termos de dimensão, exigindo maiores gastos por parte do município.

Para além destes, Loulé realiza, durante o ano, várias manifestações culturais, que contribuem para o seu panorama cultural. Entre elas, podemos observar as seguintes:

- A “Noite Branca” em Loulé nasceu em 2007. No mês de agosto, na “ressaca” do escaldante verão algarvio, o centro da cidade vive momentos únicos de puro prazer. O comércio está aberto, uma conjugação de artistas de rua, conciliando com as festas noturnas dos bares e discotecas do município de Loulé, tudo isto sob uma única cor, o branco. Este evento tem decorrido todos os anos no verão, a partir desse momento.
- O Festival MED está incluído no roteiro dos maiores festivais de “World Music” da Europa. Para além de um alinhamento musical que traz a Portugal os melhores nomes das músicas do mundo, este festival passa também pela mostra gastronómica, pelas artes plásticas, animação de rua, artesanato, dança, workshops e muito mais, com um claro objetivo de divulgar a cultura dos países da Bacia do Mediterrâneo. Surgiu, pela primeira vez, em 2004 e era uma tentativa de conceber um festival de música diferente, com o objetivo de tentar potenciar a promoção do concelho e, ao mesmo tempo, diversificar a oferta turística, assim como promover e revitalizar a zona histórica da cidade, numa perspetiva de dinamização em tempo de verão. O MED tenta ser uma ideia inovadora e diferenciadora e os resultados das edições até 2010 comprovam essa ideia, devido aos níveis de adesão.
- A Festa Mãe Soberana é uma procissão anual da imagem da Nossa Senhora da Piedade. No domingo de Páscoa, ocorre a chamada festa pequena, onde a imagem da Nossa Senhora é levada do seu santuário até à igreja de São Francisco. Após 15 dias, realiza-se a chamada Festa Grande, onde a imagem irá estar no espaço no monumento do Eng. Duarte Pacheco durante a missa e, posteriormente, será levada numa grande procissão ao som das bandas até ao cimo do cerro, onde se encontra o santuário. Este evento religioso celebra-se há muito tempo e mostra a sua importância tanto para visitantes nacionais como estrangeiros, pois mostra algo típico de Loulé, algo tradicional, uma festa religiosa que recebe o apoio da autarquia.
- O Encontro de Música Antiga. O concelho de Loulé recebe, nos meses de setembro e outubro, o Encontro de Música Antiga, evento que já vai na sua XIV edição. Tem, como destaque principal, a música antiga, desde a Idade Média aos grandes compositores do século XIX, passando pelos períodos áureos do Renas-

cimento e Barroco. Este encontro decorre em espaços culturais de diversas localidades do concelho, o que permite uma maior divulgação e promoção deste tipo de evento e deste género musical. O número de edições já realizadas denuncia também um trabalho contínuo e o seu sucesso no seio da comunidade.

- Entre as manifestações tradicionais do município de Loulé, surgem as Marchas Populares. O desfile decorre durante o mês de junho, na Avenida Infante Sagres. Destaca-se, nesta festa, a dedicação e o bairrismo dos milhares de pessoas envolvidas na organização, marchantes, responsáveis pela coreografia, arranjos musicais e confeção dos trajes. Algo que promove a cidade e atrai muitos turistas.
- O Festival Internacional de Jazz não só divulga o jazz, mas também traz ao público algarvio alguns dos nomes de referência. Esta iniciativa desloca um pouco para o interior a riqueza dos grandes acontecimentos culturais durante a época de verão. Este evento tem sido apoiado pelo município, no âmbito de *workshops* realizados ao longo do ano sobre este género musical, atividades que dão a conhecer à população a realidade do Jazz.
- O Carnaval de Loulé, o mais antigo corso do país, com mais de 100 anos de existência, durante os três dias de duração. O desfile dos carros alegóricos, a presença dos grupos de samba, bailarinas brasileiras, cabeçudos e gigantones dão um colorido especial à Avenida José da Costa Mealha, durante este evento que parca o ano em Loulé.

Em suma, Loulé é um município onde parece existir uma política cultural bem definida, com base em vários campos de intervenção.

Aspetos positivos:

- Criação de novos equipamentos culturais para satisfazer a população;
- Diversidade nas manifestações culturais;
- Uma relação equilibrada entre turismo e cultura;
- Parece existir objetivo ou objetivos a longo prazo.

Aspetos negativos:

- (...)

Ao analisar-se os dados recolhidos e apresentados neste estudo, percebe-se que existe, de facto, gestão cultural no município de Loulé. A diversidade de manifestações identificadas, a adequação dos quadros técnicos às necessidades constantes da autarquia para

satisfazer os seus públicos e utentes. O desenvolvimento demonstrado pela panóplia de atividades disponibilizadas por Loulé só demonstra que o conceito de gestão cultural vive dentro da orgânica cultural da autarquia. A sua localização, afastada do litoral algarvio, permitiu que não ficasse desvirtuada pela intempérie de construção que assolou o Algarve no passado. É claro, Loulé beneficia em muito do desenvolvimento económico da sua faixa litoral. Vilamoura, Vale do Lobo e Quinta do Lago são três dos expoentes turísticos do concelho, permitindo assim uma grande margem de manobra financeira. Os dados do INE demonstram, acima de tudo, que depois de um crescimento nos primeiros anos deste período, a cidade estabilizou e começou a dinamizar os espaços e eventos que possuía, de forma a rentabilizá-los, tanto económica como culturalmente.

2.4 Aplicação do método proposto: Caso IV

- O período de tempo a que reporta o estudo situa-se entre 2000 e 2010
- O município em estudo é Faro

2.4.1 Caracterização geral do município de Faro

Cidade algarvia, sede de concelho e capital de distrito, localiza-se no Algarve. Fica situada no litoral sul de Portugal Continental, ficando separada do oceano Atlântico por vários esteiros da chamada ria de Faro e por ilhas arenosas. É limitada a norte pelo distrito de Beja.

O concelho possui 201,2 km² e tem seis freguesias: Faro (S. Pedro), Faro (Sé), Conceição, Santa Bárbara de Nexe, Estói e Montenegro. Não ultrapassando os 20 metros de altitude, dista 298 quilómetros de Lisboa e 548 quilómetros do Porto. Em 2005, o concelho apresentava 58.060 habitantes.

Os primeiros marcos remontam ao século IV a.C., ao período da colonização fenícia do Mediterrâneo Ocidental. Seu nome de então era *Ossonoba*, sendo um dos mais importantes centros urbanos da região sul de Portugal e entreposto comercial baseado na troca de produtos agrícolas, peixe e minérios. Entre os séculos II a.C. e VIII d.C., a cidade está sob domínio Romano e Visigodo, vindo a ser conquistada pelos Mouros em 713.

No séc. XI, a cidade passa a designar-se Santa Maria *Ibn Harun*. Capital de um efémero principado independente no séc. IX, a cidade é fortificada com uma cintura de muralhas e o nome de *Ossonoba* começa a ser substituído pelo de Santa Maria, a que mais tarde se junta a designação de *Harune*, que deu origem a Faro.

Na sequência da independência de Portugal, em 1143, o primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, e os seus sucessores iniciam a expansão do país para sul, reconquistando os territórios ocupados pelos Mouros. Depois da conquista por D. Afonso III, em 1249, os Portugueses designaram a cidade por Santa Maria de *Faaron* ou Santa Maria de *Faaram*.

Nos séculos seguintes, Faro tornou-se uma cidade próspera devido à sua posição geográfica, ao seu porto seguro e à exploração e comércio de sal e de produtos agrícolas do interior algarvio, trocas comerciais que foram incrementadas com os Descobrimentos Portugueses.

No século XIV, a comunidade judaica começa a ganhar importância na cidade. Uma das suas figuras mais relevantes foi o tipógrafo Samuel Gacon, responsável pela impressão do Pentateuco em Hebraico, sendo o primeiro livro impresso em Portugal no ano de 1487. A comunidade de Faro foi sempre uma das mais distintas da região algarvia e das mais notáveis do País, contando com muitos artesãos e muita gente empreendedora.

A manifesta prosperidade dos judeus farenses, no século XV, é interrompida pelo Édito emitido por D. Manuel I, em dezembro de 1496, no qual é decretada a sua expulsão de Portugal, caso não se convertessem ao Catolicismo.

Assim, oficialmente, e só neste sentido, deixaram de existir judeus em Portugal, o que, como é óbvio, também aconteceu em Faro. No local onde estava implantada a judiaria, na Vila Adentro, foi erigido o Convento de Nossa Senhora da Assunção com o patrocínio da Rainha D. Leonor, esposa de D. Manuel I.

Este monarca promoveu, em 1499, uma profunda alteração urbanística com a criação de novos equipamentos na cidade - um hospital, a Igreja do Espírito Santo (Igreja da Misericórdia), a alfândega e um açougue - fora das alcaçarias e junto ao litoral.

Em 1540, D. João III eleva Faro a cidade e, em 1577, a sede do bispado do Algarve é transferida de Silves. Em 1596, o saque e o incêndio provocados pelas tropas inglesas lideradas pelo Conde de Essex, danificaram muralhas e igrejas, provocando elevados danos patrimoniais e materiais na cidade.

Os séculos XVII e XVIII são um período de expansão para Faro, cercada por uma nova cintura de muralhas, durante o período da Guerra da Restauração (1640/1668), que abrangia a área edificada e terrenos de cultura, num vasto semicírculo frente à Ria Formosa.

Em 1 de novembro de 1755, a cidade de Lisboa é arruinada por um grande terramoto que, devido à sua intensidade, provocou, igualmente, estragos em outras cidades do pa-

ís, sobretudo no Algarve. A cidade de Faro sofreu danos generalizados no património eclesiástico, desde igrejas, conventos até o próprio Paço Episcopal. As muralhas, o castelo com as suas torres e baluartes, os quartéis, o corpo da guarda, armazéns, o edifício da alfândega, a cadeia, os conventos de S. Francisco e o de Santa Clara, foram destruídos e arruinados.

Até finais do século XIX, a cidade manteve-se dentro dos limites da Cerca Seiscentista. O seu crescimento gradual sofre um maior ímpeto nas últimas décadas.

A cidade é servida por estradas, caminhos de ferro e um aeroporto. Faro é uma zona de intenso turismo, não só na época balnear como também nos meses de janeiro e fevereiro, durante os quais a floração das amendoeiras transmite à paisagem algarvia uma beleza surpreendente.

A economia assenta em três atividades fundamentais: o turismo, a agricultura e a pesca. O turismo tem sido o grande motor de desenvolvimento económico, estimulando o crescimento da construção civil, do comércio e dos serviços. O setor terciário emprega aproximadamente 64% da população ativa. A atividade turística encontra-se fortemente ligada à praia - turismo balnear. No entanto, tem-se vindo a assistir, cada vez mais, ao incremento do turismo rural, aproveitando as potencialidades da serra e do barrocal.

2.4.2 Etapa 1: Conhecimento da realidade através de dados obtidos junto a várias entidades idóneas

Tabela 3.19 – Caracterização geral em contexto municipal

Datas	Governo (Mandatos legislativos)	Legislação cultural	Acontecimentos culturais de referência nacional	Município (Mandato autárquico)	Tutelas (Departamentos e divisões)	Manifestações culturais locais relevantes
2000	TOMA POSSE XIV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS)		Programa Cultura 2000	Mandato (PSD) 1997 – 2001	- Departamento Cultura e Património	- Festival de Folclore do Montenegro
até 11 de julho	Ministro da Cultura: Manuel Maria carrilho			Vereador da Cultura: Augusto Miranda	Diretora Arq. ^a Conceição Pinto	- Feira do Livro de Faro
11 de julho	Ministro da Cultura: José Sasportes				- Divisão de Cultura Chefe de Divisão: Homero Flor - Divisão de Museus Chefe de Divisão: Francisco Lameira	- Festival das Charolas

2001 3 de julho	Ministro da Cultura: Augusto Santos Silva	Porto Capital Europeia da Cultura			- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
8 de setembro		- Lei de Bases do Património Cultural Português Lei n.º 107/2001			
2002	TOMA POSSE XV GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministro da Cultura: Pedro Roseta		TOMA POSSE (PSD) Mandato 2001 — 2005 Vereadora da Cultura: Helena Louro	- Departamento Cultura e Património N.T. Diretor - Divisão de Cultura Chefe de Divisão: Homero Flor - Divisão de Museus Chefe de Divisão: Dália Paulo	- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
2003					- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
2004 19 de agosto	TOMA POSSE XVI GOVERNO CONSTITUCIONAL (PSD) Ministra da Cultura: Maria João Bustorff				- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
6 de setembro		- Lei Quadro dos Museus Portugueses Lei n.º 47/2004 - Lei do Cinema e do Audiovisual Lei n.º 47/2004			
2005	TOMA POSSE XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministra da Cultura: Isabel Pires de Lima		TOMA POSSE (PS) Mandato 2005 — 2009 Vereador da Cultura: Augusto Miranda	- Departamento Cultura e Património Diretora Arq.ª Conceição Pinto - Divisão de Cultura Chefe de Divisão: Homero Flor - Divisão de Museus Chefe de Divisão: Dália Paulo	- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
2006		- Faro Capital da Cultura			- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
18 de julho		- Credenciação de Museus Despacho			

		Normativo n.º 3/2006			
		- Lei de Proteção do Património Cultural Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho			
2007 27 de março		- Estatuto do Gestor Público Decreto-Lei n.º 71/2007			- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
2008 30 de janeiro	Ministro da Cultura: José Pinto Ribeiro				- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
6 de outubro		- Apoio às Artes Decreto- Lei 196/2008			
2009 15 de junho	TOMA POSSE XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL (PS) Ministra da Cultura: Gabriela Canavilhas	- Regime Jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal Decreto-Lei 140/2009	TOMA POSSE (PSD) Mandato 2009 – 2013 Vereadora da Cultura: Dr.ª Alexandra Gonçalves	- Departamento Cultura e Património Diretora D.ª Cristina Neto - Divisão de Cultura e Turismo Chefe de Divisão: N.T. - Divisão de Museus, Arqueologia e restauro Chefe de Divisão: Dália Paulo, Luís Santos e Marco Lopes - Divisão bibliotecas e arquivo Chefe de Divisão:	- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas
15 de junho					
15 de junho		- Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial Decreto-Lei 139/2009			
		- Fundo de Salvaguarda			

	do Património Cultural Decreto-Lei 138/2009	
2010		- Festival de Folclore do Montenegro - Feira do Livro de Faro - Festival das Charolas

Tabela 3.20 – Identificação das despesas e equipamentos afetos à cultura

Ano	Despesas	Domínios						Equipamentos Culturais
		Património (total)	Museus	Bibliotecas	Musica	Artes cénicas	Recintos culturais	
2000	Correntes	270	139	159	442	86	0	- Museu Municipal (desde 1984)
	Capital	98	40	1557	0	0	0	- Arquivo Municipal (desde 1998)
2001	Correntes	471	468	448	372	157	0	- Biblioteca Municipal (novo edifício)
	Capital	271	271	12	0	0	0	Teatro Lethes (concluídas obras de recuperação)
2002	Correntes	500	300	276	283	39	0	
	Capital	15	12	459	0	0	117	
2003	Correntes	801	185	331	141	65	92	
	Capital	150	0	12	0	0	277	
2004	Correntes	833	497	490	512	210	60	
	Capital	33	2	13	0	0	3771	
2005	Correntes	840	536	402	548	541	47	- Teatro das Figuras (Gestão conjunta com teatro Lethes)
	Capital	514	10	30	0	0	5242	
2006	Correntes	782	503	272	249	1103	0	
	Capital	320	1	0	0	0	445	
2007	Correntes	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	
	Capital	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	
2008	Correntes	821	644	484	350	10	773	
	Capital	150	2	3	0	0	82	
2009	Correntes	697	516	0	171	2	1342	- Museu Regional Etnológico (desde 1962, passa para gestão municipal em 2009)
	Capital	70	0	6	0	9	7	
2010	Correntes	497	486	3	266	0	811	
	Capital	0	0	0	0	0	0	

Unidade: milhares de euros
 Fonte: Despesas em cultura e desporto (€) dos municípios por localização geográfica; Anual - INE, Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais «www.ine.pt»
 Fonte2: «www.cm-faro.pt/»
 S/D: Sem dados

Gráfico 3.13 – Despesas correntes da cultura

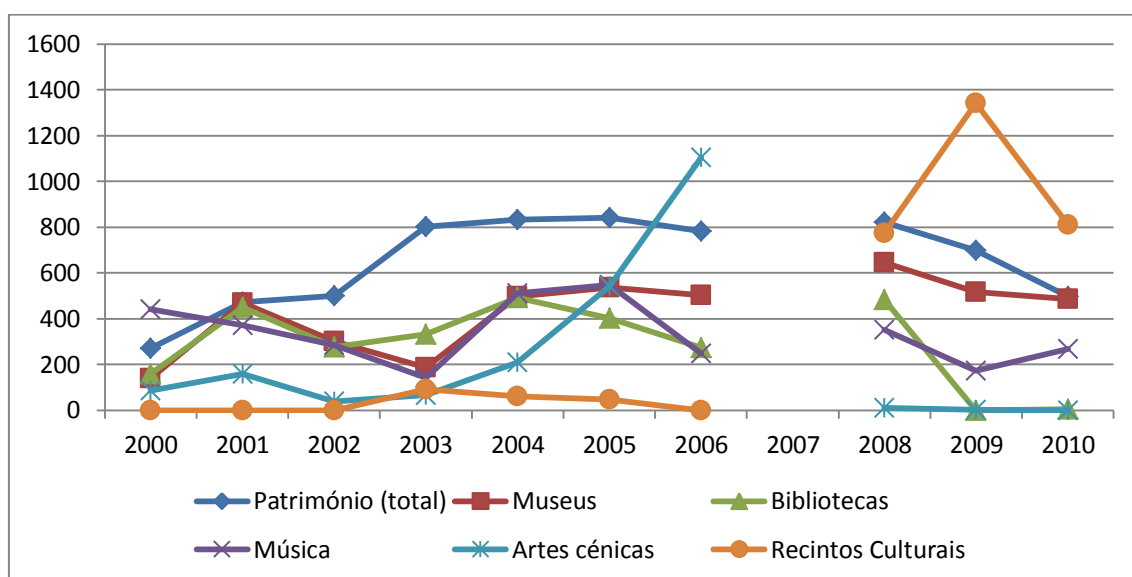
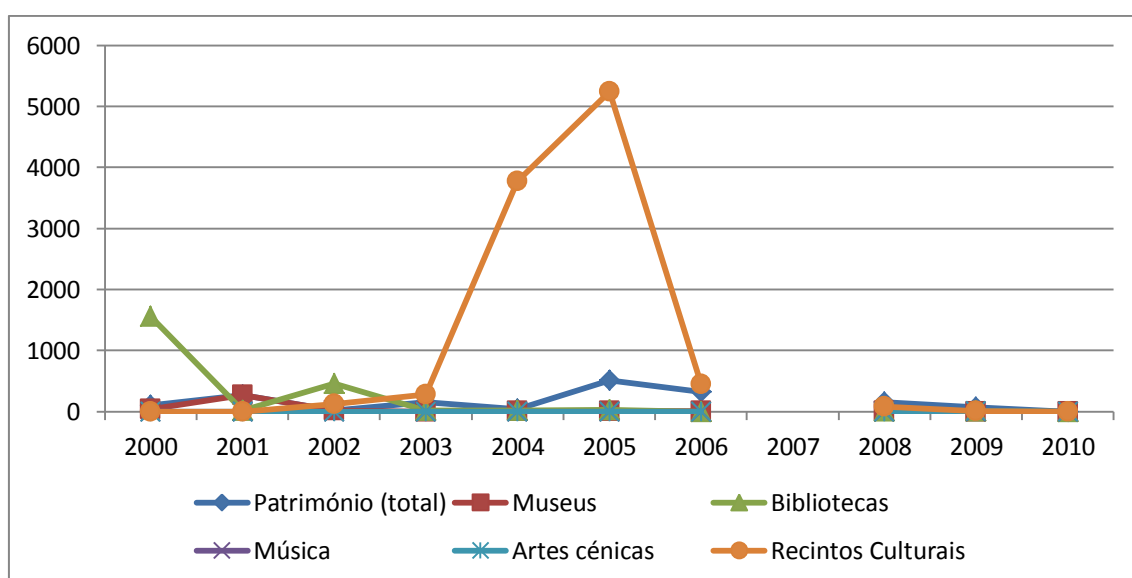


Gráfico 3.14 – Despesas de capital da cultura



2.4.3 Conclusões parciais da Etapa 1

O concelho de Faro tinha, de acordo com o CENSOS 2011¹⁴, 58.051 habitantes em 2001, que, entre 2001 e 2011, ascendeu aos 64.560 habitantes. Este aumento na população exigiu ao município um aumento ou melhoramento dos seus serviços e equipamentos para satisfazer as necessidades da população.

¹⁴ Fonte: «www.ine.pt»

Ao observar-se a tabela 3.20, percebe-se que, em 2000, o município de Faro já beneficiava de quatro equipamentos culturais importantes, o Teatro Lethes, o Museu Municipal, o Arquivo Municipal e o Museu Regional Etnológico.

Em 2001, terminam as obras de reabilitação do Teatro Lethes. No mesmo ano, abre a nova Biblioteca Municipal de Faro, o que se reflete nos dados apresentados no gráfico 3.14, que apresenta um aumento nas despesas de capital, em 2000, no domínio das bibliotecas, o que corresponde à nova biblioteca.

No mesmo gráfico, pode observar-se grandes despesas de Capital entre 2004 e 2005, que coincide com o investimento feito no novo teatro municipal, Teatro das Figuras, tal como a realização do Faro Capital Europeia da Cultura.

Quando se analisa os dados referentes aos restantes anos, no gráfico em questão, percebe-se que não existem novos investimentos importantes em Faro depois de 2005.

Apesar disso, conforme os dados na tabela 3.20, em 2009, o Museu Regional Etnológico passa para gestão municipal, o que é comprovado pelas despesas correntes, em 2009, apresentadas no gráfico 3.13.

No final de 2009, o Município de Faro passa a usufruir dos seguintes equipamentos culturais:

- A Biblioteca Municipal de Faro – Biblioteca Ramos Rosa. O edifício novo abre em 2001, mas este equipamento funcionava anteriormente no mesmo edifício do museu, juntamente com o polo fixo da biblioteca Gulbenkian. Com a construção deste novo edifício, a biblioteca ganha novas valências, que lhe permitem desenvolver os seus objetivos, acesso a cultura e informação, juntando-se à rede de bibliotecas escolares já existentes.
- O Museu Municipal de Faro funciona, desde 1984, nos Paços do Município. Em 1913, passa a funcionar no Convento de Santo António dos Capuchos. Ainda no mesmo espaço, passa a integrar a Rede Portuguesa de Museus, em 2002. Em 2005, recebe o Prémio APOM de Museologia – Triénio de 2003/05, como melhor Museu Português, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia. Entre 2000 e 2010, este equipamento cultural tem trabalhado para a fruição da cultura e a promoção do Património Cultural.

- O Museu Regional Etnológico aberto, desde 1962, mantém um grande espólio de artefactos de carácter etnológico da região e, em 2009, passa para a tutela do município. Aí sofre uma grande remodelação estrutural, passando a ter um serviço educativo.
- A Galeria Trem. Esta esteve fechada muitos anos, mas, em 2009, reabre e passa a ser usada para apoiar associações e para a exibição de exposições de arte contemporânea.
- O Teatro Lethes¹⁵ é, durante anos, a principal sala de espetáculos de Faro. Em 1999, iniciam-se os trabalhos de recuperação desta sala, que são concluídos em 2001. Após as obras, é feito um protocolo e o Município de Faro passa a tratar da programação deste espaço.
- O Teatro das Figuras é construído em 2005. Nessa altura, é feito um protocolo e é criada uma empresa pública “Teatro Municipal de Faro”, que passa a gerir dois espaços, Teatro das Figuras e Teatro Lethes.
- O Arquivo Municipal de Faro funciona num depósito do edifício do Arquivo Distrital de Faro, o que se deve a um protocolo estabelecido entre a autarquia e o arquivo distrital, em 1998, e tem-se mantido neste espaço até hoje.

Quando se considera as manifestações culturais, a análise da tabela 3.19 e do gráfico 3.13 mostra um aumento progressivo das despesas correntes a partir de 2003.

Entre 2004 e 2009, os domínios do património e dos museus mostram um aumento, que poderá estar associado às despesas com investigação, reabilitação e atividades no Museu Municipal. Algumas dessas manifestações culturais poderão estar ligadas aos eventos realizados durante o Faro Capital Europeia da Cultura.

A partir de 2001, pode observar-se que a despesa no domínio das bibliotecas aumenta, o que estará associado ao reforço dos quadros técnicos da biblioteca.

Na tabela 3.20, consegue-se perceber que, a partir de 2004, os domínios da música e das artes cénicas demonstram um aumento, também associado à construção do novo teatro municipal, devido aos espetáculos de música e peças de teatro realizadas no Teatro Lethes. As despesas correntes com as artes cénicas continuam a aumentar exponencialmen-

¹⁵ O Teatro Lethes passou para a gestão da Associação ACTA.

te até 2006, o que demonstra a quantidade de espetáculos que decorreram nestes espaços.

Em 2009, o gráfico 3.13 mostra que as despesas correntes com recintos culturais aumentam. Estes dados deverão estar relacionados com o funcionamento do Teatro das Figuras.

Durante estes dez anos em estudo, o Município de Faro realiza e apoia, todos os anos, uma série de manifestações culturais. Entre elas, encontram-se:

- As festas populares e dos santos, desde a Procissão de São Sebastião às Procissões pascais. As festas de Santo António do Alto, as Marchas populares, a Festa da Pinha, a Festa dos Maios, a Festa do Borrego são festas que marcam datas religiosas e tradições da população de Faro.
- O Festival das Charolas, que segue na 32^a edição e que perpetua a tradição dos cantares das Janeiras.
- O Concurso Internacional de Dança de Salão Latino-Americanas, realizado desde 2003.
- O Concurso Internacional de Dança do Algarve "Dançarte", realizado com sucesso desde 2004, no Teatro Lethes, e, a partir de 2007, no Teatro das Figuras;
- A Fartuna. Faro também tem uma grande componente de tradição universitária, com a presença da Universidade do Algarve. Entre estas manifestações que marcam o ano, temos o concurso de tunas que se realiza em Faro, com o apoio do município.
- O Festival de Folclore de Montenegro.
- A Feira do Livro de Faro, realizada anualmente, transforma Faro, por uns dias, na capital da literatura algarvia, com várias atividades e muitas apresentações de livros.
- A Concentração de Motas de Faro, evento que se tornou internacional e tem crescido todos os anos, organizado pelo Moto Clube de Faro e com o apoio do município e outras entidades.

Em suma, Faro é um município onde parece existir uma política cultural, com base em vários campos de intervenção. Mas, esta tem sido modificada cada vez que ascende ao poder uma nova força política. Faro tem alternado entre a administração política PS e PSD, nestes últimos anos, e, apesar de as políticas culturais respeitarem uma premissa única, têm oscilado ligeiramente nos seus objetivos gerais.

Sendo que o município de Faro é capital de distrito, também proporciona outra exigência em relação à cultura, dada a sua visibilidade e a presença das sedes de organismos, como a Direção Regional de Cultura do Algarve.

Aspetos positivos:

- Criação de novos equipamentos culturais para satisfazer a população;
- Diversidade nas manifestações culturais;
- A quantidade de manifestações culturais;
- O Faro Capital Europeia da Cultura;
- A manutenção da linha geral das políticas culturais, apesar da mudança das áreas de intervenção.

Aspetos negativos:

- A alteração constante na política cultural (áreas de intervenção) em virtude das mudanças políticas.

Entre 2000 e 2010, percebe-se um crescimento cultural da cidade, impulsionado por manifestações pontuais ligadas a várias áreas. O Faro Capital Europeia da Cultura é, sem dúvida, o mais marcante e importante para a cidade dentro deste período. Os investimentos feitos, nessas alturas, provocaram em Faro um salto qualitativo nas condições para a fomentação da cultura, os novos equipamentos culturais permitiram maior visibilidade à cidade e a eventos pré existentes, as suas políticas culturais também cresceram com a cidade. Estes novos espaços permitiram a Faro diversificar ainda mais a sua oferta, fazendo crescer a mancha cultural da cidade. A nível associativo, a cidade também floresceu com novos equipamentos. Algumas associações beneficiaram e passaram a enriquecer a cidade a nível cultural. Os dados aqui apresentados mostram um facto: a cidade já tinha uma malha cultural ativa, mas a revitalização de equipamentos culturais permitiu elevar a qualidade ao dispor dos munícipes.

Ao analisar-se os dados recolhidos e apresentados neste estudo, percebe-se que existe gestão cultural no município de Faro. A diversidade de manifestações identificadas, a adequação dos quadros técnicos às necessidades constantes da autarquia para satisfazer

os seus públicos e utentes e o desenvolvimento demonstrado pela panóplia de atividades disponibilizadas por Faro só demonstram que a atividade cultural está enraizada no tecido social da autarquia. Os equipamentos culturais que foram aparecendo contribuíram para a dinamização desta autarquia e beneficiaram a sua malha associativa cultural.

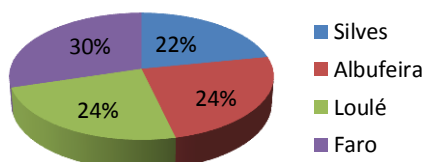
3. Etapa 2: mediante a realização de inquéritos

3.1 Inquérito - Análise percecionada pelos Públicos

3.1.1 Caracterização sociodemográfica

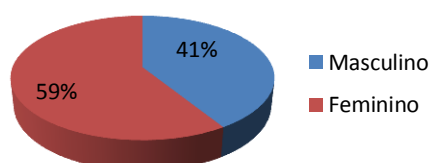
Ao analisar-se os gráficos 3.1, 3.2 e 3.3, pode conhecer-se o grupo de inquiridos que se disponibilizou a responder às questões propostas neste inquérito, que tinha como objetivo aferir a qualidade da Cultura nos municípios em questão: Albufeira, Faro, Loulé e Silves. Perante isto, percebemos que houve um equilíbrio no número de inquiridos em cada município. Faro apresenta 30% dos inquéritos respondidos, Albufeira e Loulé apresentam 24% dos inquéritos e Silves, ainda dentro de uma margem de 10%, apresenta 22% de respostas a inquéritos.

Gráfico 3.1 - Município



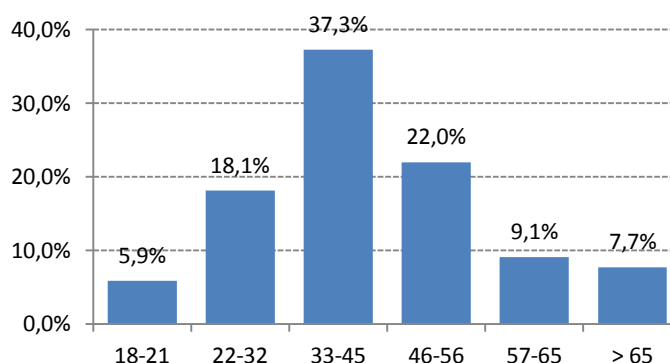
Desta amostra apresentada, existem 59% de respostas do grupo populacional feminino, enquanto 41% de respostas do grupo populacional masculino destes municípios.

Gráfico 3.2 - Género



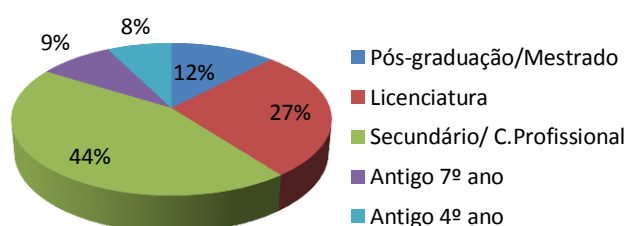
Na amostra apresentada, a maior percentagem de respostas ao inquérito está associada ao escalão etário, entre os 33 e os 45 anos, com 37%. Entre os três principais escalões etários a responder a este inquérito, estão também os escalões etários focados nas idades entre os 46 e os 56 anos e os 22 e os 32 anos, com percentagens de 22% e 18%. Os escalões etários com menor relevância nas respostas apresentadas são dos 57 aos 65 anos. Com 9%, os >65 anos; com 8%, o escalão etário dos 18 aos 21 anos, que apresenta a percentagem mais baixa, 6% das respostas.

Gráfico 3.3 – Escalões etários



Na área das habilitações escolares, a amostra apresentada está disposta da seguinte forma: 44% dos inquiridos afirmam possuir nível Secundário ou o seu equivalente, um curso profissional, 27% da amostra tem uma licenciatura, 12% da amostra relata ter uma pós-graduação ou um mestrado. Por último, 8 e 9 % do público inquirido afirma possuir habilitação escolar equivalente aos 4º e 7º anos do antigo ensino.

Gráfico 3.4 – Habilitações escolares



3.1.2 Preferências Culturais

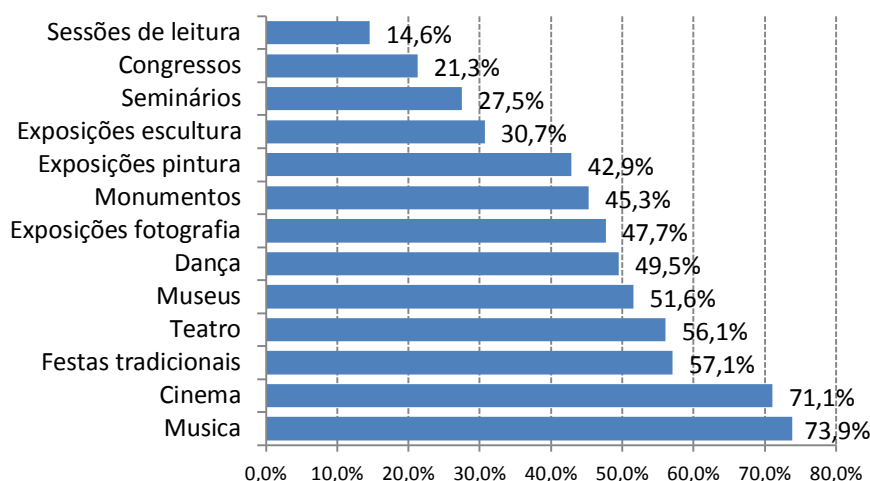
Quando se observa a tabela 3.1 e o gráfico 3.5 relativo às preferências dos públicos nos municípios de Albufeira, Faro, Loulé e Silves, os cinco tipos de eventos que estes públicos mais apreciam são: os eventos de música, com 74%, as idas ao cinema, com

71%, as festas tradicionais, com 57%, as peças de teatro, com 56%, e as visitas aos museus, com 52%. Na parte inferior da tabela, apresenta-se o tipo de eventos que os públicos menos escolheram. Entre eles, os três menos escolhidos são as sessões de leitura, com 15%, os congressos, com 21%, e os seminários, com 28%. Deve referir-se, no entanto, que estes géneros de eventos, como congressos e seminários, costumam ser mais direcionados a um público específico, sendo que só interessados nas matérias abordadas os frequentam, justificando assim, em parte, o seu baixo nível de preferência.

Tabela 3.1 - Que tipo de eventos culturais gosta de assistir?

	Freq.	%
Teatro	161	56,1
Cinema	204	71,1
Música	212	73,9
Dança	142	49,5
Museus	148	51,6
Monumentos	130	45,3
Exposições pintura	123	42,9
Exposições fotografia	137	47,7
Exposições escultura	88	30,7
Seminários	79	27,5
Congressos	61	21,3
Sessões de leitura	42	14,6
Festas tradicionais	164	57,1

Gráfico 3.5 - Que tipo de eventos culturais gosta de assistir?



As tabelas 3.2 e 3.3 refletem a regularidade com que o público destes municípios frequenta as manifestações culturais organizadas dentro do seu município. Ao observá-las, percebe-se que existe uma percentagem de 71% dos inquiridos que afirma frequentar, regularmente, as manifestações dinamizadas pelo seu município, enquanto 29% da amostra não frequentam os eventos locais do seu município.

Tabela 3.2 - Frequenta regularmente os eventos culturais e sociais dinamizados pelo seu município?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	202	70,4	70,6	70,6
Não	84	29,3	29,4	100,0
Total	286	99,7	100,0	
Omissos	1	,3		
Total	287	100,0		

Dos inquiridos que afirmam frequentar os eventos do município, 78 % afirmam assistir a <25 eventos anuais, 19% afirmam frequentar entre 25 e 70 eventos anuais. Apenas 2% e 1% afirmam frequentar 70 a 170 ou >200 eventos anuais.

Tabela 3.3 - Se sim, quantos eventos de índole cultural assiste no seu município por ano?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
< 25	167	58,2	77,7	77,7
25-70	41	14,3	19,1	96,7
70-170	5	1,7	2,3	99,1
> 200	2	,7	,9	100,0
Total	215	74,9	100,0	
Omissos	72	25,1		
Total	287	100,0		

Nas duas tabelas seguintes, constata-se que estes públicos também frequentam eventos culturais de outros municípios e quais as razões que os levam a procurar esses eventos fora do seu concelho. Desta forma, 63% da amostra envolvida neste estudo confirmam

que recorrem a manifestações culturais noutros municípios, contra 37%, que afirmam só assistir a eventos no seu município de residência.

Dos 63% que escolhem deslocar-se a outros municípios, fazem-no por diversas razões. A mais frequente, com 55%, é a inexistência do género pretendido. Por isso, procuram alternativas aos eventos existentes. Assim, 33% dos inquiridos escolhem outras razões, sem especificarem quais. Com uma frequência de resposta bastante reduzida, aparecem três outras razões para essa deslocação a outros concelhos, tais como instalações inadequadas, com 5%, a falta de qualidade, com 5%, e má organização, com 2%.

Tabela 3.4 - Recorre a outros municípios para assistir a outros eventos culturais?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	179	62,4	62,6	62,6
Não	107	37,3	37,4	100,0
Total	286	99,7	100,0	
Omissos	1	,3		
Total	287	100,0		

Tabela 3.5 - Se sim, qual a razão?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Instalações inadequadas	8	2,8	4,5	4,5
Falta de qualidade	9	3,1	5,1	9,6
Inexistência do género pretendido	97	33,8	54,8	64,4
Má organização	4	1,4	2,3	66,7
Outras razões	59	20,6	33,3	100,0
Total	177	61,7	100,0	
Omissos	110	38,3		
Total	287	100,0		

Quando se pede para especificarem quais os municípios escolhidos, quando se deslocam a outros eventos, seis escolhas aparecem nos primeiros lugares. Portimão e Loulé são os municípios escolhidos, em primeiro lugar, para assistir a eventos culturais, com 16% cada. Albufeira aparece no segundo lugar, com 13%. Em terceiro lugar, surge Faro, com 12%. Lisboa e Silves aparecem nos últimos lugares deste pódio, com apenas 10%.

No lado oposto desta tabela, aparecem os municípios de Vila Real de Santo António, com menos de 1%, Monchique, com 2%, Castro Marim, com 2%, Lagos, com 3% e Tavira, com 4%.

Tabela 3.6 - Quais?

	Freq.	%
Portimão	43	16,4
Loulé	43	16,4
Albufeira	35	13,4
Faro	31	11,8
Lisboa	25	9,5
Silves	25	9,5
Lagoa	17	6,5
Olhão	12	4,6
Tavira	11	4,2
Lagos	9	3,4
Castro Marim	6	2,3
Monchique	4	1,5
Vila Real de Santo António	1	0,4
Total	262	100,0

3.1.3 Caracterização da Cultura no concelho de residência

Ao tentar perceber-se o funcionamento da cultura nos municípios em estudo, recolheram-se as seguintes opiniões do público inquirido, refletidas nas tabelas que se seguem. Quando questionados se a cultura era valorizada no seu município, 73% consideraram que sim, 27% dos inquiridos discordaram, considerando que a cultura não era valorizada dentro do seu município.

Tabela 3.7 - Considera que se valoriza a cultura no seu município?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	197	68,6	73,0	73,0
Não	73	25,4	27,0	100,0
Total	270	94,1	100,0	
Omissos	17	5,9		
Total	287	100,0		

Quando se questiona sobre quais as áreas mais promovidas nos municípios, surgem os seguintes resultados, que, tendencialmente, os inquiridos consideram que, numa escala de 1 a 5, as diversas áreas apontadas têm um nível de 3. Em relação à categoria «Ação Social», as respostas distribuem-se da seguinte forma: 48%, afirmam que esta área não é nem pouco nem muito promovida, 26% consideram que esta área é promovida, 16% consideram que esta área é pouco promovida, 6%, nada promovida e somente 4% consideram esta área muito promovida.

Na Educação, 40% consideram que esta área nem é promovida, nem é pouco promovida, 29%, consideram-na promovida, 18%, consideram que é pouco promovida. Já 7% dos inquiridos consideram ser uma área muito promovida, enquanto 5%, consideram o seu oposto, nada promovida.

Quando se fala em museus, os inquiridos respondem da seguinte forma: 39% consideram ser nem muito nem pouco promovida, 27% afirmam que é pouco promovida, 24% consideram ser uma área que é promovida. O património, por seu lado, apresenta os seguintes resultados: 45% consideram esta área nem promovida, nem pouco promovida, 21% consideram que esta área é pouco promovida, 19% consideram ser promovida. Por fim, 10% dos inquiridos consideram que esta área não é nada promovida, enquanto 6% já consideram o seu oposto, muito promovida.

Quando se observa a categoria «Animação turística», a tendência muda um pouco. Uns 26% consideram que a animação turística nos municípios é promovida, 20% consideram-na ser muito promovida. Outros 26% consideram que nem é promovida nem é pouco promovida. Já 19% e 8% consideram a animação turística pouco ou nada promovida. As artes de espetáculo e os audiovisuais também apresentam uma classificação de 3 nesta escala de 1 a 5, enquanto as artes de espetáculo apresentam uma segunda percentagem, com 28% a pender para a classificação de 4, que significa que é uma área promovida. A categoria dos audiovisuais pende para uma classificação mais baixa, 2, com 33% da restante amostra sobre esta área de intervenção municipal.

Tabela 3.8 - Na sua opinião, que áreas de intervenção são mais valorizadas pelo seu município?

		Nada promovida	2	3	4	Muito promovida
Ação Social	Freq.	15	39	120	67	9
	%	6,0%	15,6%	48,0%	26,8%	3,6%
Educação	Freq.	14	47	102	75	18
	%	5,5%	18,4%	39,8%	29,3%	7,0%
Museus	Freq.	20	68	99	60	5
	%	7,9%	27,0%	39,3%	23,8%	2,0%
Património	Freq.	26	52	112	47	14
	%	10,4%	20,7%	44,6%	18,7%	5,6%
Animação Turística	Freq.	20	48	67	67	52
	%	7,9%	18,9%	26,4%	26,4%	20,5%
Artes de espetáculo	Freq.	13	48	96	69	23
	%	5,2%	19,3%	38,6%	27,7%	9,2%
Audiovisuais	Freq.	39	79	95	20	7
	%	16,2%	32,9%	39,6%	8,3%	2,9%

Tabela 3.9 - Avalie de 1 a 5 quais os eventos mais promovidos e apoiados pelo município (sendo 1 - nada promovido e 5 - muito promovido).

		Nada promovida	2	3	4	Muito promovida
Teatro	Freq.	41	70	82	39	19
	%	16,3%	27,9%	32,7%	15,5%	7,6%
Cinema	Freq.	64	78	62	31	7
	%	26,4%	32,2%	25,6%	12,8%	2,9%
Música	Freq.	16	43	101	69	22
	%	6,4%	17,1%	40,2%	27,5%	8,8%
Dança	Freq.	29	77	93	31	15
	%	11,8%	31,4%	38,0%	12,7%	6,1%
Museus	Freq.	27	55	114	44	8
	%	10,9%	22,2%	46,0%	17,7%	3,2%
Monumentos	Freq.	39	55	103	32	13
	%	16,1%	22,7%	42,6%	13,2%	5,4%
Pintura	Freq.	21	59	93	61	16
	%	8,4%	23,6%	37,2%	24,4%	6,4%
Fotografia	Freq.	29	73	93	26	3
	%	12,9%	32,6%	41,5%	11,6%	1,3%
Escultura	Freq.	47	81	71	15	1
	%	21,9%	37,7%	33,0%	7,0%	0,5%

Seminários	Freq.	41	81	75	18	5
	%	18,6%	36,8%	34,1%	8,2%	2,3%
Congressos	Freq.	54	78	72	15	4
	%	24,2%	35,0%	32,3%	6,7%	1,8%
Sessões de leitura	Freq.	36	71	73	35	8
	%	16,1%	31,8%	32,7%	15,7%	3,6%
Festas tradicionais	Freq.	14	26	69	88	48
	%	5,7%	10,6%	28,0%	35,8%	19,5%

A tabela 3.9 mostra quais os eventos mais promovidos e apoiados nos municípios em análise. No global, os inquiridos elegem as festas tradicionais como o evento mais promovido de todos os apresentados, 36% dos inquiridos afirma classificar a promoção deste evento como um 4 numa escala de 1 a 5. Como eventos menos promovidos e apoiados aparecem o cinema, a escultura, os seminários e os congressos, com percentagens de 32%, 38%, 37% e 35% cada, com uma avaliação de 2. Dentro destes eventos, existem percentagens em cada evento que pendem para uma avaliação de 3, nem promovida nem pouco promovida. A música, a dança, os museus, os monumentos, a fotografia, a pintura e as sessões de leitura aparecem classificadas com 3, ou seja nem promovida nem pouco promovida. Mas, enquanto a música apresenta um segundo índice de percentagem a pender para a classificação de 4, que significa evento promovido, a tendência das restantes percentagens é para descer na avaliação, 2, que significa evento pouco promovido. Estes valores apresentados nas tabelas 7 e 8 são um indicativo global da opinião popular dentro dos municípios, o que permite uma avaliação aproximada da realidade em cada município.

Tabela 3.10 - Considera que o município tem espaços adequados para a organização destes eventos?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Sim	230	80,1	83,0	83,0
Não	47	16,4	17,0	100,0
Total	277	96,5	100,0	
Omissos	10	3,5		
Total	287	100,0		

Quando inquiridos se o seu município tem espaços adequados para a organização de eventos, percebe-se, ao observar a tabela 3.10, que, na maioria, os munícipes que res-

pondem a este inquérito consideram existir condições adequadas à organização de eventos, ou seja 83% da amostra afirmam que sim. Isto abona em favor dos vários municípios envolvidos, ao mostrar o grau de satisfação dos munícipes.

Tabela 3.11 - Indique quais os espaços culturais que existem no seu município.

	Freq.	%
Museu	240	83,6
Biblioteca	262	91,3
Cineteatro	119	41,5
Auditório	201	70,0
Teatro	151	52,6
Arquivo Histórico	183	63,8
Sala de congressos	104	36,2
Anfiteatros ao ar livre	81	28,2
Galerias	168	58,5

Quando confrontados com os espaços culturais que existem no seu município, surgem os seguintes resultados: a maioria da amostra afirma que o seu município tem Museu, Biblioteca e Auditório, com 84%, 91% e 70%. Enquanto, nesta tabela, somente 28% dos inquiridos admitem a existência de Anfiteatros ao ar livre e somente 36% afirmam que o seu município tem Sala de congressos. Ao centro, encontramos espaços culturais como Arquivo Histórico, Galerias, Teatros e Cineteatros, com 64%, 59%, 53% e 42%, respetivamente. Estes resultados apresentados na tabela 3.11 mostram o grau de conhecimento que as pessoas têm em relação aos espaços culturais deste município.

Gráfico 3.6 - Indique quais os espaços culturais que existem no seu município.

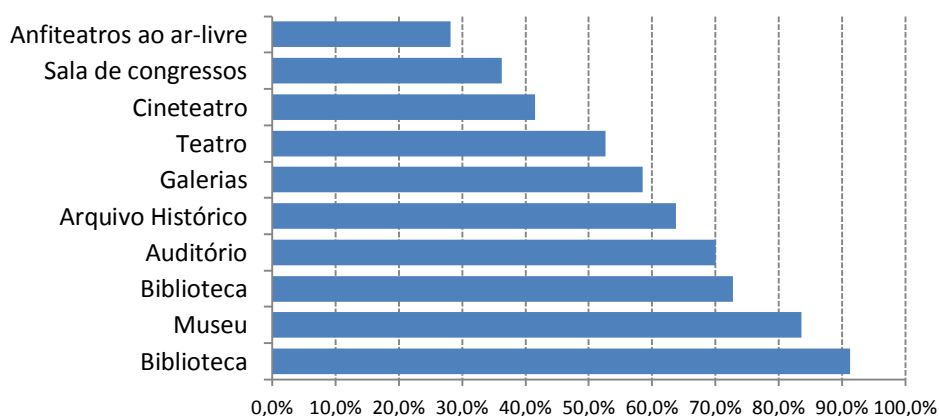


Tabela 3.12 - De um modo geral, considera que o município tem feito um bom trabalho em relação à cultura?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Excelente	12	4,2	4,2	4,2
Bom	74	25,8	25,9	30,1
Suficiente	100	34,8	35,0	65,0
Médio	76	26,5	26,6	91,6
Mau	24	8,4	8,4	100,0
Total	286	99,7	100,0	
Omissos	1	,3		
Total	287	100,0		

Quando os inquiridos são questionados sobre se os municípios têm feito um bom trabalho, os seguintes resultados demonstram que na tabela 12, 26% consideram o trabalho do município em relação à cultura bom, a maior parte dos inquiridos considera que os municípios em análise fizeram o suficiente pela cultura e 27% consideram o trabalho do município mediano. Nos extremos desta avaliação, aparece o excelente e o mau, sendo que 4% dos inquiridos consideram o trabalho do seu município excelente, enquanto, numa posição oposta, 8% consideram que os municípios têm feito um mau trabalho, no que se refere à Cultura.

Estes valores devem ser analisados, tendo em consideração a proveniência destes inquiridos, demonstrada na análise sociodemográfica e no gráfico correspondente.

Tabela 3.13 - Quais as entidades que promovem os eventos organizados no Município?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Públicas	213	74,2	78,6	78,6
Privadas	58	20,2	21,4	100,0
Total	271	94,4	100,0	
Omissos	16	5,6		
Total	287	100,0		

Para perceber a noção que os inquiridos têm sobre que entidades promovem os eventos organizados nos municípios em questão, percebemos pela tabela 3.13 que 79% dos in-

quiridos afirmam que os eventos são principalmente promovidos pelo município, enquanto 21% consideram que são os privados a promover os eventos no Município. Isto demonstra, acima de tudo, que, na sua maioria, os eventos são promovidos ou apoiados pelos municípios, o que não invalida o facto de alguns privados também o fazerem, ou associações sem o apoio do município ou mesmo entidades turísticas que acabam por beneficiar dos eventos promovidos.

3.2 Conclusões parciais

No geral, os dados aqui apresentados proporcionam indicadores válidos do grau de satisfação em relação à Cultura, em cada um dos municípios. Estes inquéritos estiveram disponíveis para resposta de outubro de 2011 a setembro de 2012 e refletem a satisfação dos munícipes até àquele momento. Constata-se, de forma global, que existe uma participação ativa nos municípios, em relação ao que é disponibilizado nas diferentes áreas da cultura. Apesar desta participação, muitos dos munícipes que assistem aos eventos do município deslocam-se a outros municípios para terem acesso a outros géneros de espetáculo da sua preferência. Entre os géneros mais escolhidos aparecem a música, o cinema e as festas tradicionais. As diferenças existentes entre os municípios também motivam essa deslocação, permitindo, de certa forma, uma partilha dos públicos. Ou seja, as pessoas que beneficiam do trabalho desenvolvido pelos agentes de cada município têm, muitas vezes, uma área alargada para assistirem a eventos culturais. Pessoas residentes em Albufeira vão a Silves, Portimão, Loulé, Lagoa ou Faro, deslocam-se principalmente aos concelhos limítrofes e, algumas vezes, a concelhos mais distantes, devido ao género cultural pretendido. Esta realidade não acontece por falta de qualidade ou organização dos eventos no seu município de residência, pois, na sua maioria, os inquiridos afirmam que existe boa gestão da cultura no seu município e só uma pequena percentagem se queixa de má organização ou falta de qualidade.

Outro enfoque de análise deste inquérito é a forma como as diferentes áreas e eventos são promovidos dentro do município. No que se refere a áreas relacionadas com a cultura, constata-se que os municípios nem fazem muito nem pouco para as promover na sua maioria. Mas, existem tendências dentro dos valores apresentados. A animação turística tem, claramente, a tendência para receber mais promoção. A educação e a ação social, por sua vez, também apresentam uma maior tendência para serem promovidas, mas menos que a animação turística. Os museus, o património e os audiovisuais apresentam uma tendência para serem menos promovidos, no âmbito da ação do município, com

maior incidência para os audiovisuais. Por sua vez, as artes de espetáculos surgem quase no mesmo patamar da animação turística. De acordo com os vários municípios, estas são as tendências naturais dentro dos municípios.

Em relação aos eventos culturais, a nível de promoção e apoio, percebe-se uma diferença mais vincada. Numa escala de 1 a 5, o género de evento que os inquiridos reconhecem beneficiar da maior promoção é, claramente, as festas tradicionais. No extremo oposto desta avaliação, aparecem o cinema, a escultura, os seminários e os congressos. Este género de eventos é considerado o menos promovido, o que pode ser justificado por diversas razões. A promoção de seminários e congressos tem tendência para ser direccionada a tipos específicos de públicos, reduzindo a sua abrangência. Por outro lado, escultura e cinema já refletem mais a perceção que os públicos têm do trabalho do município nestas áreas.

Nos restantes eventos, existe, novamente, uma tendência em que o município nem faz muito nem pouco para os promover ou apoiar. Danças, teatro, museus, monumentos e fotografia mostram uma tendência na opinião dos inquiridos para serem menos promovidos dentro dos municípios, enquanto na pintura e na música a propensão é contrária. De um modo geral, percebe-se que os municípios fazem um trabalho suficiente ou médio em relação à cultura, mas também chegamos à conclusão de que, apesar de a cultura de um município estar principalmente apoiada na ação pública, existe uma percentagem desse trabalho e promoção que é executado por privados, neste caso associações ou grandes empreendedores turísticos.

4. Comparação geral das conclusões parciais (Etapa 1 e Etapa 2)

Quando se analisa os municípios em questão, percebe-se logo que existem elementos diferenciadores, que, para além de proporcionarem uma evolução individual da cultura, criam uma identidade única que marca o seu contexto sociocultural.

Silves é uma cidade do interior, que sempre se desenvolveu, tendo, até uma certa altura, como único motor a agricultura e, em dada época, a indústria. A sua história encontra-se presente na memória coletiva, apesar de o seu crescimento se encontrar hoje, eventualmente, relacionado com a indústria corticeira e o cultivo da laranja e outras árvores de fruto. Porém, é no património que Silves se afirma, uma vez que protagoniza um período muito marcante no contexto da história de Portugal. O facto de ter sido a primeira capital do Algarve, associado ao facto de ainda ser bem visível a influência islâmica

pela qualidade dos seus monumentos, faz de Silves uma cidade única que cresce envolvida num manto de história que constitui o seu passado.

Albufeira, por seu lado, é uma recente cidade do litoral, uma vila piscatória que cresceu pouco nos primeiros anos do século XX, apesar da presença de agricultura e de alguma indústria. Albufeira ficou marcada por uma obra determinante, que iria mudar para sempre a face da sua génese sociocultural, o túnel de acesso à praia. Albufeira ganha uma dimensão turística, primeiro nacional e, aos poucos, uma dimensão internacional com a vinda de vários povos do norte da Europa, facilitada pela construção do aeroporto de Faro. Mas irão ser, principalmente, os Ingleses que se irão tornar frequentadores assíduos da vila de Albufeira, inebriados pela descoberta de um ameno Algarve cristalizado no tempo, casarios brancos e típicos sobre colinas verdejantes. Esta vila, hoje cidade, evoluiu, sendo referenciada em Portugal pelas suas praias e pela animação turística, sobretudo, noturna.

Loulé cresceu protegida do desenvolvimento urbanístico que afeta o resto do Algarve, preservando um pouco a sua história e a sua arquitetura tradicional, mas a sua evolução fica também marcada tanto pela presença ativa da sua malha cultural como pelo grande desenvolvimento turístico da sua orla costeira, principalmente: Vilamoura, Quinta do Lago e Vale do Lobo, empreendimentos turísticos de grande envergadura, que proporcionam à cidade de Loulé e ao seu município um crescimento económico acentuado.

Faro é, acima de tudo, a capital do Algarve. A sua evolução como cidade em muito tem que ver com esse facto. A presença dos representantes governamentais na cidade, Governador do Algarve, os institutos nacionais com representações regionais, a sua história sempre ligada a uma cidade florescente, com indústria e comércio, local onde todo o Algarve estava ligado intimamente. Faro cresce económica e historicamente e passa, a uma determinada altura, a ser a única cidade do Algarve com uma universidade. Mas, Faro continuava uma cidade limítrofe, tal como todas as outras cidades do Algarve, e a sua cultura local desenvolvia-se dentro deste contexto, tinha os seus próprios artistas, personalidades marcantes do seu contexto cultural.

As características específicas e distintas destas quatro cidades tornam o Algarve um local único.

Silves é, a par de Loulé e de Faro, uma cidade em termos patrimoniais de exceção. Os dados aqui apresentados demonstram e confirmam que o desenvolvimento cultural destas cidades baseia-se muito na força das suas malhas associativas e no seu poder económico. Ao compararmos estes três municípios, percebemos que a maior componente de desenvolvimento se encontra associada às questões monetária e histórica que cada uma delas transporta. Silves é o município com menor capacidade financeira, mas, concomitantemente, é o município com maior relevância quer em termos históricos quer em termos de riqueza cultural. Loulé também se afirma pela grande riqueza ao nível cultural, mas, apesar da sua remota história, foram, principalmente, as personalidades louletanas ligadas à cultura e à política, como foi o caso do Engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas de Salazar, entre outras, que enriqueceram a malha associativa e contribuíram para transformar uma localidade do interior algarvio numa pequena metrópole de referência nacional.

Faro também fica marcado no seu desenvolvimento pela força do seu associativismo e pela constante atualização da sua história ao longo do seu crescimento urbano.

Financeiramente, Loulé é o município com maior capacidade financeira, permitindo um grande desenvolvimento cultural ao longo destes dez anos.

Se nos centrarmos na dimensão destes municípios, percebemos que cada um deles apresenta necessidades distintas. Silves é uma cidade em crescimento, onde se percebe que o investimento efectuado, nestes últimos anos, foi controlado e realizado de acordo com as necessidades mais imediatas. Os investimentos realizados por este município, no âmbito da cultura, baseiam-se, principalmente, na valorização da sua cultura e na proteção e dinamização da sua história, muito associado ao investimento em termos turísticos, principal elemento de desenvolvimento económico no Algarve. Loulé, por seu lado, durante estes dez anos, teve um crescimento cultural progressivo sem grandes flutuações, isto é, marcado por investimentos pontuais para enriquecer os seus equipamentos culturais, apoios dados às associações e o número de eventos marcantes como a Noite Branca, o Festival MED e o Carnaval. É claro que estes são só alguns deles, visto que Loulé tem assentado o seu desenvolvimento cultural numa boa programação anual. Faro tem muitos eventos ao longo destes anos, mas o seu desenvolvimento cultural, durante este período, fica marcado por dois acontecimentos que promovem o seu desenvolvimento cultural, o Euro 2004 e o Faro Capital da Cultura. Ambos os acontecimentos motivaram investimento por parte do município. Enquanto um motiva um investimento a nível de acessos e conexões com a cidade, o segundo enriquece a cidade com novos

equipamentos culturais, a reabilitação do Teatro Lethes e a construção do novo Teatro das Figuras. Isto combinado com uma programação cultural que tem vindo a preencher o plano anual de Faro. Mas, em Faro, existe algo muito forte, uma mancha cultural associativa muito ativa, que tem vindo a trabalhar em prol da cultura farenses. Na verdade, se formos pensar nos grandes eventos de Faro, apesar de existirem muitos, um salta à vista, a concentração de Motos.

Todos estes municípios apresentam qualidades no seu desenvolvimento cultural, parecendo Silves o mais limitado no seu desenvolvimento.

Mas, quando pensamos em Albufeira, podemos observar um pouco de cada um dos outros municípios. A cidade de Albufeira não tem a malha cultural de Silves, Loulé ou Faro. Em termos financeiros, consegue ter maiores rendimentos que Silves, visto ser uma cidade muito ligada ao turismo e o seu desenvolvimento cultural ter sido constante ao longo destes dez anos. Foi construindo novos equipamentos culturais, permitindo à cidade maior capacidade para oferecer uma boa programação cultural. Albufeira é diferente dos outros municípios, porque o seu eixo estratégico de desenvolvimento assenta, principalmente, no turismo. Os outros municípios também o fazem, mas qual a diferença em Albufeira? O município tem uma série de eventos que marcam o ano, muitos e variados, através de associações desportivas e da sua própria iniciativa. A passagem de ano, as festas de verão, a Festa do Pescador e o Festival Al-buhera são alguns deles, mas, apesar de serem eventos anuais, deixam poucas marcas de continuidade, são meramente passageiros, uns mais do que outros.

Os dados do inquérito demonstram em todos os municípios um ponto crítico. Os inquiridos, apesar de considerarem que os municípios apostam na cultura, observam que, em certas áreas, os municípios falham. O património e os museus são áreas que consideram ser pouco promovidas. Estão satisfeitos, de modo geral, com eventos como festas tradicionais, algo que os municípios têm conseguido promover bem. Acreditam também que existe promoção na animação turística, mas, de um modo geral, os municípios dos quatro municípios avaliam a cultura que têm tido ao seu dispor como suficiente ou mediana.

Considera-se que, de acordo com os dados disponíveis, Loulé é o município que melhor consegue aplicar a Gestão Cultural. Percebe-se que, no global, a estrutura cultural de Loulé consegue satisfazer os seus munícipes e que, até um certo ponto, existe satisfação. Faro, por seu lado, possui a estrutura necessária para uma gestão cultural efetiva dentro do município e consegue disponibilizar uma programação cultural eficaz para os seus munícipes, sendo o nível de satisfação idêntico ao de Loulé.

Silves mostra ter uma estrutura cultural dinâmica, mas parece ter necessidade de melhorar certos componentes para conseguir uma melhor gestão cultural. Em termos de programação cultural, parece ser reduzida em relação às necessidades e pretensões dos seus municípios. Apesar disso, sentem-se minimamente satisfeitos com o que lhes tem sido disponibilizado até agora.

Albufeira é dos quatro municípios o caso mais interessante, notando-se que possui alguma gestão turística, mas que carece de gestão cultural.

A programação cultural disponível é ligeiramente abrangente, mas está focada somente na animação turística e nas festas tradicionais. O público está minimamente satisfeito com o que tem ao seu dispor.

Existe algo que é transversal a todos os municípios. Por mais esforços que apliquem, nem sempre conseguem satisfazer todas as preferências culturais. Daí que exista uma ideia generalizada em todos os municípios que, muitas vezes, têm de se deslocar a outros locais para usufruir do género cultural pretendido.

CONCLUSÃO

Termina-se o trabalho com a questão inicial: existe, afinal, gestão cultural ou alguma estratégia associada, nestes municípios?

O trabalho foi estruturado de forma a obter-se resposta a esta questão principal e a outras de carácter secundário. Muitas constatações e conclusões foram possíveis retirar relativamente à gestão nos quatro municípios.

Deste modo, concluiu-se que Loulé e Faro dispõem de estratégias de Gestão Cultural, que se concretizam em manifestações culturais delineadas e, consecutivamente, melhoradas. Silves dispõe de gestão cultural, é verdade, mas com pouca visibilidade, devido aos fracos recursos financeiros. Albufeira não possui estratégias de Gestão Cultural, dado que as suas manifestações culturais não apresentam uma articulação conveniente.

Contudo, o presente estudo permanece, de certo modo, inconclusivo, ou seja objetivamente conclusivo. E será este, por ventura, o aspeto mais relevante do trabalho. A falta de prática de organização, de planeamento, de concretização de objetivos e de trabalho de equipa, na gestão cultural dos municípios, reveste-se de inexperiência, nomeadamente, no que toca à transposição das teorias e das melhores referências para a prática.

Ao criar-se um método rigoroso de diagnósticos, face à disparidade de práticas e às lacunas de informação (fatores que acusam, logo à partida, uma má gestão cultural municipal), não é possível aplicá-lo na sua plenitude, o que evidencia algumas hipotéticas insuficiências:

Hipótese 1: Os municípios encontram-se muito bem organizados em termos de Gestão Cultural, mas cada um usa metodologias distintas e específicas às suas realidades, o que poderá ser um fator positivo, o que não é o caso.

Hipótese 2: Os municípios não dispõem de nenhum tipo de organização e de gestão, não possibilitando utilizar critérios e parâmetros uniformes para o seu diagnóstico, o que, infelizmente, é o caso.

O trabalho realizado sugere uma terceira hipótese, uma vez que existe uma estrutura associativa que poderia sustentar e apoiar as práticas da gestão cultural. É assim que se sugere a terceira via: um diálogo mais constante entre as vertentes políticas e o gestor cultural, uma organização mais informada, estruturas mais competentes e, sobretudo, o recurso a instrumentos de diagnóstico e de monitorização. Estas ferramentas de análise deveriam tomar a forma do método esboçado para este trabalho científico, com vista a ser operacionalizado futuramente, atendendo, inevitavelmente, aos seguintes aspetos:

- a) A fiabilidade e validade do método;
- b) A aplicabilidade sistemática do método em contextos futuros.

Questões como estas deveriam ser tomadas em consideração aquando da futura aplicação do seguinte método, a saber a recolha de dados, rigorosa e observante, junto de entidades idóneas e a perceção dos intervenientes no processo, nomeadamente entidades, quadros técnicos e público em geral, através do tratamento de entrevistas e inquéritos sistemáticos, cujas respostas poderão ser superficiais ou fundamentadas pelos especialistas na área. Isto permite desenvolver uma técnica que vá ao encontro das preocupações de diagnóstico da Gestão Cultural ao nível municipal e da sua capacidade de resposta em tempo útil.

Reflexão sobre eventuais soluções

Os municípios algarvios têm, nos últimos anos, concentrado a sua atenção no turismo, mas, atualmente, o desenvolvimento socioeconómico da região não pode ser sustentado

apenas por essa componente. O desenvolvimento cultural deve acompanhar o socioeconómico para ser suportado. Concelhos como Silves, Loulé, Faro e Albufeira têm trabalhado muito para dinamizar o turismo da região, mas também tem existido trabalho em prol da cultura, algo que enriquece o turismo algarvio, mais ainda do que a praia e a noite. O estudo, o planeamento e a valorização do património é o caminho correto para a potencialização da região. Tudo isto assenta na Gestão Cultural.

A Gestão Cultural exige um trabalho global por parte dos municípios, devendo as suas estruturas culturais trabalhar em equipas diversificadas e abranger o maior número de áreas possível. Todos os municípios devem ter a mão de obra necessária dentro dos seus quadros, sendo somente necessária a sua reestruturação, de modo a servir os interesses do município e, principalmente, dos seus munícipes.

Atualmente, sabe-se que é um desafio investir na cultura, pois a falta de meios financeiros que, hoje em dia, afeta os municípios limita a ação da Gestão Cultural. Não obstante, deve vigorar a ideia de que se deve fazer com qualidade, usando poucos recursos, sendo este o único caminho ao dispor dos municípios.

A Gestão Cultural exige planeamento, atividades e eventos que tenham uma abrangência maior, mais prolongada no tecido cultural do município e na mente de quem o visita. Esse planeamento deve ultrapassar o regime temporal de um mandato político num município, mesmo que isso custe votos.

Mais importante do que todas estas noções é a importância que os dirigentes políticos do futuro devem ter para que isto funcione, devendo eles perceber que o desenvolvimento progressivo de uma comunidade tem de estar assente no desenvolvimento cultural e social.

Uma Gestão Cultural efetiva necessita, portanto, de um foco específico, com vista a garantir o seu sucesso duradouro, ideia esta que se encontra espelhada em Reussener:

« Effective cultural management is goal oriented to ensure long-term success (...)»
(2003, p. 99)

BIBLIOGRAFIA

- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2000, Lisboa, INE I.P., 2001.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2001, Lisboa, INE I.P., 2002, pp. 153 – 157.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2002, Lisboa, INE I.P., 2003, pp. 175 – 182.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2003, Lisboa, INE I.P., 2004, pp. 139 – 144.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2004, Lisboa, INE I.P., 2005, pp. 71 – 82.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2005, Lisboa, INE I.P., 2006, pp. 75 – 82.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2006, Lisboa, INE I.P., 2007, pp. 77 – 86.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2007, Lisboa, INE I.P., 2008, pp. 83 – 92.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2008, Lisboa, INE I.P., 2009, pp. 83 – 92.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2009, Lisboa, INE I.P., 2010, pp. 83 – 92.
- Anuário Estatístico da Região Algarve – 2010, Lisboa, INE I.P., 2011, pp. 103 – 114.
- Bauman, Zigmunt** (1999) *Globalização: As consequências humanas*, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- Bianchini, A.** (1993) *Cultural policy and urban regeneration: The Western European experience*, Manchester, Manchester Univ. Press.
- Bonet, L.; Castener, X; Font, J.** (2001) *Gestión de Proyectos Culturales: análisis de casos*, Barcelona, Ariel.
- Centeno, Maria João** (2012) *As Organizações Culturais e o Espaço Público – A experiência da Rede Nacional de Teatros e Cineteatros*, Lisboa, Edições Colibri.
- Costa, António Firmino da** (1997) “Políticas Culturais conceitos e perspectivas”, versão eletrónica do artigo da publicação periódica do Observatório das Atividades Culturais, Obs.nº 2 outubro, disponível em www.oac.pt.
- Crespi, Franco** (1997) *Manual de Sociologia da Cultura*, Lisboa, Editorial Estampa.

- Cuche, Denys** (1999) *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, FIM DE SÉ-CULO Edições, Lda.
- De Vereaux, Constance** (2009) “Arts and Cultural Management: The State of the Field”, in *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, Vol.38, nº.4, pp.235 – 238.
- Dias, Jorge** (1950) *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, INCM.
- Eagleton, Terry** (2000) *A ideia de Cultura*, Lisboa, Temas e Debates.
- Eco, Humberto** (1998) *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença.
- Ebewo, Patrick e Sirayi, Mzo** (2009) “The concept of Arts/Cultural Management: A Critical Reflection”, in *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, Vol.38, nº.4, P.281 – 295.
- Ferreira, Ana Maria; Martins, Ana Isabel (Coord.)** (2007) *O Evento FCNC 2005 e o Turismo*, Faro, Ualg.
- Graham, Beryl e Cook, Sarah** (2010) *Rethinking Curating - Art after New Media*, London, The MIT Press.
- Gomes, R.; Lourenço, V. e Martinho, T.** (2006) “Entidades Culturais e Artísticas em Portugal”, in *Docs – Documentos de Trabalho*, Nº8, Lisboa, OAC, pp. 27 – 54, disponível em: www.oac.pt/menuobservatorio.htm.
- Higgins, James** (1994) *The management challenge*, 2ª edição, New York, Macmillan.
- Landry, C.** (2006) “Lineages of the Creative City” in *Research Journal for Creative Cities*, Vol. 1, nº 1, março, disponível em: http://dlisv03.media.osaka-cu.ac.jp/infolib/user_contents/kiyo/DBp0010102.pdf.
- Matarasso, F.; Landry, C.** (1999) “Balancing Act – Twenty one strategic Dilemmas in Cultural Policy”, ed. Council Of Europe Publishing, Strasbourg, disponível em www.artsmanagement.net/downloads/cultural-strategy-dilemmas.pdf.

- Mitchell, R., e R. Fisher** (1992) *Professional managers for the arts and cultures: The training of cultural administrators and arts managers in Europe, trends and perspectives*, Helsínquia, Helsinki Univ. Press.
- Monteiro, António** (2011) *Gestão cultural em Portugal – Uma visão, um projecto, uma história e vários protagonistas*, Porto, APGC | Associação Portuguesa de Gestão Cultural, disponível em www.gestaocultural.com/d-GestaoCulturalPortugal.pdf.
- Moreira, Ricardo** (2010) *Workart – Arte e Gestão – O expresso da Inovação da VI-ARCO*, Porto, FEP – Universidade do Porto.
- Pires, M. Laura** (2006) *Teorias da Cultura*, Lisboa, Universidade Católica.
- Queiroz, Jorge** (2011) “Políticas Culturais, A Gestão Cultural e o Algarve - Contributos para um plano regional”, in *A Cultura em Conferência*, Faro, Ualg, pp. 21 – 42.
- Ribeiro, Pinto** (1998) “A Cultura em Portugal no Final do Século: Entre a abundância e a miséria” Versão Electrónica do Artigo da Publicação Periódica do Observatório das Atividades Culturais, Obs nº 3, disponível em www.oac.pt.
- Reussner, E. M.** (2003) “Strategic management for visitor-oriented museums”, in *International Journal of Cultural Policy*, Vol. 9 ,Nº1, pp. 95–108.
- Roysend, Sigrid** (2008) “Arts management and the autonomy of art”, in *International Journal of Cultural Policy*, Vol. 14, No. 1, February 2008, pp. 37–48.
- Salgado, Nuno Ricou** (2011) "O papel do Gestor Cultural enquanto elemento de Dinamização Cultural", in *A Cultura em Conferência*, Faro, Ualg, pp. 43 – 54.
- Santos, M. L. L.** (2007) “ Políticas Culturais em Portugal” Comunicação Apresentada na Mesa Redonda “Políticas Culturais no Espaço Iberoamericano” , V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural” , Almada, disponível em www.oac.pt.
- Santos, M. L. L.; Gomes, Rui** (2010) “Compendium Cultural Policies and Trends in Europe – Country Profile Portugal”, Council of Europe/EriCarts, disponível em www.Culturalpolicies.net.
- Selwwod, S.** (1995) *The benefits of Public Art*, Londres, Policy Studies Institute.

Silva, Santos; A (2007) “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de Roteiro”, in *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 54, Oeiras, maio 2007.

Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e (1998) *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Porto, Editora Civilização.

Textos e Documentos, CONVENÇÕES – Recomendações e Resoluções da UNESCO sobre Património Mundial Cultural e Natural (1992), Lisboa, Comissão Nacional da UNESCO.

Netgrafia

<http://www.Culturalpolicies.net>, consultado em 18 de fevereiro de 2012

<http://www.agecal.pt/>, consultado a 16 de março de 2012

<http://www.sam-arts.demon.co.uk/>, consultado a 16 de março de 2012

<http://www.gecaandalucia.org/>, consultado a 17 de março de 2012

<http://www.federacion-agc.es/>, consultado a 17 de março de 2012

<http://www.artsmanagement.net/>, consultado a 18 de março de 2012

<http://www.oac.pt/>, consultado a 17 de março de 2012

<http://www.artscouncil.org.uk/>, consultado a 17 de abril de 2012

<http://www.artscouncil-ni.org/departs/all/report/diststrat.pdf>, consultado a 22 de abril de 2013

<http://www.ine.pt/>, consultado a 18 de abril de 2012

<http://www.cm-Albufeira.pt>, consultado a 16 de novembro de 2012

<http://www.cm-Silves.pt>, consultado a 16 de novembro de 2012

<http://www.cm-loule.pt>, consultado a 16 de novembro de 2012

<http://www.cm-Faro.pt>, consultado a 16 de novembro de 2012

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>, consultado a 17 de dezembro de 2012

<http://www.aandb.org.uk/>, consultado a 14 de agosto de 2013

<http://www.lrwonline.com/2>, consultado a 14 de agosto de 2013

<http://www.scn.ucla.edu/>, consultado a 14 de agosto de 2013

<http://www.unesco.com>, consultado a 20 de agosto de 2013

<http://www.creativityatwork.com>, consultado a 12 setembro de 2013

<http://www.ericarts.org>, consultado a 17 de setembro de 2013

ANEXO I

Inquérito de aferição dos gastos da cultura nos municípios

Diagnóstico da gestão cultural dos municípios algarvios:

Algarve central – Silves, Albufeira, Loulé e Faro

Este inquérito tem como objectivo aferir os gastos da cultura e o seu desenvolvimento nos últimos 10 anos (2000 – 2010), nos municípios envolvidos no estudo, no âmbito desta tese de mestrado em gestão cultural. Assim agradeço desde já a sua participação, lembrando que todas as informações são anónimas e confidenciais.

1. Município:

Silves	<input type="checkbox"/>
Albufeira	<input type="checkbox"/>
Loulé	<input type="checkbox"/>
Faro	<input type="checkbox"/>

1.1. Área do concelho: _____

1.2. Número de habitantes: _____

1. Recursos financeiros - Gastos na Cultura¹⁶

Ano	Orçamento municipal – Total*	Gastos na Cultura**
2000		
2001		
2002		
2003		
2004		
2005		
2006		
2009		
2008		
2009		
2010		

(*)(**) Valores em €

¹⁶ Engloba todos os eventos culturais, equipamentos culturais, apoios monetários a associações, Património e gastos da cultura (na educação, na acção social e no turismo).

2. Recursos Humanos – orgânica Cultural¹⁷

Ano	Nº de Técnicos Superiores	Nº de Assistentes técnicos / Técnicos profissionais	Total de Técnicos
2000			
2001			
2002			
2003			
2004			
2005			
2006			
2009			
2008			
2009			
2010			

3. Equipamentos Culturais¹⁸

Ano	Museus /Galerias	Bibliotecas	Auditórios / Teatros / cineteatros	Arquivo histórico	Sala de congressos	Auditórios ao ar-livre	Total de Equipamentos Culturais
2000							
2001							
2002							
2003							
2004							
2005							
2006							
2009							
2008							
2009							
2010							

¹⁷ Engloba todos os funcionários da estrutura cultural do município.

¹⁸ Engloba todos os equipamentos culturais existentes no município.

ANEXO II

Guião das entrevistas e transcrição

SILVES – Diretor do Departamento Sociocultural

Tiago Leal - 4 de Outubro 2011

P1: Pode-me explicar quais foram as Políticas culturais municipais dos últimos anos?

R: Aposta em atividades pontuais de interesse cultural e artístico, valorizando sobretudo eixos diferenciadores no que toca à abordagem ao período cultural islâmico e patrimonial.

P2: Considera que existe Inércia institucional neste município?

R: Penso que não.

P3: Considera que na estrutura administrativa municipal existe dispersão de energias e demasiada burocracia?

R: Depende da especificidade das situações. Às vezes sim, outras vezes não!

P4: Considera que existiu poucos recursos humanos e financeiros para a cultura nos últimos anos?

R: Os apoios para a cultura nunca são suficientes. Porém tendo em conta o que se espera para o futuro, acho que podemos considerar que o apoio que havia até era razoável.

P5: Considera que existem valores conflituosos nas estruturas municipais em relação à promoção da cultura, cultura ou economia?

R: Penso que não. A ideia que a cultura por si só se sustenta acabou! É preciso que se consiga perceber a sustentação das atividades culturais seja ela através da quantificação do valor tangível criado bem como do valor intangível.

P6: Considera que existe rivalidades dentro da orgânica municipal, inter-departamentais ou inter-divisões que podem afectar o funcionamento da estrutura cultural?

R: Podem afectar a estrutura cultural como qualquer outra estrutura. Vida nas organizações é mesmo assim.

P7: Considera que o município dispõe nos espaços culturais existentes qualidade e número suficiente?

R: Nem em qualidade nem em quantidade. Essa é uma das nossas fragilidades.

P8: Existe uma boa variedade de oferta cultural? Bem distribuída regionalmente?

R: Em alguns casos a oferta é boa, mas a sua distribuição regional fica aquém do mínimo exigido.

P9: Considera que os municípios têm falta de comunicação entre si?

R: Sim. Em vez de concorrentes deveríamos ser parceiros!

P10: O que entende por Cultura?

R: Pergunta difícil! Cultura é tudo aquilo que no envolve e que está relacionada com criatividade, criação artística e cultural; memória e património; ensino, conhecimento e literacia; diversidade, espaço público e cidadania; identidade e imagem.

No fundo é preciso assegurar uma gestão cultural que consiga tocar nestes pontos e que ao mesmo tempo seja diferenciadora de modo a que seja atractiva e estimulante ao nosso público/mercado.

P11: Tendo em conta a história de Silves acredita que os técnicos do município têm todas as condições para melhorar e proteger a herança patrimonial de Silves?

R: Actualmente estamos a fazer esforços para que essas condições sejam criadas. Está pela primeira vez a ser criada uma equipa específica de trabalho com especial enfoque na área cultural.

P12: Acredita que a população de Silves e as pessoas que visitam o concelho estão satisfeitas com o nível da cultura apresentado?

R: Ao nível da programação regular penso que não, pois ao nível de espaços dignos para o fazer estamos muito limitados. Contudo está a ser implementado um plano de gestão cultural envolvendo as associações locais, escolas e parceiros institucionais que acreditamos que pode dar frutos em breve.

P13: O festival medieval de Silves é um bom exemplo do que se produz em Silves?

R: Acho que sim. É um evento diferenciador e que alia aquilo que nos dias de hoje é fundamental: disseminação da cultura através de iniciativas sustentáveis e com ganhos evidentes no turismo e na economia local.

P14: Qual a sua visão do ponto de vista cultural no concelho de Silves, nos últimos 10 anos?

R: Tem vindo a fazer o seu caminho mas forma pouco sustentada. Temos que melhorar nesse capítulo.

ALBUFEIRA – Vice-presidente – pelouro da Cultura

Marlene Silva – 26 de Setembro 2011

P1: Pode-me explicar quais foram as Políticas Culturais municipais dos últimos anos?

R: Desde 2005 que entrei para a Câmara Municipal, com o cargo de Vereadora e com o pelouro da Cultura, que a minha intenção tem vindo a ser, não só realizar eventos culturais no concelho, como também promover acções, workshops e atividades em que não só os munícipes assistem ao evento, mas também possam participar no mesmo, sendo um público interactivo.

Tem pretendido este executivo oferecer aos munícipes uma diversidade cultural, abrangendo o maior número possível de áreas, como a dança, o teatro, a música (em todos os seus performances) e obviamente, oferecer também uma melhor e maior diversidade no que se refere aos museus e património histórico-cultural.

P2: Considera que existe inércia institucional neste município?

R: Penso que não. Pelo menos assim tento. Considero que este município, institucionalmente esforça-se para que não se sinta qualquer tipo de estagnação.

P3: Considera que na estrutura administrativa municipal existe dispersão de energias e demasiada burocracia?

R: Na verdade, sim, existe. No entanto existem leis regulamentares que obrigam que administrativamente exista tanta burocracia. Além disso, este executivo atento às problemáticas por vezes sentidas, devido à experiência do dia-a-dia, também recorre a outros condicionalismos, impostos internamente, que também tornam por vezes as situações mais morosas e burocráticas. A isso eu chamo medidas de prevenção e cautela institucional. Sempre ouvi dizer “que mais vale prevenir que remediar” e é isso que muitas vezes obedece a estrutura administrativa municipal.

P4: Considera que existiu poucos recursos humanos e financeiros para a cultura nos últimos anos?

R: Financeiramente não. Até há pelo menos dois anos atrás não existiam quaisquer problemas dessa natureza. Desde de 2009 que se tem verificado um défice no aumento gradual de movimentação de dinheiros dentro da instituição e isso tem vindo a limitar a realização das atividades culturais que este executivo tinha-se proposto no

início do mandato. Mas conforme os condicionalismos se impõem assim o executivo tem que se adaptar.

Quanto aos recursos humanos, de certa forma, existe um número de funcionário limitado. Mas isso acontece mais em alguns setores da cultura. Não na generalidade. Mas considerando que os funcionários são cooperantes tudo se tem conseguido com a ajuda, compreensão e empenho dos mesmos.

P5: Considera que existem valores conflituosos nas estruturas municipais em relação à promoção da cultura, cultura ou economia?

R: Se existem, não passam por mim...ou seja, a ideia que tenho de Câmara Municipal, é num todo e no seu todo enquanto estrutura. Logo não podem haver conflitos dessa natureza, pois não existem, ou não deveriam existir “ quintais” onde possam permitir concorrências ou rivalidades. Todos trabalhamos no mesmo e para o mesmo!

P6: Considera que existe rivalidades dentro das orgânicas municipais inter-departamentais ou inter-divisões que podem afectar o funcionalismo da estrutura cultural?

R: Parte desta pergunta está respondida na questão anterior. No entanto não se pode omitir que não existam, até porque todos sabemos que a estrutura de uma Câmara Municipal é muito complicada de gerir e que todos querem o melhor para o seu departamento ou divisão. Quanto existem cerca 1500 funcionários para gerir, cada um com os seus princípios, hábitos ou ideais, dizer que rivalidades não existem, estaria a mentir. Agora volto a afirmar que se existem, não deveriam existir, porque todos “vestimos uma só camisola” a da CMA.

P7: Considera que o município dispõe nos espaços culturais existentes qualidade e número suficiente?

R: Dizer que o que temos que chega para o concelho, não é de todo correto. No entanto o que temos já é em bom número e considero que a qualidade é muito boa. Pretendo no entanto, se as condições financeiras melhorarem, realizar obras para melhorar determinados espaços, tais como o edifício do Museu Municipal de Arqueologia e o Arquivo Histórico.

P8: Existe uma boa variedade de oferta cultural? Bem distribuída regionalmente? Considera que os municípios têm falta de comunicação entre si?

R: Regionalmente considero que existe uma boa oferta cultural. Cada município dispõe de recursos/equipamentos culturais diferentes, o que promove diferentes ofertas culturais, de município para município. Quanto à comunicação entre municípios não se pode considerar que existe falta. Parece-me é que cada um sabe organizar-se de acordo com os recursos que têm e tipo de público que lhes acede. O Algarve apesar de ser um distrito de pequenas dimensões é caracterizado por diferentes conceitos culturais, ou seja, tanto em termos de população residente como em termos de população turística, as massas populacionais diferenciam-se de concelho para concelho, o que considero ser bem perceptível pelos executivos das diferentes autarquias. Esse reconhecimento diferenciado permite que as ofertas culturais sejam adequadas à realidade de cada concelho, o que permite por sua vez, depararmo-nos com uma complementaridade de ofertas em todo o distrito e não, como se chega a pensar, numa concorrência pífida.

P9: O que entende por cultura?

R: Considero Cultura tudo o que nos seja perceptível dentro de cada realidade, ou seja, é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas, comportamentais de um povo ou civilização. São todas atividades que se manifestam na e pela população, tais como, a música, o teatro, rituais religiosos, a língua falada e escrita, mitos, os hábitos alimentares, as danças, a arquitetura, as invenções, os pensamentos, as formas de organização social, etc.

P10: Quando falamos de edifícios antigos, qual é para si a melhor opção, derrubar o antigo para dar lugar a novos equipamentos ou recuperar para preservar a sua história?

R: Sobre esta questão sou absolutamente defensora de recuperar o antigo e preservar a nossa história. Nem sempre isso é possível devido à degradação dos edifícios e ao mau estado de conservação, então nesse caso sou a favor de uma reconstrução equilibrada entre aquilo que era o edifício e o que representava (baseado em estudos prévios sobre o edifício) e o presente, adaptando o espaço à nova realidade, nomeadamente às acessibilidades, factor esse que numa era passada não era considerada como necessária e que nos dias de hoje é fundamental para acesso igual a todos.

P11: Considera Albufeira um concelho com uma grande herança patrimonial?

R: Considero que sim. Existem outros concelhos no Algarve com maior destaque nessa área, no entanto Albufeira no seu todo é muito rica em história, em passado, nas influências de tráfego comercial e no património edificado que ainda resta.

P12: Considera que os habitantes e os turistas em Albufeira estão satisfeitos com a cultura ao seu dispor?

R: Se referirmo-nos à cultura, nos termos em que me refiro quando defino cultura na questão número 9, considero que sim. Gostava porém de aumentar a diversidade e qualidade em certos aspectos da oferta cultural, tais como, requalificar o Auditório Municipal, o Arquivo Histórico, o espaço no Museu Municipal de Arqueologia, assim como na exposição existente; concretizar o Museu do Barrocal, realizar mais escavações e recolher a riqueza que ainda se esconde no nosso sob solo e coloca-lo de forma a que todos tenham acesso e o possam admirar; impulsionar certos pontos fulcrais da nossa história os quais ainda não estão adequados a visitas públicas (na zona antiga de Albufeira), etc...Enfim, muito há ainda para fazer: a Cultura não é estável nem inanimada, pelo contrário encontra-se sempre dinâmica e em constante mutação. Como tal, seja para os habitantes ou turistas, pensar em satisfação significa pensar em pouco ou nada mais se fazer ou inovar. Como não é dessa forma que sinto a Cultura que me rodeia, tudo farei para que se continue a fazer/pensar e dinamizar Cultura todos os dias, hoje e sempre!

FARO – Vereadora da Cultura

Alexandra Rodrigues – 26 de Dezembro 2011

P1: O que entende por Cultura?

R: Não existe uma única definição de cultura e as abordagens feitas ao longo de anos têm originado uma grande multiplicidade de definições, consoante a perspectiva em que o conceito é abordado. Entre alta e baixa cultura, entre cultura popular e cultura de elites, entre cultura de massas e cultura mediática, entre cultura como processo e cultura como produto as fronteiras conceptuais tendem a esbater-se e a considerar quase tudo como cultura. As abordagens conceptuais do conceito também variam com o ramo da ciência.

Não apresentarei mais uma das centenas definições existentes para a cultura, mas a cultura é uma forma de manifestação humana que se exprime de diferentes formas materiais e imateriais.

P2: O que acha das Políticas culturais municipais dos últimos anos em Faro?

R: Penso que com a construção dos últimos equipamentos como a nova biblioteca municipal e mais recentemente o teatro municipal de Faro, assim como com a última intervenção no Museu Municipal, resultaram em ganhos expressivos na qualificação da oferta cultural municipal de Faro. A criação de serviços educativos nesses espaços contribuiu para uma estratégia de criação de públicos que começa a evidenciar frutos e que sobretudo reúne um grande interesse e participação da comunidade escolar. Mas esta não deve ser a única dimensão de uma política cultural municipal. A criação de uma programação mais estreita entre os diferentes equipamentos é crescentemente uma preocupação, assim como a diversificação de públicos e de ofertas.

P3: Considera que existe Inércia institucional, dentro da Cultura?

R: Não, não considero que exista inércia institucional na cultura; existe é uma quase total dependência do apoio institucional ao nível da atividade cultural em geral, que depois deixa pouco espaço ao desenvolvimento de uma programação para além da atividade cultural associativa. Em termos de setor público seja administração central, seja local carece é da capacidade de investimento e dos recursos para definir um Plano de Desenvolvimento Cultural para a Cultura.

P4: Considera que existiu poucos recursos humanos e financeiros para a cultura nos últimos anos?

R: Não comparativamente; houve poucas vezes desde 1972 tão pouco dinheiro disponível como neste momento para investir em cultura, pelo que considero que sendo a cultura uma área de valor acrescentado e capaz de gerar uma riqueza muito maior do que a do investimento inicial, a questão financeira não deve ser uma condicionante para a criatividade. Em termos humanos reconheço que há falta de alguma formação especializada e de profissionais em alguns sub-setores da cultura.

P5: Considera que existem valores conflituosos nas estruturas municipais em relação à promoção da cultura, cultura vs economia?

R: O que tenho consciência é que já não é possível fazer investimentos cegos em qualquer área de atividade e sem que se perspetive alguma receita que possa ajudar a fazer face aos custos fixos de novos projetos culturais. Há uma crescente necessidade de fazer a análise custo-benefício, com base em indicadores e rácios quantitativos que não conseguem contemplar e considerar os aspectos imateriais e qualitativos do resultado da proposta cultural.

Isto quer dizer que a avaliação do investimento em cultura merece uma atenção particular e deve procurar introduzir na sua avaliação dados qualitativos, que nem sempre são tidos em consideração por quem tem o poder de decisão.

P6: Considera que existe rivalidades dentro da orgânica municipal, interdepartamentais ou inter-divisões que podem afectar o funcionamento da estrutura cultural?

R: Não são propriamente rivalidades, eu chamar-lhes-ia prioridades. Acima da orgânica funcional das autarquias estão os decisores políticos executivos que têm a última palavra a dizer e possuem a visão do conjunto, determinando as grandes opções para a política municipal em cada ano e em cada domínio.

As rivalidades pessoais não devem ultrapassar as definições e orientações políticas e se isso acontecer é porque não há governança nem liderança nesse município.

P7: Considera que o município dispõe nos espaços culturais existentes, qualidade e quantidade essencial?

R: Não. Há necessidades específicas como uma sala de ensaio de menor dimensão e maior acessibilidade para associações e grupos da cidade, e também de espaços físicos para as suas sedes. Estamos a avançar com um Centro de Experimentação e Criação Artística que pode ajudar a resolver algumas destas questões. Há outras carências como é o caso do Arquivo Municipal e do Arquivo Histórico, mas existe uma razoável oferta de equipamentos em Faro.

Em termos mais específicos há outras necessidades mais particulares de obras e de requalificação, bem como de um projetor digital para cinema numa das nossas salas.

P8: Existe uma boa variedade de oferta cultural?

R: Sim, existe uma grande variedade cultural e um número expressivo de associações. Todavia há falta de criação contemporânea em determinadas áreas e há carência de mais profissionais das artes e de oferta formativa especializada na região.

P9: Capital do Algarve, Faro é o centro de poder da região, pode dizer-se o mesmo sobre a cultura?

R: Faro possui equipamentos de referência regional em termos culturais, alguns de longa data, alguns mais recentes; está cá o Conservatório Regional do Algarve, o Museu Regional do Algarve, o Teatro das Figuras, a Orquestra do Algarve, a Direcção Regional da Secretaria de Estado da Cultura, a Universidade do Algarve, o centro UNESCO, entre outros, pelo que é um centro cultural da Região. Creio que é líder em número e em qualidade da oferta.

P10: Considera que o público cultural em Faro está hoje ao nível do público de cidades como Lisboa ou Porto?

R: Não sei o quer dizer 'nível' é um conceito demasiado subjectivo para ser respondido. Os públicos de Faro devem ter algumas diferenças que resultam da sua massa populacional e da população universitária flutuante, mas não existe um estudo amplo sobre os mesmos, assim como não há naquelas outras cidades.

P11: Qual foi o impacto do evento "Faro - capital da cultura" na realidade da cidade?

R: Foi pouco expressivo. Em termos de impactos dos eventos, os estudiosos classificam o efeito produzido como de 'animador', pois não teve um efeito catalisador de outras iniciativas, nem efeitos económicos sobre o tecido local. Possuiu um efeito efémero e que acabou com o evento.

P12: Considera que a população de Faro e os turistas que visitam o concelho estão satisfeitos com o nível dos eventos culturais oferecidos?

R: Esse estudo não está feito mas os estudos pontuais de públicos no museu e no TMF demonstram que há uma satisfação boa com a oferta existente nesses equipamentos. Pode não ser totalmente equilibrada entre todas as áreas artísticas, mas o nosso

tecido cultural é muito rico e as associações promovem uma grande diversidade de iniciativas.

Esta investigação tem custos e requer meios humanos que não dispomos no momento, mas esperamos com alguns projetos de Mestrado conseguir promover mais estudos que nos ajudem a conhecer melhor os nossos públicos e a sua satisfação com a experiência de visita.

LOULÉ – Vereador da Cultura

Joaquim Guerreiro – 11 de Agosto 2011

P1: O que entende por Cultura?

P2: Pode-me explicar quais foram as Políticas culturais municipais (regionais*) dos últimos anos?

P3: Considera que existe Inércia institucional neste município?

P4: Considera que na estrutura administrativa municipal existe dispersão de energias e demasiada burocracia?

P5: Considera que existiu poucos recursos humanos e financeiros para a cultura nos últimos anos?

P6: Considera que existem valores conflituosos nas estruturas municipais em relação à promoção da cultura, cultura ou economia?

P7: Considera que existe rivalidades dentro da orgânica municipal, interdepartamentais ou inter-divisões que podem afectar o funcionamento da estrutura cultural?

P8: Considera que o município (nível regional*) dispõe nos espaços culturais existentes qualidade e número suficiente?

P9: Existe uma boa variedade de oferta cultural? Bem distribuída regionalmente?

P10: Considera que os municípios têm falta de comunicação entre si?

P11: Qual o impacto dos eventos culturais nos dias de hoje em Loulé?

P12: O festival MED destaca-se entre muitos eventos do concelho, acredita que esta oferta é boa e diversificada?

P13: Destacaria mais algum evento que ocorra anualmente no concelho?

P14: Qual a sua visão do ponto de vista cultural no concelho de Loulé, nos últimos 10 anos?

P15: Considera que a população de Loulé e os turistas que visitam o concelho estão satisfeitos com o nível de cultura oferecido?

Transcrição de entrevista:

Primeira parte

“ (Áudio 1) ...Eu estava a dizer de alguma recolha de informação que fiz, até para justificar um pouco o festival med, fiz uma recolha das idades dos eventos do Algarve, e o evento mais antigo é a feira de santa iria em Faro, depois vem a mãe soberana com 400, perto de 460 anos, vem o carnaval de Loulé, daqueles que, quero dizer,

estão aqui neste universo. Com certeza que há feiras, festas religiosas com muitos anos, não é, até do tempo da mãe soberana eu é que não as conheço, por acaso seria um trabalho interessante a fazer com a diocese. Depois vem o carnaval de Loulé que já tem 106 anos, que é um, e sempre se fez o carnaval. (...) Está enraizado na cultura. (...) Depois em termos de eventos com certeza que aí no campo desportivo e cultural, começam a haver nos anos 60 com o aparecimento do turismo, estou a falar da vela em Vilamoura, estou a falar do Cross das amendoeiras, estou a falar do rali de Portugal, estou a falar da volta ao Algarve em bicicleta, são 4 eventos desportivos que desde o anos 60 existem. Depois com o 25 de Abril aparece o festival de musica do Algarve com o turismo, um festival muito virado para o erudito para o clássico e o festival de folclore do Algarve que acabou já à alguns anos e era feito na região e tinha o seu ponto alto na rocha e habitualmente todos os anos era transmitido para a televisão, para a RTP. Depois nos municípios começa a haver festas mais locais, a Fatacil, o festival do marisco, isto já são eventos perto de 30, 20 e tal anos, aparece o 1º festival de música pop rock, que é o festival de Sagres. É muito antes, foi em 1987, era bianual esse festival, acho que houve duas edições, foi onde apareceu os Madredeus, os trovante, 1987, depois houve um 89 ou 85, sei que houve em 87, foi o 1º festival de música, e teve duas edições, a partir daí não houve mais festivais e aparece muito os festivais gastronómicos. Festivais gastronómicos e com música, aparece a Fatacil já nos anos 80, início dos anos 80. Em que é uma feira de artesanato e tem um cartaz, tem música, mas não tem linha artística, linha artística é o top de vendas, o mediatismo, portanto há o festival do marisco, o festival da sardinha. Mais recentemente aparece os festivais de recriação histórica, que aparece primeiro em Castro Marim, Lagos com o desfile, ligado aos descobrimentos, Silves e aparecemos nós à 2 anos 3 com o Salir do tempo e mais recentemente Albufeira em Paderne, penso que fazem no início do ano, em Janeiro. Portanto há esses novos eventos tem a ver com a recriação histórica, penso que também há um, e também recente em Cacela velha, a, chama-se mouras encantadas, eu não conheço, não sei bem qual é a filosofia.

O festival MED que é aquele que eu costumo falar até para justificar o festival MED, o festival MED é um festival de música. Eu tenho aqui vários factores que tenho de valorizar, primeiro é um festival de música, não é um festival gastronómico nem é um festival de artesanato, é um festival de música, toda a incidência do festival med, é música. Portanto trazemos cá coisas que ou habitualmente não vêm a Portugal ou vêm pela primeira vez a Portugal, principalmente os cabeças de cartaz, e depois obviamente

te que há as bandas portuguesas, particularmente emergentes, que estão a nascer, mas é essencialmente um festival de música.

A Noite Branca é um evento que este ano não se vai realizar, é um festival polémico, polémico no sentido que é um festival de artes, (...) J.S. Artes Circenses. (...) Sim, é um festival de rua, um festival. A noite branca nasce de três misturas, então, Pedro tochas, que é um palhaço de rua conhecidíssimo pelo mundo fora, eu conheço e disse “ó Pedro, ó pá tu estás em Edimburgo em Agosto, e que tal trazeres contigo, a gente paga os voos na *ryanair* ou na *easyjet* a 30 ou 40 €, alguns desses palhaços que estão contigo a fazer espectáculos. Agora em Edimburgo está a acontecer o maior festival de rua, leva milhares de pessoas lá. (Pedro tochas) ya pá é uma boa ideia, e depois metem lá o chapéu dirceu, metem o chapéu e fazíamos ali uma animação uma coisa básica. É pá, eu comecei a pensar, epá mas vou a Loulé, vou pôr o chapéu, isto é, quem são estes mendigos que acamparam junto para virem animar para porem o chapéu. Sim, porque aqui o Algarve ainda é muito tradicional, não é uma zona urbana de urbe, de mentes abertas, não estamos em Amesterdão, nem Madrid, sim, temos muito a base rural, a base conservadora. E hoje pôr um indivíduo de chapéu, pá, ainda não é visto como um artista é visto como um mendigo e a gente teve que repensar pá, vamos repensar isto, até se chamava o buskers, festival buskers, palhaços de rua, epá e vamos aqui misturar com um conceito que estava a aparecer, começou a aparecer em Paris, depois em Roma que já não faz a noite branca à uns 4 anos, a, que estava a aparecer nas capitais que são as noites em branco, significa que tudo está aberto durante a noite, particularmente galerias, museus, epá e depois misturar com as festas brancas existem nas discotecas. Então, são estes três factores pilares que é baseada a noite branca e é um sucesso, é de tal ordem o sucesso, que a gente este ano com medo de falhar, com medo de falhar, porque não podíamos falhar, em termos de orçamentação está uma grande crise e financeira, não sabemos, as receitas não estão estáveis. E então decidimos parar este ano a noite branca e para o ano retomar, portanto esse é o principal, a principal razão.

Segunda parte

(Áudio 2) ...A percepção que eu tenho que Silves é muito património, e tem um valor patrimonial activo visível, visível, desde o castelo, a cisterna, a sé, são coisas que marcaram, têm história, têm conteúdo. Nós em Loulé, temos património, ele é muito, eu não digo que seja recente, ele está a ser descoberto. Por um lado Loulé, penso que teve a felicidade de não ser muito destruído pela invasão turística. Mesmo assim destruíram-se muitos palácios, casas apalaçadas na avenida José da costa Mealha dando lugar a

prédios, mas de facto, isto nessa matéria Loulé e Tavira estão a par, conseguiram preservar muito o núcleo central da cidade.

Nós em termos históricos temos uma descoberta muito recente, ainda em, tá ainda neste momento, não está visível, não está musealizada, são os banhos islâmicos, foi descoberta à uns 4, 5 anos, 4 anos por aí, normalmente está visível no festival med, que nós mostramos, perto do castelo. (...) Atrás das bicas velhas e está dentro de casas, foi descoberto dentro de uma casa. (...) Estamos a fazer as escavações, nós temos, tenho a impressão que vai ser um pólo de atração turístico, os banhos islâmicos, tem ainda as condutas muito, muito interessante para vender, alias, em breve terei o professor Cláudio Torres, um homem que tem estudado o islâmico em Mértola, está a fazer lá um trabalho muito interessante, até para nos dar algum valor, capitalizar um pouco o que nós temos feito. E depois temos reabilitado muito os edifícios, o mercado municipal, é uma imagem de marca, é um mercado com 100 anos. Tem uma arquitectura muito própria, muito diferenciadora, penso que haverá três ou quatro mercados no país com esta tipologia, o tipo de leão, penso que o Barreiro tem também, segundo ouvi dizer tem também um muito parecido. Portanto há aqui, há, um das nossas primeiras acções, va lá de campanha, de comunicação e de marketing foi vamos descobrir os antepassados, foi derrubar três ou quatro casas que tapavam o pano da muralha. Hoje o Castelo de Loulé tem uma frente que antigamente só tinha uma ponta, hoje tem uma frente. Demos a essa, recuperamos um conjunto de, pronto, edifícios restauramos o cineteatro um espaço com setenta e oito anos, que hoje é um espaço cultural à dimensão da cidade, para 320 lugares, tem uma boa taxa de ocupação. O que é que recuperamos mais? Pólos museológicos em Salir, em Alte, as obras do castelo de Salir, em Salir criámos o Salir no tempo, durante, durante um conjunto de, antes de me pedirem, pensa lá uma atividade em Salir e tal. O que é que a gente pode fazer em Salir, epá temos um castelo. O que é diferenciador, e aquele castelo ainda tem a base islâmica que é o que se diferencia dos outros. Há aqui um trabalho, outro trabalho que não é visível aqui, mas podemos passar pela conversa, que é o trabalho das pessoas, há aqui um trabalho de pessoas e para as pessoas, portanto, que é a formação de público. Eu não posso trazer um espectáculo de dança contemporânea se eu não tiver uma formação nessa área, eu não posso ter um festival de jazz se eu durante o ano não fizer pequenos apontamentos, de jazz, inclusive, formação e workshops de jazz, portanto há aqui um trabalho de preparar as pessoas para estes conhecimentos e para estas áreas musicais, musicais ou artísticas, no fundo artísticas. Neste momento estamos a acabar, vamos criar o centro de experimentação, centro de experimentação artística de Loulé, que é um género de residência artística para jovens, para não jovens, para artistas, que tem um espaço temporário para desenvolver projetos culturais, esse espaço, em termos de tempo terá um mês, terá uma sala, está equipada com alguns equipamentos, desde laboratório de fotografia, outras coisas que são necessárias para desenvolver os projetos e apresentam um projeto cultural. E têm depois os equipamentos, o equipamento disponível mediante um projeto, depois há a contrapartida, uma exposição, uma apresentação pública, portanto, isto é, está inserido na rede de residências artísticas do Algarve Central, no projeto Algarve central. Depois abrimos um pouco à arte contemporânea, em termos de exposições, muito a arte contemporânea, não vamos cair naquela lógica da pintura, eu fiz um curso de pintura, eu sei pintar, então vai para a galeria de arte, não. Há aqui um trabalho artís-

tico, com curadores, com comissário de exposição e com uma linha condutora, estamos aqui a falar desde Joana Vasconcelos, este ano temos David almeida e depois todas as colecções importantes de Portugal passaram cá e temos ainda patente, Joe Berardo em Vilamoura, este ano temos a fundação EDP, Culturgest, Serralves, portanto todas essas colecções nós articulamos aqui, fazemos exposições particularmente arte contemporânea, onde nós não estávamos minimamente preparados. O trabalho que fazem passa também muito o trabalho conjunto com as associações culturais, certo? Sim, trabalhamos muito com associações, mas todo o peso, é o peso institucional. Prémio de arquitectura e urbanismo do município de Loulé. Pergunta-me se isto é cultura, é cultura. Eu estou a valorizar no meio da selva, coisas com qualidade artística. Os municípios têm de fazer, há dois ou três municípios que fazem isto. Este é um trabalho, em Albufeira também conhece, é um trabalho interessante que tem a ver com o património oral, nós somos ricos nesta matéria, a nossa tradição, este é o terceiro volume de uma, desta professora Idália Farinho Custódia e da Maria Aliete Cardigoz, esta senhora é catedrática em Portugal, é natural de cá e tem feito um trabalho notável na recolha das tradições, particularmente orais e isto é um património, isto vale ouro, isto vale muito ouro e para as gerações futuras é importante e alimenta muito dos movimentos culturais do futuro. Penso que alimenta teatro, alimenta música, a música, muitas das letras, vão ver ao passado, portanto há aqui um trabalho que fica registado, não só em livro mas também em CD, vamos ter agora mais outra publicação no ano que vem, até ao final do mandato, falta fazer um trabalho sobre danças, danças tradicionais. (...)”

ANEXO III

Inquérito de aferição do funcionamento da cultura no município

(Interno)

Diagnóstico da gestão cultural dos municípios algarvios:

Algarve central – Silves, Albufeira, Loulé e Faro

Este inquérito tem como objectivo aferir o estado da gestão cultural nos municípios e a sua opinião acerca do funcionamento da cultura no âmbito da tese de mestrado em gestão cultural. Assim agradeço desde já a sua participação, lembrando que todas as informações são anónimas e confidenciais.

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIO - DEMOGRÁFICA

1.1. Município:

Silves	<input type="checkbox"/>
Albufeira	<input type="checkbox"/>
Loulé	<input type="checkbox"/>
Faro	<input type="checkbox"/>

1.2. Idade:

< 30	<input type="checkbox"/>
Entre 30 e 40	<input type="checkbox"/>
Entre 40 e 50	<input type="checkbox"/>
> 50	<input type="checkbox"/>

1.3. Género:

Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>

1.4. ¹⁹Técnico / Técnico Superior

1.5. Habilitações literárias:

Pós-graduação / Mestrado	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Secundário / curso Profissional	<input type="checkbox"/>

2. CARACTERIZAÇÃO DA CULTURA NA ORGÂNICA DO SEU MUNICÍPIO

Q2.1. Considera que existe uma política cultural no seu município?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Q2.1.1. Se não, Porquê?

¹⁹ Elimine o que não interessa.

Q2.2. Avalie para cada uma das seguintes áreas a promoção desenvolvida pelo município (sendo 1 - nada promovida e 5 - muito promovida).

Áreas	1	2	3	4	5
Acção Social					
Educação					
Museus					
Património					
Animação Turística					
Artes de espectáculo					
Bibliotecas					
Audiovisuais					

Q3. Quantos eventos se realizam no município por ano?

< 50	
Entre 50 e 100	
Entre 100 e 200	
Entre 200 e 350	
> 350	

Q3.1. Qual o tipo de Eventos ou áreas que o município mais costuma apoiar ou promover ? Indique de 1 a 5, sendo 1 o menos promovido e 5 o mais promovido.

Teatro	
Cinema	
Musica	
Dança	
Museus	
Monumentos visitáveis	
Exposições	
Pintura	
Fotografia	
Escultura	
Seminários	
Congressos	
Sessões de leitura	
Festas tradicionais	

Q4. Considera que o município tem bons espaços para a organização de actividades culturais?

Sim	
Não	

Q4.1. Se não, porquê?

Q4.1. Quais os espaços mais dinamizados no âmbito da cultura?

Museu	<input type="text"/>
Biblioteca	<input type="text"/>
Cineteatro	<input type="text"/>
Auditório	<input type="text"/>
Teatro	<input type="text"/>
Arquivo Histórico	<input type="text"/>
Sala de congressos	<input type="text"/>
Biblioteca	<input type="text"/>
Anfiteatros ao ar-livre	<input type="text"/>
Galerias	<input type="text"/>

Outros espaços: _____

Q4.2. Considera que os espaços culturais no município são bem rentabilizados?

Sim

Não

Q4.2.1. Se não, porquê? _____

Q4.3. Quem mais dinamiza estes espaços?

Associações s/ fins lucrativos	<input type="text"/>
Autarquia	<input type="text"/>
Cidadãos	<input type="text"/>
Empresas	<input type="text"/>

Q5. De um modo geral, considera que as diferentes áreas da cultura (Departamento, Divisão e serviços) têm um bom funcionamento?

Sim

Não

Q5.1. Se não, porquê? _____

Q5.2. Considera que a orgânica do município está bem estruturada?

Sim

Não

Q5.2.1. Se não, porquê? _____

Q5.3. Avalie os seguintes itens, de acordo com o funcionamento da estrutura em que está inserido, segundo a seguinte escala (sendo 1 – mau funcionamento e 5 – muito bom funcionamento).

	1	2	3	4	5
Comunicação horizontal					
Comunicação vertical					
Meios técnicos					
Meios financeiros					
Conhecimentos específicos					
Trabalho de equipa					
Trabalhos interdepartamentais					

ANEXO IV

Inquérito de aferição da qualidade da cultura no município

(Público)

Diagnóstico da gestão cultural dos municípios algarvios:

Algarve central – Silves, Albufeira, Loulé e Faro

Este inquérito foi realizado no âmbito da tese de mestrado em gestão cultural e tem como objetivo aferir a qualidade da cultura nos municípios e para isso gostaria de conhecer a sua opinião acerca do funcionamento cultural no município onde reside. Assim agradeço desde já a sua participação, assegurando que todos os dados fornecidos serão confidenciais.

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIO DEMOGRÁFICA

1.1. Município de residência:

Silves	<input type="checkbox"/>
Albufeira	<input type="checkbox"/>
Loulé	<input type="checkbox"/>
Faro	<input type="checkbox"/>

1.1.1. Localidade: _____

1.1.2. No caso de residir noutro concelho ou se encontre de passagem indique qual o local de residência: _____

1.2. Idade:

Entre 18 e 21 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 22 e 32 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 33 e 45 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 46 e 56 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 57 e 65 anos	<input type="checkbox"/>
> 65 anos	<input type="checkbox"/>

1.3. Género:

Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>

1.4. Habilitações literárias:

Pós-graduação / Mestrado	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Secundário / curso Profissional	<input type="checkbox"/>
Antigo 7º ano	<input type="checkbox"/>
Antigo 4º ano	<input type="checkbox"/>

1.5. Profissão: _____

2. Preferências Culturais

Q2.1. Que tipo de eventos Culturais gosta de assistir?

Teatro	
Cinema	
Musica	
Dança	
Museus	
Monumentos	
Exposições	Pintura
	Fotografia
	Escultura
Seminários	
Congressos	
Sessões de leitura	
Festas tradicionais	

Q2.2. Frequenta regularmente os eventos culturais e sociais dinamizados pelo seu município?

Sim	
Não	

Q2.3. Se sim, quantos eventos de índole cultural assiste no seu município por ano?

< 25	
Entre 25 e 70	
Entre 70 e 130	
Entre 130 e 200	
> de 200	

Q2.4. Recorre a outros municípios para assistir a outros eventos culturais?

Sim	
Não	

Q2.4.1. Quais? _____

Q2.4.2. Se sim, qual a razão?

Instalações inadequadas	<input type="text"/>
Falta de qualidade	<input type="text"/>
Inexistência do género pretendido	<input type="text"/>
Má organização	<input type="text"/>
Outras Razões	<input type="text"/>

Q2.4.2.1. Quais? _____

3. CARACTERIZAÇÃO DA CULTURA NO CONCELHO DE RESIDÊNCIA

Q3.1. Considera que se valoriza a cultura no seu município?

Sim

Não

Q3.1.1. Porquê? _____

Q3.2. Na sua opinião, que áreas de intervenção são mais valorizadas pelo seu município?

Avalie para cada uma das seguintes áreas a promoção desenvolvida pelo município (sendo 1 - nada promovida e 5 - muito promovida).

Áreas	1	2	3	4	5
Ação Social	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Educação	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Museus	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Património	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Animação Turística	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Artes de espectáculo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Bibliotecas	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Audiovisuais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Q3.3. Avalie de 1 a 5 quais os eventos mais promovidos e apoiados pelo município (sendo 1 - nada promovido e 5 - muito promovido).

	1	2	3	4	5
Teatro	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Cinema	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Musica	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Dança	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Museus	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Monumentos	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Exposições	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Pintura	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Fotografia	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Escultura	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Seminários					
Congressos					
Sessões de leitura					
Festas tradicionais					

Q3.4. Considera que o município tem espaços adequados para a organização destes eventos?

Sim ☐

Não ☒

Q3.4.1. Se não, porquê? _____

Q3.5. Indique quais os espaços culturais que existem no seu município.

Museu	<input type="checkbox"/>
Biblioteca	<input checked="" type="checkbox"/>
Cineteatro	<input type="checkbox"/>
Auditório	<input checked="" type="checkbox"/>
Teatro	<input type="checkbox"/>
Arquivo Histórico	<input checked="" type="checkbox"/>
Sala de congressos	<input type="checkbox"/>
Anfiteatros ao ar-livre	<input checked="" type="checkbox"/>
Galerias	<input type="checkbox"/>

Outros espaços: _____

Q3.6. De um modo geral, considera que o município tem feito um bom trabalho em relação à cultura?

1	<input type="checkbox"/>	Excelente
2	<input checked="" type="checkbox"/>	Bom
3	<input type="checkbox"/>	Suficiente
4	<input checked="" type="checkbox"/>	Médio
5	<input type="checkbox"/>	Mau

Q3.7. Quais as entidades que promovem os eventos organizados no Município?

Publicas ☐

Privadas ☒

Q3.8. Tem alguma sugestão a propor relativamente à gestão cultural do seu município?
